

Graziela Zanin Kronka

**A HOMOSSEXUALIDADE NAS BANCAS DE JORNAL:  
a enunciação do “assumir-se” homossexual  
na imprensa especializada**

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

IEL/UNICAMP  
2000

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

2006 17 6 88

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Graziela Zanin  
Kraska

e aprovada pela Comissão Julgadora em  
26 / 7 / 2000.

Silvino

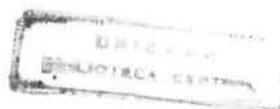
Graziela Zanin Kronka

**A HOMOSSEXUALIDADE NAS BANCAS DE JORNAL:  
a enunciação do “assumir-se” homossexual  
na imprensa especializada**

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística  
do Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Lingüística

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

IEL/UNICAMP  
2000



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	K925h
V.	Ex
TOMBO BC/	42990
PROC.	16-278/00
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC	R\$ 11,00
DATA	04/11/00
N.º CPD	

CM-00149586-9

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

K925h	<p>Kronka, Graziela Zanin</p> <p>A homossexualidade nas bancas de jornal: a enunciação do "assumir-se" homossexual na imprensa especializada / Graziela Zanin Kronka. -- Campinas, SP: [s.n.], 2000.</p> <p>Orientador: Sírio Possenti</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Homossexualidade - Brasil. 2. Imprensa. 3. Análise do discurso. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	---

## Banca examinadora

---

Prof. Dr. Sírio Possenti (IEL/UNICAMP) - orientador

---

Profa. Dra. Ingedore Koch (IEL/UNICAMP)

---

Profa. Dra. Beth Brait (FFLCH/USP – PUC/SP)

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

“Nem tudo o que escrevo resulta numa realização, resulta mais numa tentativa. O que também é um prazer. Pois nem tudo eu quero pegar. Às vezes quero apenas tocar. Depois o que toco às vezes floresce e os outros podem pegar com as duas mãos.”

**Clarice Lispector**, “Delicadeza”, *A descoberta do mundo*

A **Branca Zanin**, exemplo de dignidade, dedico.

Agradeço, de maneira especial, àqueles que participaram do processo deste trabalho: ao **Identidade** (Grupo de Ação Pela Cidadania Homossexual), pela abertura ao diálogo, no espaço cedido em discussões e reuniões internas, e pelos convites aos eventos (desculpo-me se não soube retribuir à altura pela atenção que me foi dispensada); a **Sírio Possenti**, pela rica contribuição à minha busca do amadurecimento intelectual; a **Manoel Corrêa**, pela participação na minha formação humana; às professoras **Beth Brait** e **Ingedore Koch**, pelas discussões no exame de qualificação, do qual resultaram sugestões valiosas para minhas reflexões; a **Lourenço Chacon**, pelas conversas tão sérias quanto divertidas (e, por isso mesmo, proveitosas); a **Wagner Amante** e **Marciano Valentim** (e demais funcionários do IEL), pela disponibilidade que tornou mais amena a resolução de obrigações burocráticas; a **Sílvia Barros** e **Maria Tereza de Freitas**, por me ajudarem a não desistir de acreditar em meu potencial; a **Sérgio Kronka**, **Sílvia Kronka**, **Adriana Kronka**, **Gustavo Kronka**, **Amauri Miranda**, **Giselda Miranda**, **Mirela Miranda**, **Maurício Miranda** e **Tayne Dean** - os amigos que encontrei na família -, pelo conforto nos (infinitos) momentos de tensão; a **Fabiana Komesu**, **Flávia Biroli**, **Vital Alves**, **Ricardo Chinaglia**, **Ana Carolina Dollevedo**, **Robson Viselli** e **Sanderléia Longhin**- a família que encontrei nos amigos -, pelo convívio fraterno repleto de desabafos, descontração e cumplicidade; a **Lito**, pela torcida distante e silenciosa mas sempre presente.

## SUMÁRIO

<b><u>RESUMO</u></b>	<b><u>1-2</u></b>	
<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b><u>3-14</u></b>	
Algumas considerações iniciais: lançando os “porquês” .....		3
<b><u>SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE</u></b>	<b><u>15-34</u></b>	
Capítulo 1 – A sexualidade regulada: noções de interdição e controle em Foucault.....		15
Capítulo 2 – Sexualidades periféricas: o surgimento da figura do homossexual.....		21
Capítulo 3 – O movimento organizado: a visibilidade da causa homossexual.....		25
Capítulo 4 – Imprensa homossexual: a circulação da sexualidade periférica.....		31
<b><u>CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</u></b>	<b><u>35-46</u></b>	
Capítulo 5 – Sobre o material: apresentando <i>SuiGeneris</i> .....		35
Capítulo 6 – Sobre os recortes e delimitações.....		41
<b><u>INTERLOCUÇÃO</u></b>	<b><u>47-52</u></b>	
Capítulo 7 – A interlocução num nível mais geral.....		47
<b><u>CARACTERIZAÇÃO LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA</u></b>	<b><u>53-118</u></b>	
Capítulo 8 – Considerações discursivas do dizer sobre a homossexualidade.....		53
Capítulo 9 – Considerações sobre a delimitação discursiva de um território (ou delimitação de um território discursivo).....		57
Aspecto visual como elemento discursivo.....		57
Aspectos da escolha lexical: tendência à adjetivação.....		73
Aspectos da informatividade: relações intertextuais e funcionamento discursivo.....		80
Capítulo 10 – Considerações sobre a semântica global do discurso homossexual.....		99
Capítulo 11 – A relação revista/leitor: panorama da interlocução discursiva.....		117
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b>	<b><u>119-122</u></b>	
Mais algumas considerações: lançando questionamentos.....		119
<b><u>EPÍLOGO</u></b>	<b><u>123-125</u></b>	
Era uma vez <i>SuiGeneris</i> ...das bancas de jornal para o armário.....		123
<b><u>ABSTRACT</u></b>	<b><u>127-128</u></b>	
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b>	<b><u>131-132</u></b>	
<b><u>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</u></b>	<b><u>133-135</u></b>	

---

## RESUMO

O propósito deste trabalho é discutir o funcionamento discursivo da imprensa especializada homossexual. Nosso intuito é observar o papel desempenhado por este tipo de publicação nas relações de sentido do discurso homossexual – principalmente no que diz respeito à militância do grupo homossexual por visibilidade. A enunciação da homossexualidade pela imprensa especializada está representada aqui por *SuiGeneris*, uma publicação da SG-Press, lançada em janeiro de 1995. Optamos por esta revista por ser a primeira, nos anos 90, a surgir nas bancas de jornal sem vínculo com o movimento homossexual organizado.

A fim de realizarmos uma leitura reflexiva do discurso homossexual tal como é propagado por *SuiGeneris*, adotamos teorias da chamada escola francesa da Análise do Discurso, principalmente os estudos de Maingueneau (1984, 1987) sobre *interdiscursividade*, *semântica global*, *polêmica discursiva* e *interincompreensão constitutiva*. Recorremos também a algumas noções da Lingüística Textual – em especial, estudos de Koch & Travaglia (1989) e Costa Val (1994) sobre a *informatividade* – para suprir lacunas que as teorias da Análise do Discurso não nos permitiram preencher.

Dois aspectos são privilegiados no percurso do trabalho: de um lado, a interlocução proposta pela revista no que diz respeito à orientação sexual referente à imagem construída do leitor (trata-se de observar quando a revista é mais abrangente e quando é mais restritiva em relação a seu público); de outro lado, a enunciação do “assumir-se” homossexual relacionada às reivindicações da militância pela visibilidade (trata-se de considerar o estabelecimento da valorização do “assumir-se” em oposição à desvalorização do “não assumir-se”).

Pretendemos verificar, em primeiro lugar, se a revista, enquanto representante do grupo homossexual, ao se relacionar com as posições discursivas relativas à luta política do grupo, principalmente no que diz respeito à reivindicação por visibilidade, promove o deslocamento de sentidos que permeiam o discurso sobre a homossexualidade. A partir daí, observamos se o deslocamento é suficiente para instaurar uma formação discursiva (relacionada às reivindicações dos homossexuais) que reorganiza as relações com a formação discursiva dominante (relacionada à instauração da heterossexualidade dita “normal”).

**Palavras-chave:** discurso homossexual; visibilidade; “assumir-se”; interlocução; semântica global.

---

## INTRODUÇÃO

### **Algumas considerações iniciais: lançando os “porquês”**

Sempre que nos questionam sobre o interesse de uma jornalista em enveredar pela pesquisa na área da Lingüística, tentamos nos justificar com um duplo argumento: um que justifica a escolha pela Lingüística, e outro que justifica a delimitação pela área da Análise do Discurso. Em primeiro lugar, a necessidade de adentrarmos em questões referentes à Lingüística ocorreu ao detectarmos que tanto o jornalismo quanto os elementos que o compõem (os fatos, as notícias, os textos, as informações) são (ou, ao menos, estão diretamente relacionados a manifestações da) linguagem. Pensamos, então, ser a Lingüística uma disciplina apropriada para o jornalista interessado em entender os mecanismos lingüísticos de que ele próprio lança mão para transformar os fatos em notícias, as notícias em textos, e, por fim, os textos em informação. Já a opção pela Análise do Discurso, enquanto área de delimitação de nossa pesquisa, justifica-se pela própria concepção de linguagem que adotamos, a saber, a da linguagem constituída por um aspecto material (a língua, a parte visível “a olho nu”) atravessado pela história e pela ideologia (as quais caracterizam relações essenciais para se detectar o sentido, relações que, ao contrário

da língua, não estão disponíveis ao observador desprovido de determinado arsenal teórico de análise). Assim, da mesma maneira que não aceitamos uma concepção de transparência da linguagem, cujo sentido se caracterizaria pela literalidade, também não aceitamos uma concepção de transparência do jornalismo que prega a existência da informação enquanto transcrição fiel da realidade. Ora, se a linguagem, que é componente essencial do jornalismo, não é transparente, só esse fato já seria suficiente para afirmarmos que o próprio jornalismo não é transparente. Some-se a isso, entre outros elementos, a própria carga avaliativa que o jornalista invariavelmente transfere para seus textos. Adotamos, então, a concepção de que o jornalismo, assim como a linguagem, é atravessado por elementos que possibilitam relações que não são visíveis apenas pelo caráter material manifestado por meio da língua. Conseqüentemente, só podemos falar de notícia/informação enquanto recortes da realidade.

O interesse por estudar um veículo de comunicação partiu de nossa discordância em relação à concepção de objetividade jornalística – atribuída ao jornalista e, ao mesmo tempo, auto-propagada –, fundada na suposta imparcialidade dos profissionais da Comunicação, a qual permite uma leitura do jornalismo enquanto transparência da realidade. Enquanto jornalista munida, minimamente que seja, dos pressupostos teóricos da escola francesa de Análise do Discurso, adotamos uma concepção de linguagem – a qual acreditamos ser atravessada por outros aspectos além dos lingüísticos – que não nos permite aceitar tal postura idealista.

Nosso propósito é olhar para o jornalismo com um olhar de uma profissional (que, supostamente, conhece um mínimo que seja dos procedimentos dos meios de comunicação) munida do arsenal teórico da Análise do Discurso, sem o qual não enxergaríamos relações essenciais para compreendermos o funcionamento discursivo dos meios de comunicação de massa. Conforme nos alerta Corrêa (1999:1), *o jornalista, como todo comunicador, (...) deve estar atento ao risco de acreditar que o fato existe por si só e que se dá à descrição já pronto*. Acreditamos que o diferencial que buscamos na pesquisa lingüística, mais precisamente fundada em pressupostos teóricos do domínio da Análise do Discurso, vai nos permitir – diferentemente do que ocorre com jornalistas despreocupados (seja por negligência, seja por desconhecimento) em admitir uma concepção de linguagem

caracterizada pela atuação de fatores históricos e ideológicos na língua – compreender que o jornalismo não retrata nem cria fatos, e sim constrói visões dos fatos, sendo estas propagadas como transcrição da realidade. Concordamos, então, mais uma vez com Corrêa, quando afirma que *o jornal é uma instituição formadora de opinião. Sabe-se, porém, que, como tal, seu propósito é legitimar uma opinião sobre os fatos, aquela que, na melhor das hipóteses, coincide com sua linha editorial – pois pode coincidir com interesses mais imediatos. Ora, se isso que se chama de opinião pública pode ser forjado por diversos veículos, é de se esperar que caiba a cada um deles construir os fatos de uma certa forma. Obviamente, o público (e o alcance) de cada um desses veículos é diferente e essa diferença se deve aos interesses que sustentam uns e outros. Podemos, pois, afirmar que o fato tal como o recebemos enquanto notícia é uma construção* (1999:2); construção de “visões” e não dos fatos em si.

Nossa preocupação se relaciona à crítica de Abramo (1991:6), segundo a qual a investigação é *algo que o jornalismo brasileiro em larga escala desconhece; se a notícia não vem de mão beijada, pré-articulada e filtrada pelo interesse de alguém ou de algum grupo não serão os jornalistas a levantá-la*. Acreditamos na necessidade de investigação jornalística tanto no sentido de apuração dos fatos para produção de notícias quanto no sentido de pesquisa a respeito da organização dos fatos tal como é realizada pelos meios de comunicação. Investigar, de acordo com nossos propósitos, não significa alcançar a objetividade e a imparcialidade. Significa poder informar, produzir notícias, com maior conhecimento de causa.

O jornalista que não aceita o texto jornalístico como transcrição fiel da realidade, torna-se, em nossa opinião, um observador mais atento dos fatos e, conseqüentemente, mais cuidadoso tanto em relação aos dados que apura quanto em relação às notícias que produz (e também em relação às notícias que ouve ou lê). É por esse motivo, ao pretendermos compreender como está funcionando o jornalismo especializado, mais precisamente as publicações caracterizadas como direcionadas ao público homossexual, que realizamos uma pesquisa mais apurada de questões relativas à homossexualidade, pois nosso intuito não condiz com as abordagens simplistas/reducionistas que alguns profissionais se contentam em realizar.

A opção por estudar questões relativas à homossexualidade surgiu durante nossa graduação<sup>1</sup>, quando, como trabalho para uma disciplina, cursada em 1996, realizamos uma matéria sobre o preconceito sofrido pelos homossexuais. Nas entrevistas realizadas, uma questão nos chamou a atenção, chegando a nos incomodar: muitos dos aspectos denunciados pelos entrevistados (indivíduos auto-identificados como homossexuais) como caracterizadores de certo preconceito atribuído à sociedade (heterossexual e, de certa forma, heterossexista) em relação à homossexualidade, eram reproduzidos pelos próprios entrevistados em suas falas. Tal inquietude nos levou à preocupação em aprofundar o estudo desse discurso, que se apresenta, na maior parte do tempo, como discurso de vanguarda. Daí, resultou o trabalho intitulado *A homossexualidade no discurso do homossexual*<sup>2</sup>, no qual procuramos detectar a alteridade no discurso homossexual, levando em consideração as relações estabelecidas entre o discurso sobre a homossexualidade (atribuído à sociedade dita heterossexual) e o discurso do homossexual (atribuído ao grupo homossexual, enquanto formado por indivíduos auto-identificados como homossexuais). Com este trabalho atual pretendemos aprofundar as discussões sobre questões relativas à homossexualidade, abordando aspectos que foram deixados de fora de acordo com recortes e delimitações que realizamos no material na ocasião de nossa pesquisa de iniciação científica.

Trata-se, agora, de discutir a questão da imprensa especializada, com enfoque no provável jogo estabelecido entre interesses da segmentação do mercado editorial e interesses de militância do movimento homossexual organizado (incluindo aí tanto os militantes ativistas quanto os chamados “independentes”, ou seja, aqueles que não estão filiados a nenhum grupo organizado). Acreditamos que, se não tivéssemos este tipo de preocupação e de inquietude, nosso interesse pela pesquisa se restringiria às questões abordadas durante a iniciação científica (isso se tivéssemos despertado tal interesse durante a graduação) e nosso trabalho se encerraria com as impressões obtidas com as primeiras

---

<sup>1</sup> A saber, de 1994 a 1997, em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista - UNESP -, câmpus de Bauru.

<sup>2</sup> Trabalho de iniciação científica, realizado, parcialmente, com financiamento da FAPESP (processo nº 97/02791-0), cujas discussões serviram de subsídio para a monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Comunicação Social - FAAC/UNESP - Bauru, em dezembro de 1997.

entrevistas. Poderíamos até ter nos incomodado com determinadas questões, mas, muito provavelmente, não teríamos nos mobilizado no sentido de compreender mais a fundo tais questões. Optamos, ao contrário, por buscar compreender relações cruciais que se dão na linguagem, mas que são imperceptíveis se levarmos em conta apenas a superfície visível da materialidade lingüística.

A opção por estudar *SuiGeneris* justifica-se pela consideração dessa publicação como representativa do movimento homossexual atual e pelo contexto em que a revista surgiu. *SuiGeneris* é uma das pioneiras do gênero, pois foi uma das primeiras publicações, de caráter comercial (isto é, vendida em bancas e por meio de assinatura e sem vínculo com o movimento organizado), a surgir na década de 90 para tratar da temática da homossexualidade. O primeiro número foi publicado em 1995, ano de dois acontecimentos de muita relevância para o movimento homossexual brasileiro. Nesse ano, a então deputada federal Marta Suplicy apresentava ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1151 que, ainda em tramitação nesta data<sup>3</sup>, propõe o reconhecimento legal da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo, para fins de assegurar a solução de possíveis problemas legais e financeiros originados com o fim de um relacionamento (por exemplo, problemas relativos aos direitos patrimoniais, tais como questões relacionadas à *propriedade*, à *sucessão*, *alimentos*, *previdência social*, *curatela e imigração*<sup>4</sup>). O outro acontecimento foi a realização da 17ª Conferência da *International Lesbian and Gay Association* (ILGA, grupo que luta pela emancipação do homossexual e que tem sede em Bruxelas) no Rio de

<sup>3</sup> Em conferência promovida pelo grupo Identidade (Campinas-SP), no dia 4 de março de 1999, para discutir a questão da cidadania e de direitos e suas perspectivas para as minorias, a ex-deputada, questionada sobre a atual situação do projeto, disse que ele não seria engavetado, pois sua aprovação pela Comissão Especial assegurou-lhe o direito de ser votado. *Agora, só depende da boa vontade do presidente do Congresso*, completou a autora do projeto de lei 1151. O responsável pela continuidade deste projeto é o deputado federal Roberto Jefferson, relator do projeto de Marta Suplicy. Ele apresentou um substitutivo, conhecido como Pacto de Solidariedade, segundo o qual qualquer pessoa (heterossexual ou homossexual) pode fazer o contrato. A preocupação da ex-deputada é que o grande impacto do projeto de parceria civil registrada (propiciar a oportunidade de discussões sobre a homossexualidade) não aconteça com o substitutivo. Do enfoque na questão da homossexualidade passa-se para o enfoque à questão da previdência, descaracterizando os avanços no sentido da visibilidade do grupo. *É um projeto interessante, mas é outro projeto, com outras propostas*, explica Marta Suplicy.

<sup>4</sup> Informações sobre o projeto extraídas da *home page* “Marta Suplicy no Congresso” ([http://www.solar.com.br/~msuplicy/s\\_1151.htm](http://www.solar.com.br/~msuplicy/s_1151.htm)), em 11/02/98 e 01/11/98, e do relatório do deputado federal Roberto Jefferson, sobre o projeto em questão, à disposição na Internet (<http://www.mmoreira.com.br/rjefferson/justific.htm>) em 01/11/98.

Janeiro. Pela primeira vez na história do movimento homossexual organizado, o Brasil sediava um encontro internacional. Foi nesse clima de reivindicações dos direitos dos homossexuais que nasceu *SuiGeneris*.

Partindo de uma questão levantada pela revista *Imprensa* (publicação da Feeling Editorial), em maio de 1997, a saber, o enfoque dado aos interesses de mercado por parte das publicações especializadas, optamos por analisar *SuiGeneris* a fim de verificar sua possível colaboração para a luta política do movimento homossexual organizado, ao invés de privilegiar sua relação direta possível (e até exclusiva) com a busca aberta de novos mercados, como a referida matéria pode nos conduzir a acreditar. O trecho que se segue corresponde ao início da matéria de capa – a principal –, da referida edição de *Imprensa*, que aborda o crescimento de publicações brasileiras dirigidas ao público homossexual enquanto novo segmento do mercado editorial: *Não tem sido fácil a vida de baitolas e bolachas nos últimos três mil anos. A Grécia de Sócrates e Safo foi absoluta exceção. Os romanos toleravam o homossexualismo ativo nas altas classes, embora o condenassem publicamente (...). A Idade Média castrava ou queimava os veados, e suas almas eram amaldiçoadas ao fogo dos infernos. No Brasil colônia, os acusados do pecado da molice eram degredados, seus bens confiscados e sua descendência excomungada. Os astecas os enterravam vivos. A Inglaterra vitoriana os prendia, julgava, encarcerava. Hoje, todos querem o pink money, isto é, os bilhões de dólares que gays e lésbicas produzem e gastam neste nosso planeta azul.* Abusando do jargão “gay” (por meio da utilização de termos como “baitola” e “veado” para se referir ao homossexual do sexo masculino, e “bolacha” para se referir à homossexual do sexo feminino – termos que retratam estereótipos e rótulos, apesar de serem criados, muitas vezes, pelos próprios sujeitos auto-identificados como homossexuais), a revista enfocou a busca desenfreada de tais publicações tanto aos investimentos de anunciantes, quanto ao “pink money” do consumidor –, caracterizando-as como meros produtos do mercado editorial. Pouco (ou nada, arriscaríamos dizer) foi dito a respeito da possibilidade de essas publicações estarem colaborando para a luta política dos movimentos homossexuais organizados. Nem mesmo foi realizada uma abordagem mais profunda que pudesse explicar uma possível não colaboração.

Acreditamos que as publicações caracterizadas como dirigidas a segmentos sociais determinados (pelo menos parte delas), além de se constituírem como produtos vendáveis no mercado editorial, podem (e deveriam) estar contribuindo para suscitar discussões relativas aos interesses políticos do público específico ao qual se dirigem, como as reivindicações por cidadania.

Pretendemos verificar: (a) se a revista, enquanto representante do grupo homossexual, ao se relacionar com as posições discursivas relativas à luta política do grupo, principalmente no que diz respeito às reivindicações por visibilidade, promove o deslocamento de sentidos que permeiam o discurso sobre a homossexualidade, e (b) se tal deslocamento é suficiente para reorganizar as relações discursivas aí presentes e, conseqüentemente, promover a resignificação desse discurso, o qual acreditamos não constituir somente mera repetição de enunciados já consolidados sobre a homossexualidade.

Adotaremos como base de nossas análise teorias da análise do discurso – mais precisamente da chamada “escola francesa de análise do discurso”<sup>5</sup> – a fim de realizarmos uma leitura reflexiva do discurso da homossexualidade tal como ele é propagado pela imprensa especializada tanto para incitar o consumo (enquanto determinação de um mercado editorial em crescimento) quanto para estimular discussões sobre questões de interesse do grupo (enquanto veículo de difusão das reivindicações dos homossexuais por direito à cidadania).

A AD – tal como é conhecida a vertente francesa da análise do discurso – coloca-se em relação às Ciências Humanas refletindo a relação sujeito-linguagem-história, e tem como objeto o (inter)discurso, lugar onde se dá essa relação.

Sobre o surgimento da AD, Henry (1969:14) nos mostra que:

Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social (...) Nesta tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a

<sup>5</sup> Diferentemente da escola anglo-saxã de análise do discurso, que tem origem na Antropologia e se preocupa em estudar as conversações cotidianas comuns, a vertente francesa da análise do discurso tem origem na Linguística e se preocupa com os discursos inseridos num quadro institucional doutrinário. (cf. Maingueneau, 1987:16). Dentre seus principais representantes, destacamos M. Pêcheux e D. Maingueneau.

psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu 'retorno a Freud', bem como certos aspectos do grande movimento chamado (...) de estruturalismo. (...) O que interessava a Pêcheux no estruturalismo eram aspectos que supunham uma atitude não reducionista no que se refere à linguagem.

Pêcheux, em sua obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*<sup>6</sup>, na qual propõe uma teoria da significação fundada numa posição materialista do discurso, ressalta a preocupação demasiada dos lógicos em tentar estabelecer uma relação transparente e direta entre linguagem e conhecimento. Estes, por meio de uma linguagem natural, procuravam uma ferramenta válida que levasse ao conhecimento verdadeiro e consideravam imperfeição da linguagem qualquer mecanismo que dificultasse essa busca. Pêcheux se posiciona *contra a concepção logicista segundo a qual as oposições ideológicas (e, sob certos aspectos, políticas) resultariam, 'na realidade', de imperfeições da linguagem* (1975:97). Contrariamente a essa visão utópica, de linguagem inequívoca e unívoca, ele trabalha com a oposição entre base lingüística e processo discursivo, sendo a primeira um sistema comum a todos os falantes, enquanto os processos discursivos são diferenciados de acordo com processos ideológicos que os determinam. Base, aqui, deve ser entendida no sentido de que a língua *é o pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo* (Pêcheux, 1975:135, nota 5). Isso significa que *todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística* (Pêcheux, 1975:91). Pêcheux complementa que *é sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc, que utilizaria 'acidentalmente' os sistemas lingüísticos* (1975: 91).

Henry (1969:25) lembra que:

Pêcheux recusa completamente a concepção da linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem (...). Esta teoria ou concepção da linguagem é, para ele, uma ideologia cuja função nas 'ciências humanas e sociais' (...) é justamente mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer esta ligação e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais (...).

A AD surge, então, como uma disciplina que propõe "problematizar" as maneiras de ler, considerando a opacidade como característica da linguagem. Ao mediar nossa

<sup>6</sup> Tradução brasileira da Editora da UNICAMP da obra *Les verités de la Palice*, publicada na França em 1975.

relação com o texto, a AD nos possibilita enxergar formas de significação que não veríamos a “olho nu”, ou seja, que seriam invisíveis sem os dispositivos teóricos de análise fornecidos por essa disciplina. Como nos mostra Maingueneau, de acordo com Pêcheux:

a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar leitor a *níveis opacos à ação estratégica de um sujeito*. (...) O desafio crucial é o de *construir interpretações*, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal. (Pêcheux *apud* Maingueneau, 1987: 11).

Maingueneau (1987:13-14) acrescenta ainda que

a AD (...) se apóia crucialmente sobre os conceitos e os métodos da lingüística, mas este não é, com toda evidência, um traço bastante discriminador. Na verdade, é preciso levar em consideração outras dimensões; a AD relaciona-se com textos produzidos:

- no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação;
- nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc;
- que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado” .

Portanto, *os objetos que interessam à AD (...) correspondem, de forma bastante satisfatória, ao que se chama, com freqüência, de formações discursivas*<sup>7</sup> (Maingueneau, 1987:14).

Concordamos com Maingueneau (1987:50), quando diz que

a AD recusa a concepção que faria da discursividade um suporte de “doutrinas” ou mesmo de “visões de mundo”. O discurso, bem menos do que um ponto de vista é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. À AD cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais.

Assim, acreditamos que a AD nos fornece um instrumental teórico adequado para verificarmos – na leitura crítica de nosso material – se, além de uma possibilidade de captação do chamado “pink money”, há um deslocamento de sentido suficiente no discurso da homossexualidade de maneira a instaurar uma formação discursiva (relacionada às reivindicações dos homossexuais) que reorganiza as relações com a formação discursiva dominante (relacionada à instauração da heterossexualidade dita “normal”).

<sup>7</sup> Segundo Foucault , ter-se-á uma formação discursiva sempre que *se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão; e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)* (Foucault, 1969:43). Partindo dessa concepção, Maingueneau define a formação discursiva como o conceito que *designa todo o sistema de regras que fundam a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscritos* (Maingueneau, 1996:51)

Com o trabalho que estamos propondo não pretendemos realizar uma análise de conteúdo da revista a fim de caracterizá-la. Nosso intuito é utilizá-la como fonte do funcionamento discursivo de acontecimentos relacionados à prática política homossexual, e observar seu comportamento, enquanto meio de comunicação social, frente a esses acontecimentos. Este intuito se desdobra em alguns objetivos mais específicos:

(a) detectar, na imprensa especializada homossexual (no caso, em *SuiGeneris*, nosso material principal de estudo), marcas discursivas que mostrem sua orientação em relação a dois de seus mais claros objetivos (de um lado, a constituição histórica da figura do homossexual e, do outro, os interesses financeiros do mercado editorial) em função dos quais este tipo de imprensa parece se constituir como novo espaço de manifestação discursiva;

(b) observar como, eventualmente, mesmo uma construção de cunho mercadológico pode fazer circular novas concepções sobre a sexualidade (e sobre a homossexualidade em particular) e em que medida não tem sido esse o modo mais comum de circulação das conquistas históricas do grupo;

(c) observar como esse tipo de circulação de idéias caracteriza a imprensa especializada homossexual (representada em nossa pesquisa por *SuiGeneris*) nos momentos em que aborda as dicotomias estabelecidas para se referir à sexualidade (heterossexualidade vs. homossexualidade, normal vs. anormal, saúde vs. doença);

(d) tentar compreender a conjuntura atual brasileira no que se refere à homossexualidade, tendo em vista o amplo campo de estudo sobre a constituição histórica da categoria do homossexual e da prática da homossexualidade como uma das manifestações possíveis da sexualidade, para, assim, tentar estabelecer categorias mais consistentes sobre a questão para que tanto o grupo quanto o jornalismo especializado possam se orientar a partir delas.

De acordo com o desenvolvimento da pesquisa, dividimos o trabalho em cinco partes (mais o epílogo). A primeira parte (“Sobre a homossexualidade”) se subdivide em quatro capítulos: no primeiro (capítulo 1), realizamos uma rápida abordagem de questões referentes à sexualidade, partindo das noções de **interdição** e de **controle** desenvolvidas por Foucault (1971 e 1976); no segundo capítulo (capítulo 2), abordamos aspectos que

permitiram a construção da figura do homossexual; o terceiro capítulo (capítulo 3) aborda a história do movimento homossexual organizado e as reivindicações da militância atual; no quarto e último capítulo desta primeira parte (capítulo 4), enfocamos a discussão do surgimento de publicações dirigidas ao público homossexual a partir de uma retomada do *Lampião de Esquina* e da inserção de *SuiGeneris* nesta discussão.

A segunda parte (“Considerações teórico-metodológicas”) subdivide-se em dois capítulos e trata da abordagem do material de estudo. Num primeiro momento (capítulo 5) realizamos uma breve descrição de *SuiGeneris*, a fim de ressaltar características de sua configuração. A seguir (capítulo 6), descrevemos as reflexões que nos levaram ao estabelecimento do *corpus*. Nesta parte, pretendemos mostrar como e porque o material delimitado é suficiente para caracterizar a revista em relação ao que nos interessa discutir.

Na terceira parte (“Interlocução”), que conta com apenas um capítulo (capítulo 7), realizamos uma caracterização geral da relação entre revista e seu público. Caracterizamos o espaço de interlocução instaurado por *SuiGeneris* a fim de discutirmos como a revista se orienta em, pelo menos, dois sentidos, no que diz respeito aos propósitos do jornalismo especializado: ora se caracteriza como uma publicação **para** um público específico (podendo, assim, delimitar o número de leitores e privilegiar o interesse mercadológico); ora se caracteriza como uma publicação **sobre** assuntos específicos de determinado grupo para qualquer público leitor (podendo, assim, ampliar o universo de leitores e, conseqüentemente, o alcance da visibilidade das questões homossexuais).

A quarta parte (“Caracterização lingüístico-discursiva”) trata da caracterização do dizer sobre a homossexualidade pela revista, do ponto de vista lingüístico-discursivo, e é dividida em quatro capítulos. No primeiro (capítulo 8), lançamos um panorama geral dos aspectos que serão observados nos capítulos seguintes. No segundo capítulo desta parte (capítulo 9), discutimos as relações de inclusão e de exclusão do público leitor. No terceiro (capítulo 10), defendemos a tese de que o “assumir-se homossexual” atravessa e sustenta os fatos discursivos de *SuiGeneris*, resultando numa dicotomia entre ato valorizado (“assumir-se”) e ato não-valorizado (“não assumir-se”). Ainda neste capítulo, no qual mostramos como a defesa do “assumir-se” recorre a posturas de justificação em diferentes âmbitos: jurídico-político (que diz respeito às reivindicações por direitos e às questões de cidadania),

social (referentes a questões de integração e participação na sociedade), psicológico (ligado à questão da auto-aceitação e da auto-estima) e moral (relativo à questão da valorização da verdade sobre a mentira), tentamos caracterizar a Semântica Global (cf. Maingueneau, 1984) do discurso (da militância) homossexual, tal como é propagado por *SuiGeneris*. No último capítulo (capítulo 11), concluímos, de maneira breve, o panorama da interlocução instaurada na relação revista/leitor.

Na quinta e última parte, destinada às considerações finais, retomamos os resultados obtidos pela análise para discuti-los em relação a nossos propósitos iniciais e lançamos alguns questionamentos a respeito de resultados que nos pareceram mais evidentes.

---

## CAPÍTULO 1

### **A sexualidade regulada: noções de interdição e controle em Foucault**

Na obra *A ordem do discurso*<sup>8</sup>, Foucault, ao apresentar a hipótese segundo a qual *em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade* (Foucault, 1971:8-9), mostra que esses procedimentos agem sobre o discurso, em nome do poder que advém das instituições, para garantir sua regularidade.

A partir da abordagem de um desses procedimentos, que chamou de **interdição** – incluído no grupo classificado como procedimentos externos de exclusão, os quais *se exercem de certo modo do exterior; funcionam como sistemas de exclusão; concernem, sem*

---

<sup>8</sup> Tradução brasileira das Edições Loyola da obra *L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le décembre de 1970*, publicada na França em 1970.

*dúvida, do discurso que põe em jogo o poder e o desejo* (Foucault, 1971:21) –, Foucault desenvolveu seu estudo a respeito dos mecanismos que agem sobre a sexualidade.

O autor ressalta um jogo entre três tipos de interdição *que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar* (Foucault, 1971:9): o *tabu do objeto*, segundo o qual *não se tem o direito de dizer tudo* (Foucault, 1971:9), pois o discurso está submetido a um sistema de restrições; o *ritual da circunstância*, que determina que *não se pode falar de tudo em qualquer circunstância* (Foucault, 1971:9); e o *direito privilegiado ou exclusividade do sujeito que fala* (Foucault, 1971:9), de acordo com o qual, *qualquer um (...) não pode falar de qualquer coisa* (Foucault, 1971:9). Ele aponta a sexualidade e a política como as regiões *onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam (...); como se o discurso, longe de ser um elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes* (Foucault, 1971:9-10), defendendo, a princípio, a hipótese repressiva, segundo a qual a sociedade obrigou o sexo a calar-se ou a esconder-se, uma vez que a época de repressão das sociedades ditas burguesas do século XVII parecia indicar que daí por diante seria muito difícil se falar sobre questões ligadas à sexualidade.

Em outro trabalho, no entanto, o autor se dá conta de que, nos últimos três séculos, aconteceu uma verdadeira incitação à enunciação da sexualidade. Foucault, então, abandona a hipótese repressiva para mostrar que o Ocidente moderno transformou em regra dizer tudo o que pudesse se relacionar ao sexo.

No primeiro volume da *História da sexualidade* (“A vontade de saber”), Foucault vai mostrar o deslocamento da hipótese repressiva, fundada na **interdição** da sexualidade, para a hipótese da explosão discursiva sobre o sexo, submetida, no entanto, a um **controle**. Retomaremos, brevemente, o percurso do autor para tentarmos mostrar como se sustenta essa segunda hipótese.

O autor mostra que

no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade.(...) Gestos diretos, discurso sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam” (Foucault, 1976: 9);

como se, nessa época, a sexualidade pudesse ser vivida “às soltas”.

Com a era vitoriana, no entanto, instituiu-se o interior das casas como lugar exclusivo para se falar da e sobre a sexualidade. Valorizou-se, e se impôs como norma, a função reprodutiva da sexualidade do casal. Tudo o que fugia à “heterossexualidade monogâmica reprodutiva” era encoberto, relegado ao silêncio. Esse quadro indicava que se iniciaria, muito possivelmente, uma época de repressão que funcionaria, em relação à sexualidade, *como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação da inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas* (Foucault, 1976:10). Mas, ao contrário, o que se constatou nos três últimos séculos foi uma explosão discursiva em torno e a propósito do sexo. Ao invés de proibição, uma incitação a se falar sobre o sexo. O que não significou total liberdade para se tratar de questões ligadas à sexualidade. Junto com a “explosão discursiva”, vieram regras, como mostra a seguinte formulação de Foucault (1976:21-22):

Talvez tenha havido uma depuração – e bastante rigorosa – do vocabulário autorizado. Pode ser que se tenha codificado toda uma retórica da alusão e da metáfora. Novas regras de decência, sem dúvida alguma, filtraram as palavras: política dos enunciados. Controle (...) das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele, em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição.(...) É quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva (...).

Tal formulação se complementa com a idéia de que, no lugar de uma recusa em se falar sobre o sexo, verificou-se a tentativa de produção de discursos verdadeiros – e legitimados – sobre ele.

Não somente falou muito e forçou todo mundo a falar dele, como também empreendeu a formulação de sua verdade regulada. (...) Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse não somente numa economia do prazer mas, também, num regime ordenado de saber. Dessa forma, ele se tornou, progressivamente, o objeto da grande suspeita, o sentido geral e inquietante que, independente de nós mesmos, percorre nossas condutas e nossas existências (...). (Foucault, 1976:68).

A essas regras impostas à enunciação, soma-se o caráter institucional exercido sobre o discurso a propósito do sexo. No campo do exercício do poder, atuava a instituição “confissão”. Foucault (1976:23) lembra que *a Contra-Reforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual. (...) O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas*

*correlações, seus efeitos devem ser seguidos até às mais finas ramificações: (...) tudo deve ser dito.* Esta instituição promoveu uma incitação “regulada e polimorfa” do discurso sobre o sexo. Polimorfa, pois se averiguou *uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política (...)* (Foucault, 1976:35). Regulada, por sua vez, por estar ligada a um ritual:

a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença, ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; em fim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas conseqüências externas, produz em quem as articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. Durante séculos a verdade do sexo foi encerrada, pelo menos quanto ao essencial, nessa forma discursiva. (Foucault, 1976:61).

Essa explosão discursiva sobre o sexo provocou, de certa forma, o que Foucault caracterizou como *um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual*. Não que ela tenha deixado de ser regra dominante no campo dos prazeres. Mas, deixou-se de falar dela e passou-se a interrogar as “sexualidades condenadas”, a saber, a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos e dos que não se relacionam com o sexo oposto, *daí a extração de uma dimensão específica da “contranatureza” do campo da sexualidade. (...) surgem, por um lado, as infrações à legislação (ou à moral) do casamento e da família e, por outro lado, os danos à regularidade de um funcionamento natural (danos que a lei, além do mais, pode muito bem sancionar)* (Foucault, 1976:40).

O poder exercido a partir do século XIX sobre esses tipos de “sexualidades condenadas” não se estabeleceu como forma de lei rigorosa. Ao invés de barreiras e proibições, estabeleceram-se lugares de saturação que caracterizaram a sociedade ocidental como a sociedade das perversões. Foucault atribuiu um “efeito-instrumento” à implantação das perversões nas questões da sexualidade. Para ele,

é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. Proliferação das sexualidades por extensão do poder. (...) Prazer e poder não se anulam, não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se e se relançam. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação. (Foucault, 1976:48)

A incitação ao discurso sobre o sexo veio substituir, como pudemos observar, a hipótese repressiva da sexualidade. Incitação que, ressaltamos, não significou uma liberdade da enunciação da sexualidade. Foi submetida a regras, a controles, a intervenções, mesmo porque seu objetivo não pareceu ser o de se enunciar livremente o que se quisesse sobre o sexo. Pareceu, ao contrário, uma tentativa, bem sucedida diríamos, de controlar as manifestações da sexualidade que fugissem ao padrão estabelecido (a monogamia heterossexual). Com a “confissão” dos desejos e prazeres sexuais dos “perversos”, foi possível classificá-los e segregá-los em relação aos praticantes da sexualidade “normal”. Muito mais do que permitir a essas novas “espécies” que se tornassem visíveis, a incitação regulada do discurso sobre o sexo as relegaram à margem, numa atitude excludente que parece se perpetuar até hoje. Melhor do que não saber da existência do “diferente” que ameaça a normalidade é torná-lo visível, pois só assim ele pode ser controlado.

Pretendemos, no próximo capítulo, realizar uma rápida abordagem da constituição histórica da figura do homossexual – enquanto grupo organizado –, uma das “espécies” classificadas como “perversas” pelas instituições que regulavam a sexualidade na sociedade burguesa. Enfocaremos a afirmação dessa figura no cenário do movimento organizado, tentando, assim, mostrar como se dá, nas questões da militância, a incitação do discurso sobre a homossexualidade.

---

## CAPÍTULO 2

### **Sexualidades periféricas: o surgimento da figura do homossexual**

Como acabamos de verificar, o núcleo de problematização da conduta moral a partir do século XVII – e mais fortemente a partir do século XIX – correspondeu às chamadas “sexualidades condenadas”, com ênfase nas questões relativas à sexualidade infantil, à sexualidade dos loucos, à sexualidade dos criminosos, e à sexualidade dos que sentiam prazer com pessoas do mesmo sexo. É nas questões referentes a estes últimos que nos ateremos, por estarem diretamente ligadas ao tema do nosso trabalho.

Foucault (1976) nos mostra que a categoria do homossexual, que começa a surgir no século XIX, diferia da figura do sodomita. A prática do indivíduo homossexual começou a ser questionada e a despertar interesse dos médicos e psicólogos, enquanto as ações do sodomita eram reguladas pelo domínio jurídico, donde podemos dizer que, diferentemente do sodomita, visto como um criminoso, o homossexual era visto como uma espécie em torno da qual, cada vez mais, surgiam especulações; ele se tornou personagem, cujas ações passaram a ser questionadas a partir de sua sexualidade. Dessa forma, a mecânica de poder

torna o homossexual *princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem* (Foucault, 1976:44).

As sexualidades “periféricas” provocaram, então, a preocupação em se condenar as práticas que fugissem do padrão correspondente à heterossexualidade monogâmica e, a partir daí, estabeleceram-se normas de desenvolvimento e de comportamento sexuais desde a infância até a velhice.

O discurso da sexualidade regular (heterossexual e monogâmica) ganhou intensidade sempre a partir de sua oposição à prática homossexual, considerada, como vimos, uma das formas “perversas” das chamadas sexualidades “periféricas”. A sexualidade dita heterossexual considera a prática homossexual como anormal, para assim, emprestar a si o caráter de normalidade, fundando uma dicotomia que ainda hoje parece reger o discurso sobre as manifestações da sexualidade (a saber, a dicotomia fundada na normalidade da prática heterossexual em oposição à anormalidade das práticas que fogem a este padrão, dentre as quais, a homossexualidade).

Katz (1996:26) afirma que *a hipótese do final do século XIX de um prazer sexual masculino-feminino ainda é para a maioria de nós uma verdade eterna*. O autor atribui a força que o modelo de relacionamento heterossexual adquiriu à conquista de poder e de estabilidade pela classe média, no fim do século XIX, uma vez que estas conquistas permitiram à classe média afirmar publicamente a valorização dada à relação entre homens e mulheres, casados e ainda com a finalidade de reprodução. Para Katz (1996:61), *a invenção da heterossexualidade nomeava publicamente, normalizava cientificamente e justificava eticamente a prática da classe média*.

Mesmo desvinculando-se dos elos com a reprodução, a prática sexual continuou com bases fixas na heterossexualidade como sexualidade normal, legitimando, no século XIX, a valorização do prazer sexual entre homens e mulheres. A heterossexualidade tornou-se socialmente obrigatória, definindo, assim, uma anti-homossexualidade também obrigatória.

Observamos, a partir daí, um fenômeno semelhante ao que Foucault enfatizou em relação à sexualidade nos últimos séculos: a explosão discursiva sobre a homossexualidade, que parece se dar em dois sentidos: por um lado, a “sociedade heterossexual dominante”

tenta explicar e entender a homossexualidade, na maioria das vezes para classificar seus praticantes e submetê-los ao controle e ao isolamento; por outro lado, os homossexuais também começam a falar de si e a reivindicar a legitimidade de sua prática.

Abordaremos a seguir algumas considerações a respeito da formação e dos propósitos do movimento homossexual organizado, o qual acreditamos se constituir como reflexo das reivindicações deste grupo.

---

### CAPÍTULO 3

#### **O movimento organizado: a visibilidade da causa homossexual**

Nesse momento do trabalho, em que vamos abordar algumas considerações sobre o movimento homossexual organizado, assim como no próximo capítulo, em que trataremos da imprensa homossexual, tomaremos por base, principalmente, as pesquisas realizadas pelo antropólogo Edward MacRae, que resultaram na obra *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*.

Em 1897 foi fundado, na Alemanha, o primeiro grupo homossexual do mundo<sup>9</sup>. Idealizado por Magnus Richfeld, o Comitê Humanitário e Científico<sup>10</sup> (CHC, como ficou

---

<sup>9</sup> As informações a respeito do surgimento e da história do movimento homossexual, no Brasil e no mundo, foram extraídas de discussões realizadas no IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (IX EBGLT), realizado em fevereiro de 1997, na cidade de São Paulo; no I Encontro Paulista de Gays, Lésbicas e Travestis, realizado na cidade de Campinas (SP), em maio de 1999; e no encontro “O movimento homossexual no Brasil: igualdade na diferença”, promovido pelo grupo de estudos de gêneros do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, em novembro de 1999.

<sup>10</sup> Consideramos, o CHC como *dêixis enunciativa fundadora* do movimento homossexual organizado. A *dêixis enunciativa define (...) uma instância de enunciação legítima, delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar a enunciação* (Maingueneau, 1984:97). Não consideramos *datas ou locais*

conhecido) caracterizava-se, de início, por reuniões de grupos de médicos que defendiam a explicação genética para a homossexualidade.

Os membros do CHC reuniam-se para discutir e reivindicar três pontos principais: queriam apoio do poder Legislativo alemão para abolir da constituição determinados itens que consideravam dotados de um conteúdo anti-humanitário em relação aos homossexuais; desejavam, também, desfazer mitos a respeito da homossexualidade; e, por fim, tentavam despertar, nos homossexuais não ligados ao movimento, o interesse por seus direitos de cidadania. O grupo atuou por 30 anos, durante os quais difundiu suas idéias por meio de campanhas, palestras, debates, produções de filmes. A luta repercutiu com tamanha eficiência que não tardou a surtir efeitos: na década de 20, o Comitê já contava com 25 sucursais. A extensão do alcance dos ideais do movimento permitiu que seus líderes promovessem vários congressos<sup>11</sup> para discutir a situação das então denominadas pessoas do “terceiro sexo”.

Na década de 30, os nazistas, apoiados na constituição alemã, passaram a atacar os locais de reunião dos homossexuais, prendendo seus participantes e levando-os aos campos de concentração de onde não retornariam. Em 1933, os últimos representantes do movimento dissolveram a liga; era o fim do Comitê Humanitário, mas os ideais de luta pelos direitos dos homossexuais já estavam lançados. A partir de então, homossexuais do mundo todo passaram a se reunir em grupos em torno de objetivos comuns: a visibilidade, o respeito, o direito de exercer a cidadania.

No Brasil, o movimento homossexual chegou tarde e sofreu dificuldades em sua implantação<sup>12</sup>. O escritor João Silvério Trevisan atribui esse atraso à falta do ideal puritano no país: *O Brasil não tem um ideal puritano como o dos países protestantes e isso contribuiu para que o movimento homossexual se instalasse tardiamente no país*, afirmou

---

*em que foram produzidos os enunciados efetivos* (Maingueneau, 1984:96), mas tempo e espaço caracterizados discursivamente por traços semânticos.

<sup>11</sup> Em 1927, o congresso realizou-se em Berlim; em 1928, em Kopenhagen; em 1929, em Londres; e, em 1930, aconteceu em Viena aquele que seria o último congresso realizado pelo CHC.

<sup>12</sup> As informações sobre a história do SOMOS e do jornal *Lampião* baseiam-se na conferência proferida por João Silvério Trevisan no IX EBGLT e em MacRae, E. (*A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da 'abertura'*, Editora da UNICAMP, 1990).

Trevisan em conferência no IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (IX EBGLT), realizado em fevereiro de 1997, na cidade de São Paulo.

MacRae (1990) aponta que o interesse dos homossexuais por se organizarem em grupos se deu com a necessidade de reivindicação por respeitabilidade. De acordo com o autor, a partir da metade da década de 70, *começaram a surgir grupos de indivíduos dispostos a se declararem como homossexuais em público e que, recusando a pecha de “marginais” ou “doentes”, passam a reivindicar o status de “discriminados” procurando alianças políticas com outros setores em situação similar* (MacRae, 1990:95-96).

Data de 1976, dentro de um cenário de contestação cultural e de tentativas de organização de vários setores da sociedade, a primeira tentativa de João Silvério Trevisan de estabelecer um grupo de discussão homossexual, tentativa essa que resultou na formação de um pequeno grupo de profissionais liberais que, durante algumas semanas, discutiram um artigo sobre machismo, publicado pelo jornal argentino *Somos da Frente de Libertação Homossexual*. Em pouco tempo, o grupo se dissolveu (cf. MacRae, 1990:96).

Em abril de 1978, a revista *Versus*, publicação alternativa autônoma que, ao que parece, estava sob controle da organização trotsquista Convergência Socialista, promoveu um evento de debates políticos. Por considerar inconveniente a participação de líderes homossexuais no evento, os organizadores boicotaram a participação dos membros do jornal *Lampião de Esquina* no dia de discussões sobre a imprensa alternativa. Esse episódio incentivou os responsáveis pelo jornal, assim como outros homossexuais, a formarem um grupo de reflexões sobre aspectos políticos da homossexualidade (cf. MacRae, 1990:97).

Assim surgiu o primeiro grupo “oficial” de homossexuais, que adotou o nome *Somos de Afirmação Homossexual*. No início, apenas homens participavam das reuniões do grupo, já que, segundo Trevisan, *as lésbicas resistiam em participar*. As discussões seguiam dois enfoques: alguns membros do grupo defendiam reuniões com relatos do tipo “confessionais”, uma espécie de troca de experiências em relação à homossexualidade; outros participantes preferiam que se discutisse a sexualidade no aspecto geral, enfatizando a discriminação sofrida pelos homossexuais no meio social (cf. MacRae, 1990:101). Mesmo com divergências, o grupo continuava se reunindo e, no seu auge, contou com mais de cento e cinquenta participantes. Segundo Trevisan, em conferência proferida durante o I

Encontro Paulista de Gays, Lésbicas e Travestis (realizado na cidade de Campinas, SP, em maio de 1999), o grupo tinha como pretensão inicial alcançar o maior número possível de pessoas interessadas em discutir a sexualidade. A configuração do grupo baseava-se em três princípios: autonomia (seus integrantes não queriam porta-vozes, por isso, não tinham interesse em filiações com grupos políticos); descentralização (caracterizada pela preocupação em não ter líderes; ao contrário, formavam-se subgrupos dentro do grupo, com atribuição de tarefas específicas e renovação dos cargos de três em três anos); alcance da visibilidade (pretendiam atingir as massas e mostrar a existência da homossexualidade).

Com o passar do tempo, porém, as divergências internas foram aparecendo e as reuniões se tornavam cansativas. O método da maioria dos votos já não era mais eficiente para se chegar a decisões que agradassem a todos e, ao mesmo tempo, a opção pela escolha de coordenadores não funcionou, pois nem todos os membros tinham disposição ou disponibilidade para assumir a coordenação do grupo. O desentendimento entre os integrantes chegou a tal ponto que o grupo se fracionou.

Dessa fragmentação surgiu, já em maio de 1979, um grupo, formado exclusivamente por lésbicas, que também foi significativo para o cenário do movimento organizado no Brasil. Trata-se do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), cujas integrantes participavam do subgrupo do Somos denominado Lésbico-Feminista. De acordo com Míriam Martinho, que escreveu sobre este grupo na revista *Um Outro Olhar*, “o grupo Lésbico –Feminista, em seu curto espaço de vida, de maio de 1979 a outubro de 1981, recebeu diversas denominações (...): 1) núcleo de ação lésbico-feminista; 2) subgrupo lésbico-feminista; 3) facção lésbico-feminista; 4) grupo lésbico-feminista; 5) grupo de atuação lésbico-feminista; 6) ação lésbico-feminista; 7) grupo ação lésbico-feminista; 8) grupo de ação lésbica-feminista. (...) esta última denominação (...) vai ser incorporada, pelas ex-integrantes que permaneceram militando, após a extinção do grupo, como nome de sua nova organização, que, por sua vez, ficou conhecida pela sigla GALF e durou por toda a década de 80 até abril de 1990”<sup>13</sup>. A decisão das lésbicas de saírem do grupo Somos se deu principalmente por acharem impossível um grupo feminista coexistir

<sup>13</sup> *Um Outro Olhar*, ano 12, nº 28, p.9.

*dentro de um grupo maior com homens, mesmo que homossexuais* (Mac Rae, 1990:255). Sua luta, assim como a dos demais grupos lésbico que se formaram a partir de então, centrava-se no combate ao machismo e na busca da auto-estima.

Mas o GALF também se desintegrou, dando origem a outros grupos lésbicos. Um dos mais significativos para o movimento foi o *Coletivo Feminista Lésbico*<sup>14</sup>. De acordo com Marisa Fernandes, uma de suas fundadoras, o *Coletivo Feminista Lésbico*, preocupado com as mulheres homossexuais que passaram centenas de anos *invisíveis e silenciadas, confinadas em clínicas psiquiátricas, conventos e casamentos mal arranjados*, sempre atuou de maneira participativa no cenário da militância. Em 1980, apesar de encontrarem resistência, suas integrantes participaram do II Encontro da Mulher Paulista. E, em 1981, fizeram parte da comissão organizadora do III Encontro de Grupos Homossexuais do Brasil. Atuante até hoje, o grupo visa *exercer a sexualidade de maneira prazerosa e autônoma*. Marisa acredita que esses 20 anos de resistência lésbica organizada trouxeram mais dignidade e mais orgulho à condição da mulher homossexual, mas a sociedade “sexista e lesbofóbica” ainda deve às lésbicas o direito de exercerem a cidadania plena.

Conquista de direitos, luta pela visibilidade, possibilidade de realização pessoal, possibilidade de integração com o restante da sociedade. Estes parecem ser os principais propósitos do movimento brasileiro hoje, vinte anos após seu surgimento. Quase fadado ao desaparecimento, no fim dos anos 80, o movimento se rearticulou e se redimensionou nos anos 90, principalmente com o surgimento da epidemia de AIDS, inicialmente chamada de “praga dos homossexuais”. A configuração interna dos grupos parece ter mudado pouco: ao invés de presidentes ou diretores, os grupos contam com coordenadorias que, a exemplo do *Somos*, são dotadas, pelo menos teoricamente, dos mesmos poderes. Mas, ao invés de fervorosas discussões políticas, dois outros eixos caracterizam os grupos organizados atuais (em discussões não menos fervorosas): questões ligadas à saúde e questões ligadas ao exercício da cidadania. Em relação ao primeiro grupo de questões, destacamos as dinâmicas desses grupos no que se refere à realização de palestras e de oficinas de sexo seguro, à

---

<sup>14</sup> As informações sobre o *Coletivo Feminista Lésbico* foram extraídas de uma conferência proferida por Marisa Fernandes, uma de suas fundadoras, durante o I Encontro Paulista de Gays, Lésbicas e Travestis, realizado na cidade de Campinas (SP), em maio de 1999.

distribuição de preservativos, à informação aos chamados profissionais do sexo, e à formação de subgrupos com a função de dar assistência a pessoas contaminadas pelo vírus HIV. No segundo grupo de questões, incluem-se reivindicações de questões ligadas a direitos legais e cidadania.

Parece que a luta pela visibilidade reflete, no movimento atual, o que se pode chamar de política do “assumir-se”. Em nome da visibilidade, do respeito e da cidadania a ser exercitada, os homossexuais (tanto os ativistas independentes – os que não estão filiados a grupos organizados – quanto os ativistas militantes) são chamados a assumir sua condição: assumir-se para o grupo, aumentando a massa e a força do movimento, e assumir-se para a sociedade como um todo, mostrando que a homossexualidade existe e não pode ser ignorada. O “assumir-se” passou a ser o ato valorizado, que busca conquistas nos mais diferentes âmbitos (político-jurídico, social, psicológico e moral), em oposição ao “não se assumir”, ato desvalorizado e, de certa forma, subestimado pelo movimento.

Pretendemos, mais adiante, em nossas análises, observar até que ponto essa organização militante tem conseguido visibilidade e conquista de direitos e, até que ponto tem conseguido apenas reproduzir relações de poder que resultam em dicotomias excludentes dentro do próprio grupo. Antes disso, passemos a uma rápida abordagem da imprensa homossexual no Brasil desde o lançamento do jornal *Lampião de Esquina*, pioneiro nesse segmento, no país, até o surgimento da revista *SuiGeneris*, objeto de nossa pesquisa.

---

## CAPÍTULO 4

### **Imprensa homossexual: a circulação da sexualidade periférica**

De acordo com MacRae (1990), nas décadas de 60 e 70, mais de vinte e cinco publicações homossexuais circulavam no Brasil<sup>15</sup>, dentre as quais grande parte era composta por jornaizinhos artesanais, como o *Fatos e Fofocas*, jornal feito a mão e de tiragem de exemplar único, que circulou em Salvador de 1962 a 1967, e o *Little Darling*, um jornal que surgiu em Salvador em 1970 e veiculava, além de fofocas, críticas de teatro e de cinema, informes sobre o “mundo gay” e acontecimentos não relacionados à homossexualidade (cf. Mac Rae, 1990:67). Essas publicações traziam textos que *falavam de amenidades e acontecimentos mundanos, embora também houvesse indicações culturais, reportagens, classificados, concursos de contos e poesias, roteiros de programas ‘gays’ e textos transcritos de jornais ou revistas da grande imprensa* (MacRae, 1990:65). A distribuição geralmente era feita de mão em mão e seus autores dificilmente se identificavam; escondiam-se atrás de pseudônimos, na maior parte das vezes, femininos.

---

<sup>15</sup> A existência de publicações deste tipo possibilitou a fundação da Associação Brasileira de Imprensa Gay, que atuou entre 1962 e 1964.

Caracterizavam-se, de maneira geral, por certo descompromisso político em relação às questões voltadas para a homossexualidade, sendo seu principal intuito superar a falta de liberdade de expressão dos homossexuais.

Em 1977, Winston Leyland, editor do jornal americano *Gay Sunshine*, veio ao Brasil procurar material para uma coletânea de contos homossexuais latino-americanos. Sua visita foi considerada um evento importante para jornalistas e intelectuais homossexuais que desenvolveram a idéia de produzir uma publicação voltada à discussão política da homossexualidade. (cf. MacRae, 1990:96-97). Tal idéia foi alimentada quando, por ocasião da instalação do regime militar, alguns jornalistas resolveram driblar a censura que atingia a grande imprensa e passaram a publicar pequenos jornais mais politizados. Dentre essas publicações que caracterizaram a chamada imprensa alternativa, da qual o jornal carioca *Pasquim* foi o representante pioneiro, surgiu o *Lampião de Esquina* (doravante *Lampião*), jornal produzido por jornalistas, artistas e intelectuais, que se mostrava questionador da moral vigente e atingia predominantemente o público homossexual. O número zero do *Lampião* foi publicado em abril de 1978 e já no seu primeiro editorial, o jornal manifestou a ênfase nas discussões em torno da homossexualidade, ridicularizando os tabus sociais e justificando a criação de um jornal homossexual como forma de *dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele*<sup>16</sup>, e de dar voz a uma minoria discriminada. Muitos dos idealizadores do jornal eram os mesmos que, mais tarde, fundariam o *Somos*, o que permitiu que se estabelecesse uma forte identificação entre *Lampião* e este grupo. Apesar de servir como forma de comunicação entre os grupos, o jornal se pretendia autônomo em relação ao movimento e seus encarregados objetivavam atingir não só o meio homossexual. Em conferência proferida no I Encontro Paulista de Gays, Lésbicas e Travestis, realizado em Campinas (SP), nos dias 15 e 16 de maio de 1999, João Silvério Trevisan, um dos fundadores do *Lampião* e do *Somos*, disse que *Lampião pretendia chegar a todas as pessoas interessadas em discutir a sexualidade*. Além disso, pretendia discutir questões referentes a outro grupos minoritários discriminados, como as mulheres, os negros e os índios.

---

<sup>16</sup> *Lampião*, edição experimental, nº 0, abril de 1978, p.2.

Diferentemente das pequenas publicações artesanais, *Lampião* era vendido em bancas (mas também era distribuído pelos membros dos grupos homossexuais), fato que possibilitava atingir um maior número de leitores. Enquanto os jornaizinhos mimeografados e xerocados atingiam 50 exemplares por edição, *Lampião* tinha tiragem inicial de 10 mil exemplares, atingindo, logo após seu surgimento, o número de 15 mil. Para driblar a falta de anunciantes e manter o jornal nas bancas, seus idealizadores *se cotizaram para criar uma editora de capital fixo* (Mac Rae, 1990:71), e contavam com doações em dinheiro dos amigos. O objetivo financeiro parecia ser unicamente o de cobrir as despesas de cada publicação para garantir os números seguintes nas bancas.

MacRae (1990:90) escreve que *depois de um começo auspicioso, com muitas vendas e recebendo apoio de diversas áreas identificadas com as lutas das chamadas "minorias", Lampião começa a sofrer um sério desgaste*, por vários fatores: o surgimento de outras publicações voltadas para os homossexuais; a desagregação interna marcada por rivalidades entre conselheiros paulistas e conselheiros cariocas; a perseguição da direita terrorista à imprensa alternativa em geral; o aumento do preço do papel e dos custos de produção; a falta de anunciantes; a resistência por parte de grandes distribuidoras (cf. Mac Rae, 1990:90-92). Estes fatores conjugados contribuíram de maneira decisiva para o fim do jornal. Em junho de 1981, era publicada a edição de número 37 do *Lampião*, a última que chegaria às bancas.

De acordo com MacRae (1990:92), *sobreviveram várias outras publicações mais amenas. (...) Aos poucos foram desaparecendo do mercado todas as revistas dirigidas ao público homossexual que publicavam notícias e artigos além de fotos de nus*. Por um bom tempo, a imprensa dirigida ao público homossexual se resumiu às revistas pornográficas, centradas na publicação de fotos de nu e de cenas de relações sexuais; publicações estas, aparentemente, preocupadas principalmente com os interesses comerciais do mercado editorial.

Além destas publicações, o público homossexual só contava com os jornais, boletins, e revistas internos dos grupos organizados. Destes, sobrevive até hoje, a revista *Um Outro Olhar*, lançada, em 1987, pela *Rede de Informação Um Outro Olhar*, grupo lésbico formado em 1979 por ex-participantes do GALF (Grupo de Ação Lésbica-Feminista).

Publicada inicialmente como boletim, passou a ter formato de revista em 1995. Surgiu com o propósito de *refletir não só o jeito especial que as lésbicas têm de se olhar como também novas maneiras de ver as relações entre mulheres e o próprio “ser mulher” na ainda muito machista sociedade brasileira*<sup>17</sup>. É caracterizada como uma revista, dirigida para lésbicas, *feita por mulheres, sobre mulheres e para mulheres, mas que também pode ser degustada por quaisquer pessoas com um outro olhar*<sup>18</sup>, que procura trazer informações precisas e atualizadas, dentro do conceito de informação como arma de “empoderamento” das pessoas, que, por isso mesmo, deve circular o mais amplamente possível e não ficar mofando nos arquivos mortos das organizações ou entre a meia-dúzia de militantes de sempre<sup>19</sup>. Dentre as publicações que surgiram após o fim de *Lampião*, é a que mais se assemelha a *SuiGeneris*, no que diz respeito à distribuição: além da circulação interna no grupo pelo qual é produzida, *Um Outro Olhar* pode ser adquirida por meio de assinatura (nacional ou internacional) e, recentemente, com treze anos de vida, passou a ser vendida em algumas bancas e livrarias do Brasil. Apesar de um alcance mais amplo, a circulação ainda é restrita.

Foi em meio a essa carência de publicações especializadas dirigidas ao público homossexual que, em 1995, surgiu no mercado editorial brasileiro, *SuiGeneris*, uma revista de circulação nacional, distribuída por uma das maiores distribuidoras do país, a Fernando Chinaglia (a mesma que, de acordo com Mac Rae, recusou-se a distribuir *Lampião de Esquina* na década de 80). Desvinculada dos grupos organizados, apesar de contar com colaboradores que fazem ou fizeram parte da história do movimento, e enfrentando, a exemplo de publicações anteriores, problemas como falta de anunciantes e censura extra-oficial, *SuiGeneris* surge como um produto da segmentação do mercado editorial que se propõe discutir, com homossexuais e heterossexuais, questões relativas à homossexualidade.

---

<sup>17</sup> *Um Outro Olhar*, ano 10, n° 25, p.2.

<sup>18</sup> *Um Outro Olhar*, ano 12, n° 27, p.2.

<sup>19</sup> Idem.

---

## CAPÍTULO 5

### **Sobre o material: apresentando *SuiGeneris***

O material analisado é composto por cerca de 40 exemplares de *SuiGeneris* – revista de periodicidade mensal<sup>20</sup>, publicada pela SG PRESS – número que corresponde aos exemplares publicados desde o surgimento da revista no mercado editorial, em janeiro de 1995, até o exemplar publicado dentro do período em que iniciamos a análise do material. Eventualmente, utilizamos exemplares posteriores a esse período conforme a conveniência para os propósitos da pesquisa.

Realizaremos uma descrição do material a fim de apresentarmos, de maneira geral, a caracterização física da revista. Não pretendemos realizar uma descrição exaustiva, mesmo porque, ao longo de sua existência, apesar de contar com apenas cinco anos de vida,

---

<sup>20</sup> Convém ressaltar que é uma revista que **se propõe**, e propõe aos leitores, uma periodicidade mensal, a qual, no entanto, chega a ser prejudicada por questões essencialmente financeiras, principalmente no que diz respeito à escassez de anunciantes que acaba por impedir, ou atrasar, a publicação. No primeiro ano de existência, por exemplo, foram publicados 8 exemplares ao invés dos 12 previstos. Já a partir do exemplar 51, publicado em janeiro de 2000, a periodicidade passou a ser quinzenal até o exemplar n° 55, último a ser publicado.

*SuiGeneris* já passou por várias reconfigurações, nas quais seções foram ora acrescentadas, ora excluídas de sua composição gráfica e editorial. Procuraremos nos deter nas seções que caracterizam a revista desde seu surgimento até os dias de hoje (pelo menos até se tornar quinzenal e passar por nova configuração).

A revista sempre traz estampada na **Capa** alguma pessoa (homossexual ou heterossexual), na maioria das vezes de projeção no cenário nacional (atores, esportistas, políticos, cantores, modelos), ou algum modelo ilustrando o assunto principal a ser abordado na edição. As matérias de capa, que geralmente condensam o conteúdo jornalístico mais importante da revista, tratam de assuntos atuais relacionados às questões da homossexualidade em geral, ou de comportamentos referentes às pessoas estampadas na capa.

Logo no início da revista, geralmente na primeira página (quando não está ocupada por anúncios publicitários), deparamo-nos com o **Índice**, que traz tanto as chamadas de seções fixas quanto as de assuntos peculiares de cada edição. É curioso notar que, a partir da edição de nº 9, essa seção passou a ser nomeada **Index**, muito possivelmente numa provocativa alusão à lista dos livros proibidos à época da Inquisição. Trata-se provavelmente de, já no início da edição, lançar, de modo irônico, uma evocação ao tabu que ainda persiste quando se trata de discutir tanto a homossexualidade quanto os demais assuntos ligados a essa questão.

No **Editorial**, assinado por Nelson Feitosa, diretor de redação, desde a publicação do primeiro exemplar<sup>21</sup>, a revista emite sua própria opinião (como é típico deste gênero de texto). Além de realizar uma breve apresentação do exemplar, o editorial aborda, adotando ora um tom crítico de reivindicação, ora um tom mais descompromissado, assuntos relacionados à atualidade no que diz respeito às discussões sobre a homossexualidade. É comum nesta seção haver referências aos leitores, criando, assim, um clima de conversa e de proximidade, até mesmo de intimidade, entre a revista (por meio da figura do editor) e seu público.

---

<sup>21</sup> Nos períodos de férias do editor, *SuiGeneris* não publica esta seção.

A participação efetiva dos leitores se dá na seção **Cartas**, caracterizada por opiniões, sugestões, críticas, pedidos, desabaços e depoimentos dos leitores. Por meio desta seção, o leitor participa (ou é levado a acreditar que participa) da produção da pauta da revista, caracterizando também o clima de proximidade detectado no Editorial.

O espaço mais explícito de abordagem de assuntos relativos a política, legislação, saúde, atuação do movimento organizado, caracteriza a seção intitulada **Contraponto**. Nesta seção a revista noticia, geralmente por meio de notas breves, acontecimentos referentes aos assuntos acima listados. É também nesta seção que se encontram divulgados, quando divulgados, os eventos a serem realizados no país em relação a questões referentes à discussão sobre a homossexualidade, como palestras, encontros, congressos, seminários, passeatas (geralmente, talvez prejudicada pela periodicidade, a divulgação da agenda do movimento gay é falha, restringindo-se a revista a uma cobertura, na maioria das vezes também superficial, posterior ao acontecimento dos eventos). A menção ao trabalho dos grupos organizados, quando ocorre esta menção, restringe-se praticamente a esta seção, fato que muito desagrade aos militantes ativistas do movimento homossexual que se queixam de superficialidade e omissão por parte de *SuiGeneris* nas questões de militância. Na verdade, o **Contraponto** funciona mais como uma agenda do movimento do que como um espaço de militância propriamente dito.

As questões ligadas às diversas manifestações artísticas são veiculadas na seção **Mosaico**, que traz dicas de música, literatura, cinema, vídeo, exposições, dança e teatro. Na maior parte das vezes, essas dicas estão relacionadas a artistas homossexuais ou a artistas que tratam da temática homossexual.

O **Etcetera** corresponde a um roteiro com dicas de bares e casas noturnas destinados ao público homossexual em todo o Brasil. É nesta seção que se concentra o maior volume de publicidade da revista, caracterizado por pequenos anúncios de agências de viagem e turismo, bares e boates, profissionais liberais, roupas, termas e saunas, vídeos, entre outros. Uma outra espécie de guia é a seção **Turismo** que traz dicas de passeios e de viagens (nos primeiros exemplares, era chamada de **Viagem**).

A seção **Ponto Final** corresponde a um artigo, sempre de última página, assinado, na maioria das vezes, por intelectuais ou acadêmicos. Traz sempre discussões que

envolvem problemáticas que, de alguma forma, estão relacionadas à questão da homossexualidade, tais como: religião, Aids, transexualidade, igualdade, assumir-se, preconceito. É um espaço (aparentemente) “aberto”, para o qual, a princípio, qualquer pessoa pode enviar seu artigo. Nos primeiros exemplares, além dessa seção, a revista contava com uma outra denominada **Ponto de vista**, cujos textos eram mais extensos, mas as temáticas abordadas eram muito semelhantes.

Uma das seções que melhor caracterizam a revista enquanto voltada para o público homossexual, ou melhor, para a imagem corrente que se tem desse grupo, é, sem dúvida, a **Vortex**. Encarregada das novidades no que diz respeito à cobertura de festas undergrounds e de “futilidades chics” em geral, a seção é recheada de fotos coloridas e breves notinhas carregadas de tom de fofoca, além de trazer dicas de consumo referentes ao lançamento de produtos, remetendo ao senso comum de que o homossexual é dotado de um potencial consumidor acima da média, principalmente porque, usualmente, nesse espaço, são veiculados dicas e lançamento de produtos de grifes caras.

Uma incitação mais disfarçada ao consumo ocorre na seção **Moda**. Caracterizada por ensaios fotográficos que contam com modelos cotados (geralmente homens brancos) de agências brasileiras, a seção é encarregada das dicas de roupas, sapatos e acessórios (também de grifes caras), destinados principalmente ao público do sexo masculino (um dos fatos que faz com que os leitores a caracterizem como excludente em relação às lésbicas).

O **Humor** fica por conta das tirinhas – assinadas por Adão Iturrusgarai – que abordam situações cotidianas (às vezes embaraçosas) vividas pelos personagens homossexuais Rocky & Hudson, os quais sempre conseguem tirar proveito de sua homossexualidade.

A revista conta também com colunas fixas assinadas por pessoas de participação representativa no cenário do movimento homossexual brasileiro: **Olho do arco-íris**, de responsabilidade do escritor João Silvério Trevisan; **Grrrls**, espaço fixo da cantora Vange Leonel; **Arquivo Mott**, escrita pelo antropólogo Luiz Mott; **Estilo de vida**, do jornalista Gilberto Scofield Jr.

O **Classletter**, segundo a própria revista, *é uma seção de contato de leitor para leitor*. Trata-se de um serviço pago, procurado por leitores que desejam fazer amizades ou

conhecer pessoas para relacionamentos mais íntimos. É semelhante às seções de classificados dos grandes jornais.

*SuiGeneris* conta ainda com **entrevistas** (às vezes, mais de uma por exemplar) – realizadas com pessoas (homossexuais ou heterossexuais) de projeção no cenário nacional, abordando questões relativas à homossexualidade e a outros assuntos como profissão, sucesso, vida pessoal etc. –, e com **reportagens** relacionadas a assuntos diretamente ligados à questão da homossexualidade, como: adolescentes homossexuais, a homossexualidade na mídia, homossexualidade e religião, adoção de crianças por parceiros homossexuais, dentre outros. A capa de cada edição quase sempre anuncia, como destaque, uma entrevista ou uma reportagem deste tipo.

Além de um quadro fixo de editores, redatores, colunistas, designers e fotógrafos, a revista conta com o trabalho de colaboradores que se revezam a cada exemplar, proporcionando certa rotatividade no quadro funcional. Esses colaboradores são, geralmente, profissionais experientes ligados a outros veículos de comunicação da grande imprensa.

A escolha dessa revista como material de estudo justifica-se pelo fato de a mesma, pelas próprias condições de produção em que surgiu, constituir uma fonte, rica e atual, de manifestações discursivas (de assuntos) diretamente relacionados ao desenvolvimento histórico das discussões sobre a homossexualidade (após seu lançamento, outras do gênero apareceram nas bancas).

---

## CAPÍTULO 6

### **Sobre os recortes e delimitações**

Neste capítulo, não vamos nos preocupar com a explicitação do *corpus* de análise em si. Tentaremos caracterizar as unidades de análise ao longo das discussões propostas nas partes III e IV, à medida que os enunciados referentes às questões a serem discutidas forem aparecendo. Preferimos, neste momento, permanecer centrados na exposição das reflexões que levaram a este *corpus* (formado por 31 conjuntos de enunciados agrupados de acordo com a questão a ser analisada).

Partimos de uma breve apresentação do editorial do primeiro exemplar de *SuiGeneris* (publicado em janeiro de 1995), para detectarmos os propósitos apresentados pela revista, afim de observarmos, durante o trajeto de nosso trabalho, até que ponto ela foi (ou está sendo) coerente com os objetivos que se propôs desenvolver. Apresentamos, a seguir, o texto na íntegra para lançarmos alguns comentários preliminares:

O ano já é novo e a estação, a nossa preferida. Não podia haver melhor ocasião para o lançamento da *SuiGeneris*. Em clima de verão e de recomeço, a primeira edição quer ser um convite para você leitor entrar nesses novos tempos que os anos 90 tão bem anunciaram.

E a gente entra com o pé direito, trazendo a entrevista de Neil Tennant que é a cara desta época. Ele que, como muitos de nós, se recusava a falar publicamente deste detalhe da sua vida, discutiu com Paul Burston aquilo que sempre cantou em suas músicas. Em outra reportagem, o escritor Caio Fernando Abreu revela outra atitude característica dessa virada de século. Afiado como sempre, ele ataca vigorosamente a vivência homossexual dentro de guetos, essa palavra antiga usada para os locais onde os judeus eram obrigados a morar, que carrega um conceito de segregação que nada mais tem a ver com a modernidade.

Com simplicidade, Cássia Eller revela sua namorada para Renato Russo. E muito mais sobre cultura gay, moda, comportamento, diversão. Assim é *SuiGeneris*, a primeira revista brasileira a trazer discernimentos sérios e futilidades chics dirigidas para homens e mulheres gays. Mas sem exclusividade.

Nossa intenção é levar a cultura gay de forma vibrante, inteligente, alegre, para fora dos guetos. Dar nossa contribuição, oferecendo um jornalismo de qualidade, para que surja em breve uma consciência social mais generalizada de que nossas semelhanças são maiores que nossas diferenças. Porque a gente é gay e igual a todo mundo. Até fevereiro. (Nelson Feitosa)

O primeiro editorial de *SuiGeneris* (lembramos que o editorial é, supostamente, o espaço de manifestação explícita de opinião dos veículos de comunicação, fato que faz com que se espere que o restante do veículo se configure discursivamente de maneira coerente com os propósitos do editorial) parece indicar uma revista preocupada em discutir com seriedade questões referentes à homossexualidade (*discernimentos sérios, consciência social*) sem deixar de ser lúdica (*futilidades chics, vibrante, alegre*). A impressão que se tem é de uma expectativa e de uma aposta em novos rumos para a questão da homossexualidade (*clima de verão e de recomeço, entrar nesses novos tempos que os anos 90 tão bem anunciaram, a gente entra com o pé direito, é a cara desta época, atitude característica dessa virada de século, modernidade*). Pretendemos, ao longo de nosso trabalho observar como *SuiGeneris* tem se comportado discursivamente em relação a esses propósitos, sem esquecer que a revista é, antes de mais nada, um produto de mercado e, dessa forma, não tem “obrigação” de ser representante direta do movimento homossexual

organizado, apesar de ela mesma se comprometer com propósitos que têm tudo a ver com questões da militância.

A revista, assim como a imprensa dirigida ao público homossexual de maneira geral, parece, pois, fixar-se em dois objetivos: o primeiro seria o de desenvolver as discussões sobre a homossexualidade; o segundo seria o de atender à segmentação do mercado editorial; objetivos que, por sua vez, parecem refletir a própria definição dicionarizada (cf. dicionário *Aurélio*) da expressão *suigeneris* em suas duas acepções: a primeira, *de seu próprio gênero* (definição etimológica, que corresponderia à fixação pela revista do primeiro objetivo, que chamaremos de significado I); e a segunda, *que não apresenta analogia com nenhuma outra (...) coisa* (definição que corresponderia ao segundo objetivo no que diz respeito à busca, por parte do mercado editorial, do ineditismo como atrativo para anunciantes e leitores, que chamaremos de significado II).

O significado I, ligado à promoção das discussões sobre a homossexualidade, parece se instaurar de duas maneiras. A primeira corresponde à reiteração de posições “mais avançadas” sobre a homossexualidade, caso em que a revista pode ser considerada como uma decorrência histórica das discussões sobre sexualidade/homossexualidade, caracterizando-se por certa “autenticidade”. Trata-se do início de um caminho para instaurar uma formação discursiva (relacionada às reivindicações homossexuais) que reorganiza as relações com a formação discursiva dominante (relacionada à instauração da heterossexualidade dita “normal”). Já a segunda maneira diz respeito a “recaídas” em posições preconceituosas em relação à sexualidade/homossexualidade, caso em que a revista pode ser considerada como uma decorrência histórica das discussões sobre a homossexualidade (mantendo, ainda na atualidade, algumas das contradições ligadas ao tema) ou pode ser considerada como um produto que faz a mediação entre certo tipo de anunciante e certo tipo de consumidor, ocasião em que a preocupação mercadológica supera a preocupação temática.

O significado II está mais ligado à discussão de uma tentativa da revista de se fixar por meio de uma argumentação fundada na exclusividade e no ineditismo (argumentos que têm tudo a ver com a posição de um discurso que se auto-proclama de vanguarda) como

forma de atender certas exigências do mercado editorial para atrair o maior número possível de leitores.

Para o estabelecimento do *corpus*, partimos de uma seleção qualitativa do material disponível, assim como de materiais provenientes de outras fontes que estejam relacionados à repercussão das discussões sobre a homossexualidade. Visamos estabelecer o *corpus* de acordo com assuntos relacionados ao desenvolvimento histórico da figura do homossexual – considerando o que chamamos de significado I e de significado II – para, assim, detectar como a revista se relaciona com posições correntes, contrárias ou favoráveis à sua, no que diz respeito à enunciação da homossexualidade.

Durante o percurso deste trabalho enfocamos dois aspectos que nos parecem essenciais para mostrar como o material delimitado é suficiente para caracterizar a revista.

Em relação ao primeiro aspecto privilegiado de análise, partimos da caracterização do espaço de interlocução proposto pela revista para, assim, discutirmos os propósitos do jornalismo impresso especializado. Duas hipóteses orientam os resultados em relação a este primeiro aspecto: o espaço de interlocução: (a) ora caracteriza a revista como uma publicação **para** um público específico (fato que delimita os leitores e privilegia o interesse mercadológico); (b) ora a caracteriza como uma publicação **sobre** assuntos específicos de determinado grupo para qualquer público em potencial (fato que amplia o universo dos leitores e, portanto, o alcance da visibilidade das questões homossexuais). Pretendemos observar se o funcionamento da revista, enquanto publicação especializada, tem-na caracterizado mais no sentido de delimitar o público, dificultando o alcance da discussões, ou se está mais dirigido a ampliar o público e, conseqüentemente, o alcance das discussões. Para tal, tentaremos caracterizar tanto os assuntos **sobre** os quais a revista trata quanto o público **para** o qual ela se dirige e o que ela atinge (ressaltemos que interessa tanto detectarmos o público que a revista atinge quanto o público ao qual ela se dirige – os quais podem muitas vezes não coincidir – pois é o primeiro que vai nos ajudar a medir o alcance das questões discutidas).

O outro aspecto privilegiado na análise do material é a enunciação da política do “assumir-se” como elemento caracterizador da participação da revista na militância pela visibilidade. O parâmetro que estabelecemos para detectar aspectos de discussão sobre

questões relativas à homossexualidade foi a enunciação do movimento organizado. Para isso, contamos com a aquisição de materiais de divulgação dos grupos homossexuais (folders, boletins, jornais), com a participação em eventos promovidos pelo movimento (palestras, encontros), com a leitura de bibliografia sobre sexualidade e sobre homossexualidade, e com a participação em reuniões semanais organizadas pelo grupo Identidade, de Campinas (SP). Nestas reuniões, os membros do grupo organizam dinâmicas temáticas seguidas de discussões. Além de participarmos ativamente de algumas destas discussões, tivemos a oportunidade de, a convite dos membros do Identidade, coordenar uma destas reuniões, onde propusemos uma discussão sobre a imprensa homossexual, enfocando a participação de *SuiGeneris* no cenário da militância (reunião realizada no dia 1º de agosto de 1999, sob o título: “Assumir-se homossexual no discurso da revista *SuiGeneris*”). A partir daí, pretendemos observar como o discurso é transportado para a revista.

Dada a impossibilidade de analisarmos exaustivamente todos as seções de todos os exemplares que constituem nosso material (mais de 40), realizamos um primeiro recorte a fim de delimitarmos o material de análise. Decidimos, então, considerar, a princípio:

- as **capas** e os **ensaios de moda**, pois os consideramos como espaço privilegiado para se observar aspectos visuais da revista;
- os **editoriais**, por serem, supostamente, a “voz” de todo veículo de comunicação, por meio da qual se emite, mais explicitamente, a opinião deste veículo;
- as **cartas de leitores**, por constituírem o espaço de diálogo dos leitores para com a revista;
- as **entrevistas**, para observarmos quem a revista chama para o diálogo efetivo e sobre o que fala o entrevistado;
- as **matérias principais** anunciadas na capa ou no índice, para observarmos porque tal matéria mereceu destaque;
- alguns **artigos**, por serem de autoria de pessoas com certa representatividade no movimento homossexual organizado no Brasil.

Após este primeiro recorte, do qual resultou uma quantidade ainda muito extensa de material para análise e discussão, partimos para uma segunda delimitação. Passamos a procurar neste material os aspectos que privilegiamos nas análises, referentes à interlocução e à enunciação do assumir-se (estes aspectos, que mencionamos acima, serão mais detalhados nas partes III e IV). Estabelecemos, então, as discussões privilegiadas em relação a estes aspectos (que também serão melhor explicitadas nos próximos capítulos) e selecionamos 31 enunciados (ou conjuntos de enunciados) que consideramos representativos para ilustrar estas discussões. Convém ressaltar que o enunciado (29) foi extraído de uma entrevista da revista *Veja*, portanto, não faz parte do material principal de análise. Mas, decidimos incluí-lo às nossas análises porque o consideramos importante para a compreensão da questão abordada.

Não pretendemos, com esta delimitação, privilegiar certas seções em detrimento de outras. Ao adotarmos a concepção de Semântica Global (cf. Maingueneau, 1984) que postula a existência de conjuntos de traços semânticos que permitem produzir enunciados referentes a um dado discurso e que trata da descrição do sistema de restrições a que todo discurso é submetido – sistema que estabelece os enunciados que podem e os que não podem ser ditos pelo enunciador enquanto sujeito do discurso –, assumimos que o conjunto de traços semânticos afeta todos os domínios do discurso, não privilegiando nenhum de seus planos. Ao concordarmos com Maingueneau, recusamos *a idéia de que há, no interior do funcionamento discursivo, um lugar onde sua especificidade se condensaria de maneira exclusiva ou privilegiada que fosse* (Maingueneau, 1984:12). O que significa que o sistema de restrições afeta todos os planos do discurso da mesma maneira. Dessa forma, acreditamos que os aspectos semântico-discursivos que caracterizam o discurso dessa revista atravessam e caracterizam toda a sua configuração.

---

## CAPÍTULO 7

### A interlocução num nível mais geral

Neste capítulo, propomos lançar discussões sobre o espaço de interlocução instaurado por *SuiGeneris*. Nosso intuito, como já dissemos anteriormente, é, principalmente, refletir sobre os propósitos do jornalismo (impresso) especializado, no que diz respeito ao alcance desse tipo de publicação. Pretendemos observar *quando* o funcionamento discursivo da revista tem-na caracterizado mais no sentido de delimitar o público, não buscando, assim, maior alcance das discussões (o que a caracterizaria como uma publicação PARA UM PÚBLICO DETERMINADO), e *quando* tem-na caracterizado mais no sentido de ampliar o público e, conseqüentemente, o alcance das discussões (o que a caracterizaria como uma revista SOBRE UM ASSUNTO ESPECÍFICO, mas destinado a QUALQUER PÚBLICO. Dessa maneira, a revista seria considerada uma publicação homossexual principalmente por tratar de assuntos/temas ligados à homossexualidade e não por instaurar uma interlocução exclusiva com leitores assim identificados). Convém explicitarmos que nos referimos a *quando* o funcionamento discursivo se caracteriza em uma ou em outra direção de argumentação a respeito da interlocução por pressupormos que

não há como caracterizar a revista como inserida em apenas um dos sentidos de interlocução apresentados. Dessa forma, o que nos importa não é detectar se é restritiva ou se é abrangente, mas sim, *quando* é restritiva e *quando* é abrangente.

Pretendemos, na verdade, observar como a revista constrói discursivamente a imagem de seu leitor, principalmente no que diz respeito à sua orientação sexual<sup>22</sup>.

Ao contrário da idéia corrente segundo a qual uma publicação homossexual (e qualquer publicação especializada) deveria ser assim caracterizada devido a uma segmentação bem definida de seu público, *SuiGeneris* parece propor, a priori, uma interlocução não restritiva, no que tange à orientação sexual do público leitor, como mostra o enunciado abaixo:

(1) “[a) Assim é **SuiGeneris**, a primeira revista brasileira a trazer discernimentos sérios e futilidades chics **dirigidas para homens e mulheres gays**. [(b) Mas **sem exclusividade**. Nossa intenção é levar a cultura gay de forma vibrante, inteligente, alegre, **para fora dos guetos**.(...)]” (do editorial publicado na edição nº 1)

<sup>22</sup> Gostaríamos de esclarecer que, ao considerarmos a delimitação do público, estamos nos referindo ao aspecto da orientação sexual, pois é a partir deste aspecto que as publicações homossexuais são consideradas e caracterizadas como tais. O termo “orientação homossexual” começou a ser utilizado e propagado pelo movimento organizado como forma de assumir uma postura frente às manifestações da sexualidade que diferisse das concepções que explicam a homossexualidade como “opção/escolha/preferência sexual”, como “determinação genética/biológica”, como “determinação sócio-histórica”, como “doença ou distúrbio”, ou ainda, como “pecado ou perversão”. Câmara (1998:8) explica que *orientação sexual é uma expressão (...) que indica uma referência identitária e/ou um modo de vida diretamente associado à sexualidade.(...) É apreendida antes de mais nada como um desejo individual*. Para a autora a *orientação sexual retrata o lugar que o movimento ocupa e o diálogo que estabelece com seus interlocutores/opositores* (Câmara, 1998:15). Tal expressão é dotada de um caráter genérico que, procura abrir o *diálogo do movimento de gays e lésbicas com outros grupos organizados na sociedade* (Câmara, 1998:21). O que diferencia o uso desta expressão é o fato de se procurar, por meio dela, desvincular a *abordagem sobre relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo da necessidade de busca de uma origem, mesmo que haja uma constante atualização nos campos médicos, religioso e jurídico* (Câmara, 1998:22), uma vez que *ao ser utilizada a expressão orientação sexual o enfoque prioritário não é o que explica sua existência, mas que tipo de relações são estabelecidas a partir daí* (Câmara, 1998:22). Ao adotarmos a expressão estamos considerando, antes de mais nada, que a *orientação sexual consolida o momento da discussão sobre os direitos individuais no interior do movimento e a criação de um lugar simbólico para a expressão pública e das relações entre pessoas do mesmo sexo* (Câmara, 1998:25). Justificamos, então, que a interlocução, neste trabalho, dever ser vista, a princípio, a partir da ótica da orientação sexual, pois, é, supostamente, por esta ótica que as publicações ditas homossexuais diferenciam-se das demais, tanto no que diz respeito ao público estabelecido quanto aos assuntos tratados e às maneiras de tratar esses assuntos (assim como as discussões propostas por revistas dirigidas às mulheres, por exemplo, partem de questões relacionadas a gênero, e as discussões propostas por revistas dirigidas aos negros partem da ótica racial). A orientação sexual vai caracterizar, então, o elemento diferencial deste tipo de publicação que pretendemos caracterizar. Acreditamos que, se *SuiGeneris* se diferencia de outros tipos de publicação, isso se deve, em grande parte, à questão da orientação sexual. Pretendemos observar como a revista determina (e se posiciona frente a) seu público tanto de orientação homossexual quanto de orientação heterossexual.

A segunda parte do enunciado [1(b)] elimina, aparentemente, a possibilidade de delimitação de um público com base em sua orientação sexual, que poderia ser considerada levando-se em conta apenas a primeira parte do enunciado [1(a)].

Destacamos dois momentos em que a proposta de uma interlocução não-restritiva é percebida e atestada pelos leitores. O primeiro diz respeito à caracterização da revista em si, como se pode notar nos trechos destacados em (2) e (3):

(2) "(...) [(a) pensava que se tratava de mais uma publicação gay repleta de afetação lançada no mercado]. Ao invés disso, encontrei algo novo (...) Definitivamente, [(b) **uma revista gay de informação 'paratodos'** (...) Concordo inteiramente com Gerald Thomas quando ele afirma que **divulgar homossexualismo para homossexuais somente é redundante**. Típico da hipocrisia do ser humano. Como disse o cineasta Bruce La Bruce "**nenhum tipo de gueto é saudável!**" (da carta "Amplio Horizonte", publicada na edição nº 31)

(3) "(...) A revista tem cumprido a contento sua meta: [(a) manter informado um segmento da nossa sociedade – cuja existência até há pouco tentava-se ignorar – sobre seus interesses e anseios], e ao mesmo tempo [(b) **divulgar a riqueza da cultura homossexual, difundida apenas nos guetos reservados para esse tipo de manifestação**]. (...) (da carta "Questão genealógica", publicada na edição nº 31)

Assim como ocorre em (1), a segunda parte dos enunciados (2) e (3) – [2(b)] e [3(b)] – mostram como *SuiGeneris* está se saindo em relação ao que se espera de publicações homossexuais: ela supera as expectativas em relação a este tipo de publicação – mostrada em [2(a)] e em [2(b)] – no sentido de expandir as informações sobre a homossexualidade. Neste caso, a revista seria abrangente por uma postura editorial, por uma iniciativa própria.

O segundo momento em que os leitores reconhecem uma interlocução não restritiva diz respeito à caracterização do alcance da revista para além do público que se espera para uma publicação especializada deste tipo, como mostram (4) e (5):

(4) "**embora eu seja hetero**, eu me sinto orgulhosa de poder ir até a banca e comprar uma revista como a *SuiGeneris*" (da carta "Orgulho nosso", publicada na edição nº 11)

(5) "(...) quero que saibam que **vocês têm conseguido conquistar o público careta**<sup>23</sup>, **vários colegas** meus ficam super ansiosos e **tem a revista até mesmo antes de mim!** (...) (da carta "Antes de mim", publicada na edição nº 12)

Observamos em (4) e (5) a utilização dos termos "embora" e "até mesmo". A utilização destas expressões para introduzir o leitor heterossexual na caracterização do

<sup>23</sup> O termo "careta" foi criado pelo grupo homossexual para "adjetivar" o heterossexual (cf. a matéria intitulada "Caretas. Uma estranha atração", publicada na oitava edição de *SuiGeneris*).

público revelam certo “estranhamento” (o que não significa discordância) em relação à possibilidade de um público não homossexual. Aqui, diferentemente do que ocorre em (2) e em (3), a abrangência maior do público decorre da iniciativa do próprio leitor.

Os enunciados de (1) a (5) ilustram a caracterização de um público de certa forma abrangente, fundada na possibilidade de uma interlocução não restritiva, no que diz respeito à orientação sexual dos possíveis leitores. Se fossemos traçar aqui a cena do que Indurski (1997) chama de interlocução enunciativa, que corresponde, para a autora, ao primeiro nível da atividade discursiva de interlocução, o qual conta com interlocutores bem definidos e explicitados, teríamos um locutor determinado – a revista *SuiGeneris* – que se dirige a interlocutores igualmente determinados – os leitores, sejam eles gays, lésbicas ou heterossexuais. Dessa forma, o diálogo estaria estabelecido de maneira estável entre revista e (qualquer) leitor e vice-versa. Mas, observamos também um momento em que a linearidade dessa interlocução não é verificada.

Quando isto ocorre, acontece uma espécie de “quebra” da possibilidade de interlocução com o leitor antes caracterizado. A quebra acontece quando a revista, apesar de não se apresentar como restritiva – pois, aparentemente, não delimita seu público de acordo com sua orientação sexual –, é, de alguma maneira, excludente – pois priva, de alguma forma, em algum momento, determinados segmentos do público de usufruir dos serviços e das informações que oferece. Trata-se de uma especificação do público que pode ser percebida quando a revista é excludente em relação aos serviços que oferece, impedindo a identificação do leitor que não se encontra dentro dessa especificação.

A revista se dirige também ao público heterossexual, àquele que não pertence ao “gueto” homossexual, como se observa, por exemplo, em [1(b)]. Seu discurso é, aparentemente, para todos, mas, seus serviços não são oferecidos a este grupo, como se vê em (6) e (7):

(6) “Ninguém planejou, mas a *SuiGeneris* torna-se a cada dia mais interativa. Tudo começou com a seção de cartas. (...) Depois, vieram os pedidos que levaram à criação do **Classiletter**, um canal aberto para um **maior convívio entre gays e lésbicas**. (...) Agora, acatamos outra reivindicação. Juntos vamos montar o Etcetera, um roteiro com os melhores points em todo o Brasil.

(...)

(...) falamos livremente na seção de cartas, com nossos correspondentes do Classiletter e com **os gays e lésbicas que encontraremos nos points sugeridos no Etcetera (...)**” (do editorial “Só entre nós, não!”, publicado na edição nº 9)

(7) “(...) a gente está lançando o **SuiGeneris Club** (...) que incrementa as possibilidades de **contato entre gays e lésbicas Brasil afora**” (do editorial “Azaração techno”, publicado na edição nº 11)

Ao mesmo tempo que *SuiGeneris* se propõe a informar os leitores independentemente de sua orientação sexual – e tal proposta é reconhecida e aprovada pelo público –, parece que os produtos e serviços por ela oferecidos reproduzem uma segmentação desse público, que resulta na exclusão de determinado segmento.

A exclusão também acontece em (8), quando o leitor, apesar de estar incluído no público caracterizado em (1), não se sente representado, não se sente informado, enfim, não se sente “atingido” pela abordagem proposta pela revista:

(8) “**As lésbicas também precisam de um ‘documento’ como a SuiGeneris, que relata para o público gay as coisas de seu mundo. (...) Se não há interesse em publicar matérias em que o assunto seja dirigido às duas partes, (...) que crie um ‘documento’ sobre nossas vontades, desejos, afinidades, cultura, moda** e tudo mais que um ser humano precisa ser informado, de acordo com o seu habitat...Na verdade, o público gay está se saindo mais machista que os ditos heterossexuais!” (da carta, “Documento para lésbicas”, publicada na edição nº 21)

Se as lésbicas alegam que “precisam” de uma revista dirigida a elas é porque consideram que *SuiGeneris* não inclui esse segmento do público em seu discurso. Mas, não apenas “precisam”: elas “**também precisam**”, ao contrário dos gays, que não precisam mais, pois *SuiGeneris* supre esta carência ao, supostamente, dirigir-se a eles.

Apesar de não ser, a priori, restritiva quanto a seu público, não significa que não seja omissa em determinadas questões, fato que pode permitir questionamentos sobre sua eficácia enquanto veículo de comunicação a serviço de um grupo. O que permite que ela seja classificada como tal, ou seja, como uma revista homossexual, parecem ser as posições que ela assume em relação à homossexualidade enquanto sujeito do discurso da militância homossexual. Afinal, a atividade discursiva é uma questão de assumir posições. E assumir determinada(s) posição(ões) implica em omitir a existência de outra(s). Ao apresentar-se de

maneira não restritiva, não significa que vai estabelecer uma relação igualitária com os leitores. Alguns vão se sentir mais privilegiados que outros, dependendo da distância que se estabelece entre sua posição no discurso da homossexualidade e a posição de *SuiGeneris*. É o que pretendemos mostrar, de maneira um pouco mais aprofundada, nos próximos capítulos em que abordaremos o nível discursivo da enunciação da homossexualidade.

---

## CAPÍTULO 8

### **Considerações discursivas do dizer sobre a homossexualidade**

Levantamos, até o presente momento, algumas hipóteses a respeito do que acreditamos configurar uma caracterização, do ponto de vista mais geral, da revista – e de seu público. Nosso próximo passo é observar como a caracterização da revista se marca do ponto de vista discursivo.

Já admitimos, em nossas discussões anteriores, que são as abordagens relacionadas ao SOBRE que assuntos a revista trata e, principalmente, ao COMO trata de tais assuntos, que determinam as posições assumidas pela revista que vão refletir na questão da visibilidade das discussões sobre a homossexualidade. É hora, então, de partirmos para a análise desse “COMO”, a fim de verificarmos o grau de acessibilidade que a revista proporciona aos leitores em relação às questões que aborda.

Para tal, as entradas de análise estarão baseadas em dois tópicos.

O primeiro tópico diz respeito à RELAÇÃO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DO PÚBLICO LEITOR. Assumimos que todo enunciador tem a expectativa de que seu texto tenha destinatário, que ele circule, seja recebido e compreendido pelos leitores. Para que a compreensão se efetive

com o maior sucesso possível, alguns fatores devem ser considerados, como: o conhecimento partilhado entre produtor e receptor; o grau de informatividade (previsibilidade das informações); as relações intertextuais que dão sentido ao texto; e, o uso de termos “técnicos” específicos a um determinado domínio. Percebemos que estes fatores de textualidade interagem, um implicando o outro – o que não impede a possibilidade de, eventualmente, em casos específicos, ocorrer o estabelecimento de uma hierarquia entre eles, um atuando de maneira mais forte que os demais.

A caracterização do público leitor, a partir da observação destes fatores, parece-nos importante elemento de caracterização da própria revista, em conjunto com outras questões consideradas (como os aspectos visuais). Pretendemos “medir” sua eficiência no que tange a não se fechar num grupo específico de leitores, a fim de verificarmos sua posição em relação à visibilidade pretendida.

Para tal, selecionamos algumas questões referentes à homossexualidade – preferencialmente relativas a discussões mais correntes (que interessem ao público de uma maneira geral) – e procuramos observar essas questões a partir de parâmetros lingüísticos de análise que auxiliem na verificação da inclusão ou exclusão de determinados tipos de leitores em determinados momentos, tais como:

A) ASPECTOS VISUAIS. Elementos visuais que compõem e ilustram a revista, tais como as fotos, que podem contribuir, como observaremos mais adiante, para a delimitação dos leitores.

B) ESCOLHA LEXICAL. Trata-se de marcas mais óbvias que apontam inclusão ou exclusão de determinados grupos no público leitor, por exemplo, através da criação de um efeito de adjetivação.

C) INFORMATIVIDADE. O grau de previsibilidade da informação também determina inclusão ou exclusão, uma vez que pode caracterizar informações imprevisíveis para aqueles leitores cujas relações não se encontram explicitadas por inteiro.

D) ACEITABILIDADE. Está relacionada ao conhecimento partilhado entre interlocutores e, conseqüentemente, ao grau de informatividade estabelecido.

E) **RELAÇÕES INTERTEXTUAIS.** O que é citado pelo discurso pressupõe um intertexto mais abrangente ou mais próximo do “código” gay, o que delimita, respectivamente, um público mais amplo (inclusão) ou um público mais restrito (exclusão) de leitores.

F) **USO DE TERMOS MAIS ESPECÍFICOS.** Assim como as relações intertextuais privilegiadas, a recorrência a termos característicos de certo domínio ou grupo – e, portanto, não dicionarizáveis em seu sentido literal –, tal como a utilização de jargão e gírias, muito provavelmente reduz o número de leitores para os quais a compreensão dos textos acontece de maneira efetiva.

Pretendemos, com este tópico, que inclui os seis aspectos de análise que acabamos de enumerar, observar como a revista está atingindo, ou não, o leitor geral, que inclui, além do homossexual masculino assumido, o heterossexual, a homossexual feminina, os homossexuais não assumidos e os homossexuais não militantes, os quais dependem de algumas explicitações para compreenderem o discurso homossexual.

O outro tópico a que nos referimos trata da **RELAÇÃO DE VALORIZAÇÃO/DESVALORIZAÇÃO DA ENUNCIÇÃO DE QUESTÕES REFERENTES À HOMOSSEXUALIDADE.** Trata-se de discutirmos como a revista se posiciona em relação às diferentes posições assumidas pelos sujeitos do discurso na enunciação da homossexualidade. A relação que pretendemos observar pode ser assim considerada:

A) **VALORIZAÇÃO:** em relação àquele que se submete, de maneira “pacífica”, ao que a revista, de acordo com o discurso da militância, estabelece como discurso legitimado;

B) **DESVALORIZAÇÃO:** em relação àquele que, de certa forma, questiona o discurso homossexual tal como é proposto pela militância. A revista pode aceitar esse posicionamento ou não. Neste caso, estabelece uma relação polêmica que vai caracterizar o adversário da revista. Para tal caracterização, consideraremos os seguintes critérios: relações intertextuais (quem e o que traz, de dentro ou de fora do discurso da homossexualidade, para legitimar seu ponto de vista); estatuto do enunciador (o que lhe permite enunciar legitimamente); estatuto do enunciatário (o que impede o adversário de enunciar legitimamente); a polêmica discursiva.

Em relação a este tópico, pretendemos mostrar como a interlocução oscila entre ser “pacífica” e “não-pacífica”, de acordo com as posições assumidas por leitores, e como a revista se coloca nesta oscilação.

O privilégio que dispensamos às duas relações explicitadas acima – a saber, relação de inclusão/exclusão e relação de valorização/desvalorização – é explicado se considerarmos que os veículos jornalísticos visam ao maior alcance possível. As duas relações consideradas partem, portanto, da noção de leitor enquanto uma espécie de “efeito de referencialização” criado pela revista. Dessa forma, a referência criada como leitor aparece com sentidos diferentes, pois depende de leitores concretos. A revista cria uma expectativa em relação a seu alcance mas, como não pode prever seus leitores concretos, esta expectativa pode se quebrar.

Acreditamos que os recursos lingüísticos acima sinalizados, organizados entre si, trarão resultados que contribuirão para configurar o discurso da revista. Convém ressaltar que, por uma questão metodológica, a seleção de dados para análise partiu, na sua maioria, dos elementos apresentados na capa. Tal decisão se justifica pois, além de não pretendermos (e de ser impossível) a realização de uma análise exaustiva do material, dado o enorme volume de texto, a capa é o elemento mais importante de um veículo impresso de comunicação. Em um primeiro momento, pretendemos observar QUEM e O QUE a capa traz para atrair o leitor e, posteriormente, COMO e PORQUE traz determinadas pessoas abordando determinados assuntos. Tal escolha metodológica não nos privou, como observaremos, de selecionar dados provenientes de textos não mencionados na capa, mas, nem por isso, menos pertinentes para análise.

---

## CAPÍTULO 9

### **Considerações sobre a delimitação discursiva de um território (ou delimitação de um território discursivo)**

#### Aspecto visual como elemento discursivo

Para considerarmos os aspectos visuais da revista, mais precisamente as fotos que ela veicula, como um dos elementos que delimitam a relação de inclusão/exclusão, adotamos a noção de “prática intersemiótica”, proposta por Maingueneau (1984), segundo a qual o discurso não se restringe a uma prática de enunciados<sup>24</sup>, pois ele se manifesta por meio de mais de um recurso (recursos verbais, recursos visuais). Sempre que tratarmos dos recursos visuais referentes ao material de análise, estaremos nos referindo a fotos publicadas na revista. Não trataremos de outro tipo de imagem (ilustração, desenho, charge etc.) neste trabalho. Estaremos considerando, principalmente, as fotos da capa e as fotos dos ensaios de moda.

---

<sup>24</sup> De acordo com Maingueneau (1984), os *enunciados* serão considerados enquanto o material propriamente lingüístico, ou seja, os textos verbais. Já o *texto*, para o autor, refere-se a qualquer tipo de manifestação, seja ela verbal (enunciado) ou visual (fotos, figuras, desenhos, ilustrações).

De acordo com Maingueneau, ao modelo do discurso corresponde um “sistema de restrições” que recai sobre organizações de sentido e que não se configura como uma gramática destinada unicamente a engendrar enunciados. Além dos planos textuais, estão sujeitos a este sistema organizações de ordem não-lingüística. Portanto, mesmo não estando submetidos ao mesmo código de linguagem, *os diversos suportes intersemióticos não são independentes uns dos outros, estando submetidos às mesmas escanções históricas, às mesmas restrições temáticas, etc* (Maingueneau, 1984:158). O aspecto visual deve, então, ser considerado enquanto elemento discursivo que, por esse motivo, produz sentido dentro do discurso ao qual pertence. Como acabamos de dizer, retomando Maingueneau (1984:158), *o pertencimento a uma mesma prática discursiva de domínios intersemióticos diferentes exprime-se em termos de conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas*. Isto significa que, apesar de se situarem em campos diferentes, todas as manifestações de determinado espaço discursivo devem estar submetidas a uma mesma semântica global. Os domínios semióticos referentes a um discurso podem ser variados desde que sejam compatíveis ao compartilhar, mesmo que de maneira diferente, um conjunto de semas do mesmo espaço discursivo, ou seja, desde que sejam submetidos ao mesmo conjunto de restrições semânticas.

Nesta parte, vamos relatar o que, por ser o mais visível, pode remeter a uma análise superficial. A princípio pode parecer uma mera análise descritiva. Mas, este aspecto descritivo vai fazer sentido quando relacionado aos demais aspectos.

Em primeiro lugar, realizaremos uma descrição do que pudemos detectar em relação às capas. Gostaríamos, antes, de esclarecer como definimos os critérios a partir dos quais obtivemos os resultados. Para definirmos a ORIENTAÇÃO SEXUAL, valemo-nos de explicitações ou indícios, presentes no corpo das matérias e entrevistas, em relação à orientação sexual da pessoa retratada na capa. Em hipótese alguma julgamos a orientação sexual da pessoa com base em opiniões correntes sobre elas. Não pretendemos, da mesma forma como parece não pretender a revista, ser os propagandistas da orientação sexual alheia<sup>25</sup>. A partir daí, observamos se a orientação sexual tinha ou não relação direta com a

<sup>25</sup> Para definirmos a orientação sexual das pessoas retratadas nas capas, partimos da seguinte recomendação da própria *SuiGeneris*, repetida em todos os exemplares, na mesma página do índice: *As pessoas que*

abordagem privilegiada pela matéria principal. Consideramos, também, que a capa pode tratar de: uma QUESTÃO PESSOAL quando a entrevista ou matéria referente à pessoa retratada na capa centra-se na vida desta pessoa; uma QUESTÃO DE INTERESSE COLETIVO quando o assunto abordado na capa é de interesse coletivo e a pessoa retratada só ilustra determinado assunto; e uma QUESTÃO, AO MESMO TEMPO, DE INTERESSE COLETIVO E PESSOAL, quando o assunto abordado na capa é de interesse coletivo, mas a matéria inclui algo relativo a esse assunto sobre a pessoa retratada na capa. Listaremos, a seguir, antes de interpretarmos os dados das tabelas e suas implicações, alguns variados exemplos que cruzam diferentes critérios.

Em relação às capas masculinas:

- 1) O retratado é HOMOSSEXUAL e sua ORIENTAÇÃO SEXUAL TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 1, com o cantor Neil Tennant. Chamada de capa: *Pet Shop Boy Neil Tennant abre o jogo: "I am gay"*. Por que a orientação sexual tem relação com a matéria? Porque trata-se da tradução de uma entrevista, realizada por Paul Burston ("editor da revista inglesa *Attitude*, que publicou originalmente a entrevista coming out de Neil Tennant"), na qual o cantor assume pela primeira vez a sua homossexualidade para a imprensa.

- 2) O retratado é HOMOSSEXUAL e sua ORIENTAÇÃO SEXUAL NÃO TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 3, com o cantor Boy George. Chamada de capa: *Boy George: "Encare como homem"*. Por que a orientação sexual não tem relação com a matéria? Porque os assuntos principais dizem respeito à carreira do cantor: seu sucesso, seu sumiço e seu retorno com o lançamento de disco e com o novo show. A homossexualidade do cantor, quando mencionada, é apenas um acessório da matéria.

---

*escrevem e trabalham para SuiGeneris são gays, lésbicas, bissexuais, heterossexuais ou abstêmias. Na falta de declaração explícita a respeito da orientação sexual de qualquer indivíduo mencionado ou envolvido em algum material publicado, não deve ser tirada qualquer conclusão precipitada a esse respeito.*

- 3) O retratado é HETEROSSEXUAL e sua ORIENTAÇÃO SEXUAL TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 10, com o jogador de futebol Renato Gaúcho. Chamada de capa: *Renato Gaúcho. O craque fala de sexo, mulheres, homossexualismo e dinheiro*. Por que a orientação sexual tem relação com a matéria? Por que os aspectos abordados sobre homossexualidade dizem respeito, entre outras coisas, a “boatos” de supostos relacionamentos homossexuais envolvendo o jogador. Além disso, Renato Gaúcho sempre foi conhecido nos meios de comunicação como o típico machão, o que torna inusitado o fato de ele aparecer retratado na capa de uma revista gay.

- 4) O retratado é HETEROSSEXUAL e sua ORIENTAÇÃO SEXUAL NÃO TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 34, com o atleta Robson Caetano. Chamada de capa: *Robson Caetano. Campeão Olímpico com os genes do futuro*. Por que a orientação sexual não tem relação com a matéria? Porque centra-se na carreira do atleta e, em nenhum momento ocorre a valorização ou o questionamento de sua orientação sexual. A sua heterossexualidade não influencia assuntos abordados.

- 5) A ORIENTAÇÃO SEXUAL do retratado NÃO ESTÁ EXPLICITADA e TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 13, com o ator Diogo Vilela. Chamada de capa: *Diogo Vilela. Ele encarou a morte e cinco anos sem sexo. Impactante!* Por que a orientação sexual tem relação com a matéria? Porque a entrevista explora, entre outras coisas, a resistência do ator a rótulos referentes à questão da orientação sexual. Além disso, deixa implícita uma possível homossexualidade do ator.

- 6) A ORIENTAÇÃO SEXUAL do retratado NÃO ESTÁ EXPLICITADA e NÃO TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 12, com o modelo Flávio Martins. Chamada de capa: *Donos da fé. Bíblia na mão, eles detonam quem é digno do amor de Deus*. Por que a orientação sexual não tem relação com a matéria? Porque a matéria aborda a posição de diversas religiões em relação à homossexualidade sem que faça menções ao modelo. Ele apenas ilustra, na capa,

uma questão de interesse coletivo a ser abordada na matéria principal. Não há menção ao modelo nem no título nem no corpo da matéria.

Em relação às capas femininas:

- 1) A retratada é HETEROSSEXUAL e sua ORIENTAÇÃO SEXUAL TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 5, com a atriz e modelo Cláudia Liz. Chamada de capa: *Cláudia Liz. Sex Symbol do século XXI*. Por que a orientação sexual tem relação com a matéria? Porque a matéria explora a “aura lesbian-chique” da atriz. Menciona, também, um episódio em que a atriz deu um beijo na boca, em público, na sua amiga Lígia Varro, ao lado da qual, propositadamente, está retratada na capa em pose insinuante.

- 2) A retratada é HETEROSSEXUAL e sua ORIENTAÇÃO SEXUAL NÃO TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 14, com a sexóloga e então deputada federal Marta Suplicy. Chamada de capa: *Marta Suplicy. Rica e sexy ela inquieta Brasília*. Por que a orientação sexual não tem relação com a matéria? Porque o enfoque principal é o trabalho da sexóloga enquanto deputada, principalmente seu projeto de lei da parceria civil, e não sua heterossexualidade.

- 3) A retratada é TRANSGÊNERO e sua ORIENTAÇÃO SEXUAL TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 11, com a modelo e atriz Roberta Close. Chamada de capa: *Roberta Close. As dores do parto da mulher quase perfeita*. Por que a orientação sexual tem relação com a matéria? Porque a matéria, ao abordar a vida da modelo e atriz, enfoca sua experiência como travesti e sua operação transexual.

- 4) A ORIENTAÇÃO SEXUAL da retratada NÃO ESTÁ EXPLICITADA e TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 8, com a cantora Marina Lima. Chamada de capa: *Entrevista exclusiva! Marina Lima por Cristina Franco e Zeca Camargo*. Por que a orientação sexual tem relação com a matéria? Porque a entrevista explora a resistência da cantora a se enquadrar em rótulos quanto à orientação sexual.

5) A ORIENTAÇÃO SEXUAL da retratada NÃO ESTÁ EXPLICITADA e NÃO TEM RELAÇÃO DIRETA com a matéria principal.

Exemplo: edição nº 45, com a modelo Elany. Chamada de capa: *Um é pouco, dois é bom. Três é demais? Gays desbancam os machões e viram alvo da sedução feminina*. Por que a orientação sexual não tem relação com a matéria? Porque a modelo apenas ilustra a matéria sobre mulheres heterossexuais que preferem se relacionar com gays. Não há menção à modelo nem no título nem no corpo da matéria.

Os exemplos (1) das capas masculinas e (3) das capas femininas representam capas cujas matéria abordam questões exclusivamente pessoais, e os exemplos (6) das capas masculinas e (2) das capas femininas representam capas que remetem a matérias de assuntos coletivos. Um exemplo de capa, tanto masculina quanto feminina, que aborda, ao mesmo tempo, questões pessoais e assunto de interesse coletivo é a da edição nº 23, com os modelos Daniel Porto e Gisele Zelauy. Nesta capa, cuja chamada da matéria principal é “Masculino ou feminino. Nova androginia rompe os limites do gênero”, os modelos estão retratados como um casal abraçado em que ambos estão sem camisa e vestem calça preta sendo que o garoto tem cabelos compridos e rosto delicado e a garota tem a cabeça raspada e traços diferentes do padrão estabelecido para as modelos, causando um efeito de confusão do “gênero aparente”.

Explicitados os critérios no quais nos baseamos para tentar indicar algumas características das capas e sua relação com as matérias a que se referem, observemos agora as tabelas (1) e (2) a seguir, referentes, respectivamente, à participação de homens e de mulheres nas capas de *SuiGeneris*.

CAPA	HOMEM
TOTAL (42)	38 (90,47%)*
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL:</b>	
homossexual**	9 (23,6%)
heterossexual***	12 (31,57%)
bissexual	0
transgênero	0
não-explicitada	17 (44,75%)
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL</b>	
tem relação com a matéria	16 (42,10%)
não tem relação com a matéria	22 (57,9%)
<b>CAPA REMETE A</b>	
questão pessoal	22 (57,90%)
questão de interesse coletivo	11 (28,95%)
os dois	5 (13,15%)
<b>A PESSOA DA CAPA</b>	
é abordada na matéria principal	27 (71,05%)
apenas ilustra a matéria principal	11 (28,95%)

TABELA 1 – A participação dos homens nas capas de *SuiGeneris*.

\* Das 38 capas, 35 são só de homens. Em 3, os homens aparecem com mulheres. Se desconsiderarmos as capas em que aparecem homens e mulheres juntos, não há uma mudança significativa na representatividade masculina.

\*\* e \*\*\* Estes números resultam de termos considerado que a capa da edição nº 6 retrata o ator André Gonçalves. Se considerarmos que, ao invés do ator, a referida capa retrata Sandrinho, um personagem homossexual vivido por André Gonçalves na novela *A Próxima Vítima*, exibida, na época da publicação, pela rede Globo em 1995, os números mudam para 10 homossexuais (26,30%) 11 heterossexuais (28,95%)

CAPA	MULHER
TOTAL (42)	7 (16,66%)*
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL</b>	
homossexual	0
heterossexual	4 (57,15%)
bissexual	0
transgênero	1 (14,30%)
não-explicitada	2 (28,55%)
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL</b>	
tem relação com a matéria	5 (71,45%)
não tem relação com a matéria	2 (28,55%)
<b>CAPA REMETE A</b>	
questão pessoal	4 (57,15%)
questão de interesse coletivo	1 (14,30%)
os dois	2 (28,55%)
<b>A PESSOA DA CAPA</b>	
é abordada na matéria principal	6 (85,70%)
apenas ilustra a matéria principal	1 (14,30%)

TABELA 2 – A participação das mulheres nas capas de *SuiGeneris*.

\* Das 7 capas que trazem mulheres, em 3 elas aparecem junto de homens, caindo para 4 as capas que trazem só mulheres. Trata-se, sem dúvida, de uma mudança significativa da representatividade das mulheres na capa, o elemento mais importante de apresentação da revista, já que, contando assim, cairia para quase a metade o número de capas exclusivas de mulheres.

Um primeiro dado significativo é a predominância de capas que retratam homens em detrimento das que retratam mulheres. São 38 capas que trazem estampadas fotos de representantes do sexo masculino – mais de 90% do total – contra 7 com representantes do sexo feminino – menos de 20% do total –, incluindo, nos dois casos, as capas em que homens e mulheres aparecem juntos. Se considerarmos as capas exclusivamente masculinas ou femininas, a representatividade dos homens cai para 83% (35 capas), aproximadamente, o que não representa mudança significativa nos números. Já a porcentagem de capas que retratam mulheres sozinhas cai para pouco mais de 9% (4 capas), uma redução considerável. Os números no quais nos apoiaremos daqui para frente incluem as capas que contém representantes de ambos os sexos.

Um fator importante diz respeito ao maior número de capas exclusivamente com pessoas heterossexuais, nos dois casos: 12 capas (pouco mais de 30%) do total de 38 das que retratam homens, e 4 (pouco mais de 55%) do total de 7 das que retratam mulheres. Também nas dois casos observamos que a maioria das matérias e entrevistas principais da revista trata de questões pessoais das pessoas retratadas nas capas: 22 capas, no caso dos homens, o que corresponde a quase 57% (se consideramos também as matérias que tratam tanto de assuntos de interesse coletivo quanto de interesse pessoal, o número sobe para 27 capas que correspondem a 71% do total), e 4 capas, no caso das mulheres, que representam, também, pouco mais de 57% do total (incluindo aí as matérias de interesse coletivo e pessoal, o número passa a 6 capas – mais de 85% do total).

Em relação às capas masculinas, em 22 capas (pouco mais de 57%) a orientação sexual dos retratados não tem relação direta com a matéria a que se refere, ou seja, essas matérias centram-se em outros aspectos da vida da pessoa, podendo até aludir à sua orientação sexual, mas, nestes casos, essa alusão é acessória. Já no caso das capas femininas, acontece o contrário: em 5 capas, que correspondem a mais de 70% do total, a orientação sexual das retratadas tem relação direta com a matéria ou entrevista principal.

Dois dados, que com certeza refletem significativamente nas relações de inclusão/exclusão do público leitor de acordo com sua orientação sexual, chamaram nossa atenção: em relação às capas das mulheres, não há uma representante “assumidamente” lésbica sequer, o mesmo acontecendo com os bissexuais: não há nenhum representante

dessa orientação sexual tanto nas capas masculinas quanto nas capas femininas. Este dados, com certeza, têm a ver, por um lado, com a idéia corrente de que as lésbicas se assumem menos, “escondem-se” e se recusam a dar entrevistas e, por outro, com a não aceitação dos bissexuais enquanto homossexuais por se acreditar que estes não passam de homossexuais “enrustidos”, que não têm coragem de assumir sua condição.

Passemos, agora, à descrição e análise relativas aos ensaios fotográficos de moda, também importantes fontes para se verificar o tipo de valorização visual da revista. A exemplo do que fizemos em relação às capas, gostaríamos de explicitar, brevemente, os critérios nos quais nos baseamos. Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que a seção de moda não vem junto com as demais seções fixas. Está, geralmente, destacada no índice ou é publicada nas seções consideradas “Especiais”. Dos 45 ensaios de moda do total de exemplares que constitui o material, 30 são anunciados na capa. É uma seção de destaque, sendo que a foto de capa da edição nº 36 é sobre moda.

Quanto aos critérios, consideramos os ensaios PRODUZIDOS PELA PRÓPRIA REVISTA, nos quais tudo é de responsabilidade da revista: tema, produto, modelos, cenário; e os que correspondem a COBERTURAS DE DESFILES, nos quais o fotógrafo que faz a cobertura em nome da revista deve selecionar aspectos de um evento produzido por terceiros. No caso dos desfiles, pode ocorrer também de as fotos publicadas não terem sido produzidas por fotógrafos representantes da revista, mas por outros fotógrafos que cederam ou negociaram as fotos. Consideramos que as chamadas de ENSAIOS DE MODA ANUNCIADOS NA CAPA anunciam o aspecto mais importante a ser ressaltado no(s) ensaio(s) de moda de cada edição. Este aspecto varia entre VALORIZAÇÃO DO PRODUTO em si ou de aspectos do produto como cores, material, estilo, estação (por exemplo, as chamadas de capa da edição nº 2, cujo ensaio se referia à tendência de cores do verão: *Moda. Cítricos e néons fecham o verão*; e da edição nº 18, com anúncio de um ensaio fotográfico de sungas: *Verão, a vez dos homens de sunga*) e VALORIZAÇÃO DO MODELO (como na chamada *Nova geração escândalo*, que, publicada na capa da edição nº 12, refere-se ao surgimento de novos modelos no cenário brasileiro da moda). Quando acontece a valorização do modelo, a roupa é apenas um acessório, um pretexto para se realizar as fotos no espaço destinado à seção de moda. Já nos casos em que acontece a valorização do produto, as roupas são o elemento

principal. Para estabelecermos se o ensaio fotográfico SUGERE OU NÃO RELACIONAMENTO amoroso entre os “personagens” retratados pelos modelos, partimos de indícios, baseados nas fotos e nos textos, que tentaremos explicitar mais detalhadamente mais adiante. Observemos a tabela abaixo para, em seguida, comentarmos alguns aspectos mais pertinentes para este trabalho.

ENSAIOS DE MODA	
TOTAL	45
produzidos pela <i>SuiGeneris</i>	41 (91,10%)
cobertura de desfiles	4 (8,90%)
MODELOS	
homens	33 (73,35%)
mulheres	1 (2,20%)
homens e mulheres	11 (24,45%)
SUGERE RELACIONAMENTO	
entre “casais” de gays	2 (4,45%)
entre “casais” de lésbicas	0
Entre “casais” heterossexuais	1 (2,20%)
ASPECTO PRINCIPAL	
o modelo	4 (8,90%)
o produto	41 (91,10%)

TABELA 3 – A participação de homens e mulheres nos ensaios de moda de *SuiGeneris*.

A exemplo do que ocorreu com as capas, o primeiro dado significativo que podemos observar na tabela (3) é a predominância de ensaios fotográficos realizados exclusivamente com modelos masculinos (33 ensaios, o que corresponde a mais de 70% do total de 45) em relação aos realizados exclusivamente com modelos femininas (apenas 1, pouco mais de 2% do total). Se considerarmos os ensaios em que homens e mulheres aparecem juntos, a representatividade masculina sobe para quase 98% do total de ensaios de moda, e a feminina, sobe para pouco mais de 26%. Ambas as mudanças são significativas, mas os homens continuam disparadamente na liderança. Convém ressaltar que, dos doze ensaios que trazem mulheres, onze foram publicados entre as quinze primeiras edições. Apenas um foi publicado entre as trinta edições restantes (na edição nº 31); e, este ensaio corresponde a uma cobertura de desfile em que as mulheres aparecem ao lado de homens.

O que pudemos constatar é que há poucos ensaios com mulheres tanto no que diz respeito aos ensaios produzidos pela própria *SuiGeneris* quanto aos que resultam de cobertura de desfiles. Este fato pode se constituir um problema referente à exclusão da participação feminina. Se levarmos em conta que a própria revista produz ou contrata profissionais para produzir estes ensaios em seu nome, poderíamos perguntar por que não há uma orientação de incluir mais mulheres nos ensaios ou de selecionar mais fotos de mulheres dos desfiles. Dos 41 ensaios produzidos pela *SuiGeneris*, mais de 90% do total, os homens estão presentes em quase 98% (sozinhos em 33 e acompanhados de mulheres em 11) e as mulheres, em pouco mais de 26% (sozinhas em apenas 1 ensaio e acompanhadas dos homens em 11). Nos ensaios que resultaram de cobertura de desfiles (4, o que corresponde a quase 9% do total), e que também são de responsabilidade da revista, pois foram produzidos pela editoria de moda e beleza, os homens estão presentes em 100% dos ensaios (sozinhos em três deles e com as mulheres no outro), enquanto as mulheres aparecem em apenas 1 e acompanhadas de homens.

A grande maioria dos ensaios de moda apresentam a roupa como o aspecto mais importante a ser retratado: são 41, mais de 91% do total de 45. Nos 4 ensaios restantes, detectamos a valorização maior do modelo. Estes ensaios, além de estarem centrados em aspectos da vida das pessoas fotografadas, tal como a carreira profissional, aludem a

apreciações de seus atributos físicos. Três deste ensaios, 75%, retratam homens. O primeiro, publicado na edição nº 12, com as chamadas *Nova geração escândalo* (na capa) e *Qual é a cara da nova geração da moda? Seis promessas. Seis calouros e os novos padrões da beleza masculina* (no índice) aborda seis modelos, alguns de sunga, outros de shorts e outros de calça e sem camisa, abusando de fotos sensuais. Todos os modelos ilustram também a seção de moda da edição seguinte, vestindo ternos coloridos e modernos. Outro ensaio de moda que ressalta os modelos masculinos foi publicado na edição nº 35, referente à seguinte chamada de índice: *Alessandra Levtschenko põe homens nus nas ruas de São Paulo*. Este ensaio fotográfico corresponde a um trabalho artístico realizado pela fotógrafa, com homens nus – ou vestindo roupas que deixam quase a totalidade do corpo à vista – em diversos locais da cidade de São Paulo, tais como Avenida Paulista, Marginal Pinheiros e cemitério da Consolação. Nestas fotos, os modelos são os verdadeiros produtos anunciados, uma vez que não há nem menção à comercialização dos acessórios que utilizam. Este ensaio reforça a idéia de que, mais do que vender roupas, a seção de moda “vende” tendências a serem seguidas. Não é à toa que um ensaio fotográfico de artista está inserido na seção de moda, que além de expor objetos a serem consumidos, expõe modelos bonitos e atitudes ousadas em relação ao padrão estabelecido. Não podemos desconsiderar, também, que a presença deste ensaio específico em *SuiGeneris* constitui uma maneira de veicular o nu (tão exigido pelos leitores e pelo mercado editorial), sem apelar para o grotesco. Há ainda a seção de moda da edição nº 37, que trouxe a seguintes chamadas: *Tops vestem underwear para homens* (capa) e *Eles vão ganhar o mundo fashion e a nós também!* (no índice). Ao lado dos garotos, fotografados vestindo underwear, o ensaio contava com uma espécie de ficha sobre a vida de cada um, não poupando “apreciações” do tipo: *body shape impecável, homem de beleza neutra, beleza que mete medo, só dá ele, beleza meio selvagem e cheia de personalidade*. O texto diz: *eles são bonitos, às vezes estranhos e cheios de vontade de fazer sucesso. São a cara do momento fashion e presença certa nas melhores passarelas. Eles são os tops do futuro*, mostrando, mais uma vez, que as pessoas retratadas são mais importantes que os produtos, ou, melhor, são elas próprias os produtos anunciados. O espaço destinado à moda no qual o aspecto mais importante é uma mulher corresponde a um ensaio publicado na edição nº 7, no qual fotos em preto e branco ilustram

uma matéria sobre a cantora Fernanda Abreu. A chamada de capa anuncia: *Fernanda Abreu. Moda para mulheres que não usam saia*. A exemplo do que ocorreu com os modelos masculinos, não faltam elogios à cantora, que, segundo a revista, *é linda, charmosa, uma artista abusada, e tem atitude e sinceridade, muito bom gosto, e um corpinho de dar raiva*.

No que diz respeito aos ensaios que sugerem relacionamentos amorosos (apenas 3 do total de 45), 2 sugerem relacionamento entre casais gays e 1 entre casal heterossexual. Tentaremos explicitar os indícios que nos levaram a considerar dois dos editoriais como ensaios que retratam relacionamentos entre gays. O primeiro, publicado na edição nº 19 é anunciado pela seguinte chamada de capa: *Lua de mel em clima de verão*. O que nos permite concluir que se trata de um casal é a palavra “lua-de-mel”, que – proveniente do campo lexical do casamento – sugere relacionamento sexual e amoroso; e o que nos permite afirmar que se trata de um casal gay é que a anunciada lua de mel é ilustrada por fotos que retratam dois moços, jovens e bonitos, e um certo ar de intimidade entre eles, em pontos turísticos do Rio de Janeiro. Em relação ao outro ensaio de moda, publicado na edição nº 26, a chamada do índice anuncia: *Largadão em casa com seu gato*. A palavra “gato” aparece aqui como uma gíria criada para se referir a namorado, comprovada pelo texto do ensaio, segundo o qual, *o conforto exige o mínimo, e o seu namorado também*. O que nos permite concluir que se trata de um casal de gays são as fotos que retratam dois moços em cenas íntimas do cotidiano, como a foto em que enquanto um dos moços “faz” a barba, o outro está saindo do banho. Já o espaço dedicado à veiculação de dicas de moda que pode sugerir relacionamento entre heterossexuais retrata um situação de certa forma atípica. Trata-se de um ensaio fotográfico sobre moda “sodomasoquista”, veiculado na edição nº 5, no qual os modelos, dois homens e uma mulher, vestidos de roupas na maioria das vezes pretas e portando objetos como chicotes, correntes e facas, simulam o que a revista chama de *submundo S&M novaiorquino*, numa referência aos clubes sodomasoquistas de Nova York que funcionam, à noite, em locais que, durante o dia, são açougues. Lá, segundo o texto da jornalista colaboradora Astrid Façanha, *carícias tradicionais são substituídas por raquetadas e até açoites*. São locais em que as pessoas espancam, são espancadas ou apenas observam. Desta forma, a sugestão de relacionamento

heterossexual pode estar ameaçada, uma vez que entre os freqüentadores, *homens interagem com homens, mulheres com mulheres, homens com mulheres*, sendo a *sexualidade convencional (...) sublimada por regras distintas*. As cenas são muito diferentes das que sugerem relacionamento entre gays, propostas nos outros dois ensaios de moda que acabamos de descrever.

Não é difícil, portanto, suspeitarmos mais uma vez, baseados em todas estas descrições, do privilégio aos interesses de leitores do sexo masculino. Observamos nitidamente a tendência de valorização dos modelos masculinos: ora por meio de palavras de apreciação dos atributos físicos, ora pelas produções fotográficas: as edições nº 8 e nº 18, por exemplo, retratam homens de sunga, a nº 21 traz um ensaio sobre cuecas; a edição nº 27 valoriza, num ensaio sobre shorts, os *homens com pernas de fora*; o ensaio da edição nº 35, que já descrevemos, traz cenas de nu masculino e o da edição nº 44 é o único ensaio fotográfico de moda produzido pela revista em que aparece um modelo nu<sup>26</sup>. O mesmo não ocorre com as modelos femininas. Acreditamos ser este um indício de valorização de interesses comerciais em detrimento do atendimento a um público mais amplo, fato que está diretamente ligado à relação de inclusão/exclusão.

Dos aspectos referentes às questões visuais concluimos, por ora, que:

- em relação às capas: em termos de “contemplanção” das pessoas retratadas, é uma revista que favorece os gays e as mulheres (se for considerada enquanto um veículo dirigido a um público amplo) ou os gays (se for considerada uma publicação destinada aos homossexuais), pois há maior quantidade de homens a serem contemplados. Da mesma forma, em termos de visibilidade, contempla mais os gays, pois eles são mais retratados que as lésbicas (para 9 homossexuais masculinos retratados em 45 capas, não há nenhuma lésbica assumida enquanto tal nas capas). As mulheres e histórias lésbicas estão englobadas, geralmente, em matérias que abordam a homossexualidade de maneira geral.
- em relação à seção de moda: enquanto há MUITAS imagens DE HOMENS e com produtos PARA HOMENS, há POUCAS imagens DE MULHERES e de produtos PARA MULHERES.

<sup>26</sup> Faz-se necessário, a nosso ver, explicitar que as imagens de homens nus que apareceram no ensaio de moda referido são dotadas de certa veia artística, não se constituindo, pelo menos aparentemente, em imagens gratuitas tal como ocorre em revistas de cunho pornográfico.

Os leitores do sexo masculino saem triplamente privilegiados: os modelos, ao serem mais retratados, e os leitores, pela presença de modelos bonitos para serem contemplados e de dicas de tendências da moda masculina e de produtos (para todos os gostos) a serem consumidos. Já as mulheres lésbicas saem triplamente prejudicadas: como as modelos femininas são pouco retratadas, as leitoras não contam com “objetos” de admiração e nem com dicas de tendências e consumo. O único ensaio de moda exclusivamente feminino é o que retrata a cantora Fernanda Abreu. Além de ser o único, é caracterizado pela valorização da modelo em detrimento das roupas retratadas e, ainda por cima, as roupas não são para qualquer mulher, são para *mulheres que não usam saia*.

Insistimos no fato de que, apesar de parecer mera descrição, a análise do aspecto visual faz parte do sentido porque o visual também faz parte da semântica global do discurso da revista. A capa é, inclusive, um dos principais atrativos para conquistar novos leitores e garantir os antigos. É, antes de tudo, o único contato com o não leitor. Tem que sobressair nas bancas em meio a muitas outras publicações, do gênero ou não (na maioria das vezes tem que sobressair em meio a revistas pornográficas, junto das quais está disposta, e, ao mesmo tempo, mostrar-se não pornográfica). Da mesma forma, a seção de moda não deixa de ser um atrativo para conquistar consumidores de produtos anunciados. O “COMO” a IMAGEM produz sentido no todo discursivo faz parte, entre outras coisas, das RELAÇÕES INTERTEXTUAIS constitutivas do discurso.

Passemos, agora, a discussões mais diretamente relacionadas a marcas lingüísticas (e discursivas), para discutirmos aspectos implícitos que funcionam por trás do visível da língua verbal e, por esse motivo, permitem-nos desconfiar da obviedade que estas marcas podem deixar transparecer à primeira vista.

### Aspectos da escolha lexical: tendência à adjetivação

Os aspectos nos quais nos centraremos inicialmente assemelham-se aos abordados na terceira parte deste trabalho, na qual, ao trabalharmos com a caracterização geral do ponto de vista da comunicação social, tentamos caracterizar a interlocução proposta pela revista. Esta parte da análise centrou-se em observar O QUE é delimitado pela revista.

Dentro de uma abordagem mais específica do ponto de vista lingüístico, partiremos para uma delimitação mais abrangente, em que tentaremos mostrar COMO se dá a delimitação e, dentro dessa delimitação, se há o estabelecimento da relação de INCLUSÃO ou de EXCLUSÃO.

Estaremos observando, neste capítulo, aspectos da escolha lexical referentes a determinados termos. Observaremos de maneira especial a tendência à adjetivação em expressões como “cultura gay”, “trama lésbica”, “amor homossexual” e “sociedade heterossexual”, onde “gay”, “lésbica”, “homossexual”, “heterossexual” adjetivam os substantivos “cultura”, “trama”, “amor” e “sociedade”. Estes últimos deixam de ser genéricos para se restringirem a uma orientação sexual determinada, resultando no que chamamos de **delimitação discursiva de um território**, caracterizada, de início, pela exclusão dos sujeitos não identificados à orientação sexual do elemento que adjetiva. Imaginávamos que detectar este tipo de adjetivação em um enunciado já seria suficiente para caracterizar o estabelecimento de uma relação de exclusão. Ocorreu, porém, e acreditamos que isto deixou o trabalho de análise muito mais rico, de a adjetivação estar funcionando num sentido contrário: ao invés de excluir o grupo não especificado, este efeito, em determinados momentos, funciona para incluir o grupo especificado no lugar discursivo em que, provavelmente, este não era esperado. Assim, estabelecemos dois critérios nos quais nos apoiamos para analisar essa delimitação.

Ao primeiro, que chamamos ADJETIVAÇÃO EXCLUDENTE, corresponde a **exclusão** de um grupo quando se usa o adjetivo referente à orientação sexual do outro. Este tipo de adjetivação determina, e ao mesmo tempo exclui, o que seria o oposto ao substantivo formado. O segundo critério no qual nos apoiamos refere-se à ADJETIVAÇÃO INCLUSIVA,

que inclui o elemento referente ao adjetivo a um grupo maior no qual, possivelmente, ele não estaria inserido pelo discurso corrente sobre a homossexualidade. Não apresentaremos exemplos aqui, pois a análise vem logo abaixo. Por esse motivo, sentimo-nos, desde já, desculpados pela ausência de exemplificação de cada um dos critérios.

A amostra para a análise deste aspecto há pouco descrito é composta por dois grupos de enunciados assim divididos: (9) – fragmentos da matéria sobre os planos de alguns deputados recém-eleitos, publicada na edição nº 1; (10) fragmentos da entrevista com Luiz Paulo Conde, então prefeito do Rio de Janeiro, publicada na edição nº 23. Consideraremos cada conjunto de enunciados como um enunciado, ou uma unidade de análise. Nos dados que transcrevemos para análise, as expressões que nos interessam para este momento de discussão estão destacadas em negrito e o elemento que indica tipo, causando efeito de adjetivação, além de destacado em negrito, está sublinhado. Todos os grifos são nossos.

Observemos, primeiramente, os enunciados (9) e (10) abaixo para iniciarmos a discussão a respeito do efeito de adjetivação:

(9) “Pela primeira vez na história do Congresso Nacional, um grupo de parlamentares sentará nas poltronas do parlamento com propostas concretas de interesse dos homossexuais. (...) novas e incômodas propostas passarão a figurar ao lado das questões econômicas e de reforma do Estado. (...) a mais polêmica é a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.

Esse grupo conta com a sexóloga Marta Suplicy (PT-SP), o jornalista Fernando Gabeira (PV-RJ), a ex-prefeita de Santos, Telma de Souza (PT-SP), o deputado José Fortunatti (PT-RS), que formam o que podemos chamar de “**bancada gay**”, sem que isso indique qualquer preferência sexual. A maioria em primeiro mandato, eles formam o quadro de renovação no Parlamento e estarão interessados em formular propostas para melhorar a vida de brasileiros, até hoje, ignorados pelo estado, como os homossexuais.(...)

(...) Nesse ponto, um tema tabu (...) é a legalização do **casamento gay**. A primeira vez que esse assunto saiu das ruas, atravessou os salões verde e azul do Congresso e entrou pelas portas do plenário Ulysses Guimarães causou furor e foi rapidamente expelido pelas bancadas mais conservadoras ou por parlamentares temerosos de sofrerem represálias dos eleitores por apoiarem a proposta. Isso ocorreu em 1988, durante a Assembléia Constituinte (...)

(...) Naquela época, o lobby dos homossexuais, fraco e desorganizado, não conseguiu sequer aprovar na Constituição o artigo condenando a discriminação por orientação homossexual. Nesta legislatura, porém, esses deputados prometem pressionar o Congresso para a legalização da união homossexual não como um tema de interesse restrito de um grupo minoritário, mas como questão de interesse nacional.” (da matéria “Sangue Novo no Planalto”, nº 1, p. 24)

(10) “Prefeito da **cidade mais abertamente gay** do país, o arquiteto Luiz Paulo Conde se define como um tecnolítico. (...)” (texto de introdução à entrevista)

SUI GENERIS: “O Rio tem **rua gay, praia gay**, bares e festas que misturam todo tipo de público, existem quatro agências de turismo especializadas... Na sua opinião, a cidade tem uma **vocação gay**, a exemplo de São Francisco, nos Estados Unidos?”

LUIZ PAULO CONDE: “O ideal é que na cidade não houvesse segregação, que não se criassem guetos para gays, que o homossexual andasse por toda parte normalmente. Das cidades brasileiras, o Rio de Janeiro é a mais tolerante. A cidade está sempre na vanguarda, sempre avançou nos costumes.(...) Uma cidade que não tem restrição, onde o homossexual tem mais tranquilidade para viver. (...) Sempre acontecerá de muitas pessoas virem para o Rio, porque o que há menos aqui é intolerância.”

SUI GENERIS: “Não haverá um investimento [em turismo] segmentado?”

LUIZ PAULO CONDE: “Eu não acredito. Eu preferiria que a sociedade não segregasse. Na hora que eu faço turismo gay, eu estou fazendo turismo específico. Quando falo em turismo, falo em todo mundo. Eu não acho que segmentar seja positivo. Não fazemos turismo de negros ou de heterossexuais. Vamos fazer turismo e virão juntos homossexuais, heterossexuais, assexuados (risos) que não querem saber de sexo...” (da entrevista “Tecnolítico com vista pro mar”, nº 23, p.19)

Em relação aos dois enunciados acima, centremo-nos, num primeiro momento, nas expressões “bancada gay” [destacada em (9)] e “cidade mais abertamente gay” [destacada em (10)]. Os elementos que indicam tipo são “gay” e “mais abertamente gay”, e adjetivam, respectivamente, “bancada” e “cidade”. Seguindo o raciocínio inicial, segundo o qual o “elemento tipo” caracteriza exclusão, concluiríamos que as expressões formadas especificam um tipo de “bancada” e de “cidade” especificamente gays e que se opõem a qualquer “bancada” ou “cidade” do tipo “não gay”. Mas, analisando mais profundamente, e comparando essas expressões com o restante do texto selecionado em relação a cada uma delas, podemos perceber que a relação de exclusão não é tão evidente assim. Percebemos, para além dessa relação, uma outra que, a nosso ver, estaria funcionando antes inclusiva que excludentemente, no que diz respeito ao aspecto da orientação sexual proposto pela adjetivação. Essa relação inclusiva é percebida com a retomada de expressões no texto.

Em relação ao termo “bancada gay” [enunciado (9)], trata-se, realmente, de uma “bancada” peculiar. Mas, esta bancada é gay pelas causas que defende e não pela orientação sexual de seus integrantes. O termo ‘bancada’ está retomando (ou é retomado por) expressões e seqüências como: *grupo de parlamentares, quadro de renovação no parlamento e esses deputados, Esse grupo conta com a sexóloga Marta Suplicy (PT-SP), o*

*jornalista Fernando Gabeira (PV-RJ), a ex-prefeita de Santos, Telma de Souza (PT-SP), o deputado José Fortunatti (PT-RS).* Já o termo “gay” serve para adjetivar, como já dissemos, as causas que esse grupo defende e não seus integrantes em relação à orientação sexual. Estas causas podem ser recuperadas no texto em *propostas concretas de interesse dos homossexuais, novas e incômodas propostas, a mais polêmica é a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo, propostas para melhorar a vida de brasileiros, até hoje, ignorados pelo estado, como os homossexuais, a legalização do casamento gay.* Insistimos mais uma vez: o que faz essa bancada ser específica não é a orientação sexual dos seus membros, mas suas atitudes (principalmente no que diz respeito às causas referentes aos direitos dos homossexuais), que diferem das atitudes de *bancadas mais conservadoras e de parlamentares temerosos.* A valorização desta bancada específica tem tudo a ver com a característica do discurso da homossexualidade de se considerar um discurso moderno, de vanguarda, contra o atraso e o conservadorismo. Por esse motivo, muito provavelmente, as apreciações à “bancada gay” estão na mesma direção semântica. Não é à toa que a mesma é chamada, como o próprio título mostra, de “sangue novo”.

Trata-se, de acordo com nossos critérios, de um exemplo de ADJETIVAÇÃO INCLUSIVA. Essa “bancada”, pelo que o texto indica, opõe-se às demais por questões que não privilegiam características referentes à orientação sexual. É, sem dúvida, uma bancada diferente das demais e essa diferença está marcada, lingüisticamente, pela adjetivação. Inclui os homossexuais nas causas apresentadas ao Congresso, mas isso não significa que necessariamente exclui os heterossexuais.

O mesmo ocorre com a expressão “cidade mais abertamente gay” destacada no enunciado (10). Aqui, a relação de exclusão fica mais distanciada graças à modalização do adjetivo gay, por meio de “mais abertamente”. Dizer que o Rio de Janeiro é a “cidade mais abertamente gay” não significa classificá-la como uma cidade exclusiva ou predominantemente povoada por pessoas dessa orientação sexual. Isso fica evidente se voltarmos ao enunciado (10) e verificarmos que a expressão se refere à cidade que: *é mais tolerante, está sempre na vanguarda, avançou nos costumes e não tem restrição.* Trata-se de uma adjetivação possível em relação à cidade, mas não exclui adjetivações da mesma cidade referentes à outra orientação sexual. Dizer que é uma cidade onde *os homossexuais*

*tem mais tranquilidade para viver*, está longe de permitir considerar a cidade enquanto um gueto homossexual. Isso se torna mais evidente se dermos uma atenção especial ao termo “tolerante” que especifica um posicionamento da cidade em relação aos homossexuais. Afinal, ser tolerante não quer dizer não ter restrições. Ao contrário, tolerar significa algo como “aceitar apesar de”. Na verdade, a expressão “mais tolerante” pode estar marcando restrição, o que é uma contradição interna do próprio discurso proposto pelo entrevistado. A adjetivação inclui os gays na cidade, mas não exclui os heterossexuais por este motivo. Talvez o efeito fosse outro se a expressão se restringisse a “cidade gay”, caso semelhante aos enunciados que analisaremos a seguir.

Estes casos, em que ocorre o que chamamos de ADJETIVAÇÃO EXCLUDENTE, podem ser observados nas expressões “casamento gay” [destacada em (9)], “rua gay”, “praia gay”, “vocação gay”, “turismo gay” [destacadas em (10)]. Nestas expressões, o termo “gay” corresponde ao elemento que adjetiva os substantivos “casamento”, “rua”, “praia”, “vocação”, “turismo”. Aqui, tratamos dos casos mais comuns, em que a adjetivação cria um efeito de exclusão em relação a outras orientações sexuais, e isto é percebido ao realizarmos, mais uma vez, o “exercício” de retomada dos termos a que estas expressões se referem.

O primeiro exemplo diz respeito à expressão “casamento gay”, extraída do enunciado (9), considerada, de acordo com nossos critérios, uma expressão cujo efeito é de ADJETIVAÇÃO EXCLUDENTE. Ao considerarmos que “casamento gay” se refere a *união entre pessoas do mesmo sexo*, constatamos que exclui os casamentos ou uniões entre pessoas heterossexuais, pois não há como um mesmo “casamento” (ou uma mesma união) acontecer entre homossexuais e heterossexuais ao mesmo tempo. As causas defendidas por uma “bancada” no Congresso podem ser variadas no que diz respeito à orientação sexual das pessoas beneficiadas, mas esta causa específica atende a um público de orientação homossexual também específica. Nenhum casal formado por pessoas de sexo oposto (casadas ou não) poderia obter benefícios diretos desse projeto, se aprovado.

O mesmo ocorre com os termos “rua gay”, “praia gay”, “vocação gay” e “turismo gay”, todos presentes em (10). Aqui também ocorre especificação restritiva (excludente) no que tange à orientação sexual a que o elemento adjetivador se refere. O próprio entrevistado nos

mostra o caráter excludente destes termos ao classificar “vocação gay” – que corresponde ao termo que engloba outros como os já citados “rua gay” e “praia gay”, além de “bares e festas que misturam todo tipo de público” e “agências especializadas” – como um aspecto de “segregação” e de estabelecimento de “guetos”. Para uma “vocação” ser “gay” ela deve reunir uma série de elementos (como os listados acima) ao mesmo tempo em que exclui outros elementos com os quais não coexistiria. Trata-se de uma especificação que não abre espaço para inclusão de termos que remetam a aspectos de outra orientação sexual. Da mesma forma, a exclusão acontece em “turismo gay”, também em (10), considerado um turismo “segmentado”, um “turismo específico”. O “turismo” por si só, como podemos entender recorrendo ao enunciado (10) engloba “turismo gay”, mas não se restringe a ele, é de “todo mundo”. Já este último não pode ser ao mesmo tempo para homossexuais e heterossexuais sem deixar de ser “segmentado”, “específico”. Se assim fosse, seria apenas “turismo” e perderia a necessidade de adjetivação.

Nossa discussão pode ser retomada, resumidamente, na tabela a seguir:

GRUPO DE ENUNCIADOS	ADJETIVA SEM RESTRINGIR (relação de inclusão)	ADJETIVA RESTRINGINDO (relação de exclusão)
(9)	“bancada gay”  (“grupo de parlamentares”, “quadro de renovação no parlamento” e “esses deputados”, “Esse grupo conta com a sexóloga Marta Suplicy (PT-SP), o jornalista Fernando Gabeira (PV-RJ), a ex-prefeita de Santos, Telma de Souza (PT-SP), o deputado José Fortunatti (PT-RS)”)	“casamento gay”  (“união entre pessoas do mesmo sexo”)
(10)	“cidade mais abertamente gay”  (“mais tolerante”, “está sempre na vanguarda”, “avançou nos costumes” e “não tem restrição”)	“rua gay”, “praia gay”, “vocação gay”, “turismo gay”

TABELA 4 – Expressões referentes ao efeito de adjetivação que constituem delimitação discursiva de um território

Em relação aos aspectos que acabamos de discutir, constatamos que a legitimidade que pode ter a delimitação discursiva de um território, enquanto especificação de um espaço social, resulta da delimitação de um território discursivo, pois as adjetivações (excludente e inclusiva) que caracterizam a primeira delimitação são provenientes de marcas lingüísticas, de certa forma, óbvias, porém, sem dúvida, significativas para o todo

da Semântica Global referente ao discurso no qual a revista se insere para situar sua enunciação sobre a homossexualidade. Passemos agora para a discussão de aspectos da informatividade

Aspectos da informatividade:  
relações intertextuais e funcionamento discursivo

Afirmamos, no início desta terceira parte do trabalho, que todo enunciador tem a expectativa de que seu texto circule entre um maior número possível de leitores. Consideramos que a circulação será facilitada ou não de acordo com as características lingüísticas (e discursivas, é claro) do texto. O que equivale a dizer que para circular o texto tem que ser compreensível para (e compreendido por) um grande número de leitores. E um dos aspectos que está envolvido na adesão ou não dos receptores em relação aos textos é a *informatividade*, sobre a qual iremos discorrer brevemente. Gostaríamos de ressaltar, que ao adotarmos a noção de informatividade, estamos lançando mão de um conceito que envolve aspectos pragmáticos do texto. Buscamos esta noção para suprir uma lacuna que as teorias da linha da Análise do Discurso que adotamos parecem não conseguir preencher. Optamos por recorrer a esta noção por acreditarmos que está estritamente relacionada ao jornalismo e que, por este motivo, enriquecerá nossas discussões.

De acordo com Costa Val (1994:30-31), a *informatividade, capacidade do texto de acrescentar ao conhecimento do receptor informações novas e inesperadas*, ou, melhor dizendo, *capacidade que tem um texto de efetivamente informar seu receptor*, é um dos fatores pragmáticos responsáveis pelo estabelecimento da *textualidade*<sup>27</sup>. Determinam a textualidade: aspectos ligados ao fator conceitual e lingüístico – que formam o material da língua – e aspectos ligados a fatores pragmáticos – que dizem respeito ao processo de interação sociocomunicativa.

Um dos fatores que estão ligados à informatividade é o conhecimento de mundo compartilhado entre produtor e receptor do texto. Nesse sentido, Koch e Travaglia (1989:60) explicam que *o conhecimento lingüístico (...) é apenas parte do que usamos para interpretar um texto e, portanto, para estabelecer sua coerência. O estabelecimento de sentido de um texto depende em grande parte do conhecimento de mundo dos seus usuários, porque é só este conhecimento que vai permitir a realização de processos*

<sup>27</sup> Entendemos por *textualidade*, o conjunto de características que fazem com que o texto seja um texto, e não apenas um seqüência de frases (Costa Val, 1994:5).

*cruciais para a compreensão. Os autores acrescentam que emissor e receptor têm de ter conhecimentos de mundo com um certo grau de similaridade. Isto vai constituir o conhecimento partilhado que determina a estrutura informacional do texto em termos do que se convencionou chamar de dado e novo (Koch & Travaglia, 1989:67).*

O enunciador – em nosso caso, os produtores textuais da revista – deve considerar, ao mesmo tempo, um público específico, do qual pressupõe conhecimentos específicos e um público geral, de certa forma “leigo”, que pode não conhecer nada do(s) assunto(s) a ser(em) tratado(s). Para atender a leitores provenientes destes dois tipos de públicos (e até de outros possíveis) faz-se necessária uma dosagem entre previsibilidade e imprevisibilidade das informações contidas no texto. Essa dosagem consiste no cuidado que o enunciador deve ter em não oferecer muitas informações específicas sem explicitá-las, para não prejudicar a compreensão por parte do leitor leigo, e, ao mesmo tempo, em não se centrar detalhadamente em informações correntes do público específico, para não entediar o leitor que pertence a este público.

Para Costa Val (1994:14), *um discurso menos previsível é mais informativo, porque a sua recepção, embora mais trabalhosa, resulta mais interessante, mais envolvente. Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo receptor, que não conseguirá processá-lo.* Seguindo o raciocínio da autora, baseado em estudos de Beaugrande e Dressler, podemos dizer que tanto informações de elevada previsibilidade quanto de elevada imprevisibilidade resultam em textos não informativos: os primeiros porque, ao não acrescentarem nada, são desprovidos de interesse, e os segundos porque, ao oferecerem informações muito inusitadas, desorientam o leitor. O ideal são os textos que equilibram o “original” e o “novo”, pois *apresentam novidade [portanto, a priori, não causam desinteresse] sem provocar estranheza [e, dessa forma, não desorientam o leitor]* (Costa Val, 1994:31-32). Daí conclui-se que *avaliar a informatividade significa (...) medir o sucesso do texto em levar conhecimento ao receptor, configurando-se como ato de comunicação efetivo. Esse sucesso depende, em parte, da capacidade do discurso de acrescentar alguma coisa à experiência do receptor (...) De outra parte, resulta do equilíbrio entre o que o texto oferece e o que confia à participação de quem o interpreta* (Costa Val, 1994:32-33).

Um aspecto importante da *participação* do receptor na efetivação da comunicação é a *aceitabilidade*, que corresponde à *expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou a cooperar com os objetivos do produtor* (Costa Val, 1994:11). Trata-se da *atitude dos receptores de aceitarem a manifestação lingüística como um texto coesivo e coerente, que tenha para eles alguma utilidade ou relevância* (Koch & Travaglia, 1989:79). A aceitabilidade diz respeito à resposta ao grau de informatividade que o texto propõe.

Neste trabalho, discutiremos sobre o grau de informatividade proposto pelo discurso veiculado por *SuiGeneris* a respeito da homossexualidade a partir de dois aspectos. O primeiro diz respeito ao léxico, mais precisamente, à RECORRÊNCIA A TERMOS MAIS ESPECÍFICOS DO “JARGÃO” HOMOSSEXUAL. Neste sentido, observamos como a revista se relaciona com seu público ao utilizar termos específicos do vocabulário de um grupo designados para referir a aspectos (direta ou indiretamente) ligados à orientação sexual. Pretendemos observar se ocorre a preocupação (e a necessidade) de se explicitar esses termos, não dicionarizados em seus sentidos literais, àqueles que não tem familiaridade com eles. Outro aspecto que privilegiaremos na discussão sobre a informatividade é a maneira como as INFORMAÇÕES A RESPEITO DE ASSUNTOS RELATIVOS À HOMOSSEXUALIDADE são acrescentadas ou explicitadas nos textos. Trata-se de informações expostas na forma de dados numéricos ou históricos, por exemplo. Tentaremos detectar como a revista trabalha com essas informações para atingir tanto aqueles leitores que conhecem muito pouco sobre assuntos homossexuais, quanto aqueles que estão sempre por dentro desses assuntos.

As questões ligadas à informatividade, cujas análises iremos discutir a seguir, também refletem a relação de inclusão ou exclusão do público leitor. Se um texto é muito informativo (dotado de alto grau de imprevisibilidade) ou pouco informativo (sem nenhuma novidade ao leitor), há um movimento de EXCLUSÃO, no primeiro caso, do leitor “leigo” e, no segundo, do leitor específico. Já um texto com informatividade dosada, baseado no equilíbrio entre a quantidade de informações novas e dadas, promove a INCLUSÃO, no sentido de adesão do público “leigo” (aquele que não tem domínio dos termos específicos

nem conhecimento sobre as causas homossexuais), e de fidelidade do público previsto (aquele que já tem familiaridade com os termos específicos e com as causas homossexuais).

As relações de inclusão e de exclusão também estão relacionadas com a visibilidade homossexual. Quanto maior for a circulação da revista, maior será o número de pessoas que entrarão em contato com as questões referentes à homossexualidade e, conseqüentemente, maior será a visibilidade do grupo.

Iniciaremos a discussão sobre a informatividade partindo da análise do que convencionamos chamar de termos específicos do jargão homossexual. Trata-se de palavras ou expressões criadas (ou adotadas em sentido diferente do instituído por dicionários) por este grupo para se referir a características ou atitudes referentes a pessoas desta orientação sexual. Assim, dizer que uma pessoa “saiu do armário” significa dizer que ela assumiu a homossexualidade, e não que ela se encontrava no interior do móvel de mesmo nome e que agora se encontra fora dele. Algumas palavras já se “cristalizaram” no vocabulário corrente e, de maneira geral, dispensam definições e explicitações mesmo entre os heterossexuais. A própria expressão a que acabamos de nos referir já é compreendida, talvez, por sua utilização corrente pelos meios de comunicação em geral. Mas, ainda há uma infinidade de termos, e a cada dia surgem outros, que não circulam para fora dos chamados guetos gays. É sobre estes termos que nos centraremos, no intuito de verificarmos como *SuiGeneris* se posiciona na direção de informar o sentido destas palavras ou expressões a pessoas que possam ignorar sua existência até que se deparem com elas nos textos da revista.

Não estamos, com isso, postulando a existência de algo como uma língua específica do discurso homossexual, e nem de uma língua específica do discurso heterossexual. Concordamos com Maingueneau (1984:86) quando diz que *não há muito sentido em falar do vocabulário de tal ou tal discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio. De fato, o mais freqüente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais por diferentes discursos*. O autor quer dizer que não seriam produtivas análises que se restringissem às palavras por si mesmas. Concordamos com ele, quando pregamos a tese da Análise do Discurso, que Possenti nos lembra, segundo a qual, *a palavra produz os efeitos de sentido que produz em decorrência do discurso a que pertence tipicamente* (Possenti, 1995:131). Não há, então, como desconsiderar a prática

histórica e social que envolve o emprego de certas palavras ou expressões como componentes do discurso, o que nos remete, a *um dos aspectos mais cruciais do problema da significação: a saber, que a significação apresenta-se como tendo a seguinte dupla face: ao mesmo tempo, ela depende dos discursos nos quais aparecem os meios de expressão e em grande parte, é ela que faz serem os discursos o que são* (Possenti, 1995:132).

A partir destas considerações, insistimos, então, que não consideramos os termos específicos do jargão homossexual enquanto um vocabulário exclusivo de um grupo. Acreditamos, sim, que este vocabulário adquire um sentido específico (e por que não, exclusivo?) quando utilizado por este grupo. Dessa forma, concordamos mais uma vez com Maingueneau (1984:87) quando afirma que:

Talvez não tivéssemos razão em pensar que num discurso as palavras não são empregadas a não ser em razão de suas virtualidades de sentido em língua. Porque além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição num campo discursivo. (...) a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência.

Interessa-nos observar como o enunciador, ao se apropriar de um léxico específico, marca sua posição e a posição do outro no discurso. Alguns termos precisam ser explicados ao leitor leigo, para que os textos não sejam altamente imprevisíveis e, por este motivo, desinteressantes. É significativo, para este trabalho, observar como o enunciador se comporta discursivamente com este fato. Um texto constituído de muitos termos específicos sem explicação seria incompreensível para um grande número de leitores, mas a compreensão não estaria de todo facilitada se a cada termo o enunciador interrompesse a enunciação para defini-lo. Com certeza, seria muito entediante (diria até, irritante) ler um texto todo cheio de explicações entre parênteses ou entre vírgulas. Uma manobra que torna desnecessário o excesso de definições é a recuperação do sentido pela memória discursiva veiculada pelo texto. Nestas discussões que suscitaremos, consideramos como os textos trabalham esta questão da informatividade.

Selecionamos, para este momento de análise, conjuntos de enunciados numerados de (11) a (16). Os conjuntos (11) e (12) contam com enunciados que explicam por definições (ou retomadas), de certa forma explícitas, dos termos nos quais se centram. Já os conjuntos

de enunciados de (13) a (16) representam textos marcados pela ausência de definições diretas dos termos abordados. Em todos estes enunciados, destacamos em negrito os termos considerados específicos do jargão homossexual.

O primeiro conjunto de enunciados que analisaremos, (11), é formado por fragmentos de uma matéria, intitulada “Opção friendly”, publicada na 3ª edição de *SuiGeneris*. Trata-se de um texto escrito pela colaboradora Erika Palomino, jornalista da *Folha de S. Paulo*, para explicar um novo termo relacionado à questão homossexual. Trata-se da palavra “simpatizante”.

(11) **GLS a onda proud to be friendly**” (chamada de capa da matéria “Opção friendly”, edição nº 3)

“GLS. Uma legião de heterossexuais vão a público exibir sua simpatia ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. Desencanados, modernos, eles formam a **onda proud to be friendly**.” (chamada de índice da matéria “Opção friendly”, edição nº 3)

“No cabo-de-guerra do sensível tema das sexualidades, gays e lésbicas ganham a adesão de uma legião heterossexual. Gente desinteressada (ou não) que trocou a milenar postura antipatizante por uma atitude desencanada de simpatia, bem mais moderna, para com os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. (...) o mais novo substantivo do universo sexual”

“Na guerra pela conquista de novos e mais decisivos espaços na cultura e na sociedade brasileira, a maior arma da comunidade gay são os **simpatizantes**. O termo ainda parece esquisito, é questão de tempo. Simpatizante equivale a qualquer causa e não apenas à questão gay.”

“Os simpatizantes são no momento os arautos do comportamento aberto e desencanado que a causa gay precisa para perder os ranços do preconceito oriundos justamente da parcela mais conservadora da classe média e da assustadora facção da juventude dos grandes centros urbanos do país.”

“São heterossexuais fofos, gente como a gente, pessoas que têm amigos gays sim e que são **proud to be friendly**. De quando em quando até se dão ao luxo de adicionar conquistas homossexuais, só para conhecimento de causa. Os simpatizantes são os mais modernos”

“São uma evolução **straight** dos bissexuais”

“(...) **GLS**. Quem? **Gays, lésbicas e simpatizantes**, ora. As três letrinhas (...) ganharam o mundo” (da matéria “Opção friendly”, edição nº 3)

São quatro os termos que aparecem em (11) que podem ser considerados enquanto atribuídos ao domínio do discurso homossexual: “GLS”, “proud to be friendly”, “simpatizante” e “straight”. A explicação ao primeiro termo, a sigla “GLS”, poderia ser insuficiente para sua compreensão se considerássemos que se dá por meio de outro termo específico, a saber, a expressão “proud to be friendly”. Mas, seguindo um pouco adiante, tem-se a definição da sigla, mostrando que se trata de uma palavra formada pelas iniciais de

“Gays, lésbicas e simpatizantes”. Com a explicação do terceiro termo, “simpatizante”, uma das palavras que forma a sigla, pode-se compreender melhor o sentido que “GLS” e “proud to be friendly” têm no texto.

O esclarecimento da palavra “simpatizante” parte de uma definição mais geral – *equivale a qualquer causa e não apenas à questão gay* –, passa por definições mais delimitadas ao campo da sexualidade – [é] *o mais novo substantivo do universo sexual, são (...) os arautos do comportamento aberto e desencanado que a causa gay precisa para perder os ranços do preconceito* – para, finalmente, oferecer a definição que justifica a incorporação dessa palavra ao vocabulário do grupo homossexual: [é] *uma legião de heterossexuais [que] vão a público exibir sua simpatia ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo*. Esta última definição, por si só, seria suficiente para que os “leigos” compreendessem que os “simpatizantes” são pessoas heterossexuais que, além de não terem preconceito, são simpáticos à homossexualidade. Mas, pelo texto, além dessa definição, existem outras que ressaltam as características de quem se identifica a (ou é identificado por) este termo: [são] *desencanados, modernos, são heterossexuais fofos, são (...) pessoas que tem amigos gays sim e que são proud to be friendly, são uma evolução straight dos bissexuais*. O que permite que a palavra “simpatizantes” não fique solta no texto, e que não impeça a compreensão de quem não a conhece, são as definições inseridas – às vezes implicitamente – pelo verbo “ser” (ou “equivaler”).

Pela definição que se tem de “simpatizante”, fica mais fácil se compreender a expressão “proud to be friendly”. Esta expressão, mesmo que não compreendida, já que não há referências diretas a uma possível definição, não fica desvencilhada do todo do texto; ela aparece, ao menos, como uma espécie de adjetivação de “GLS” e de “simpatizante”. Este conjunto de enunciados é um exemplo de recorrência a termos específicos sem prejudicar a informatividade do discurso. Além de não prejudicar a informatividade, permite a INCLUSÃO de leitores não familiarizados com termos do discurso homossexual ao público leitor esperado.

O mesmo acontece em (12), um conjunto de enunciados extraídos de um teste publicado na revista, sobre o qual vamos discutir agora.

(12) "**Bolachas**. Descubra que tipo de lésbica você é." (chamada de índice da matéria "Que tipo de bolacha você é?", nº 20)

"No mundinho das lésbicas modernas existem, basicamente, quatro espécies distintas de mulheres: a **bolacha fina** (ou lesbian chic, como gosta de ser chamada), a **dyke** (com o clássico comportamento de **caminhoneira**), a **lady** (patricinha versão **bolacha**) e a **típica** (aquela modelo-padrão) (...)"

"Você é uma **bolacha fina**. Tem sempre uma frase espirituosa para dizer, usa roupas de grife, salpica perfumes caros pelo corpo e é muito feminina. (...)"

" (...) uma **lady** (...) é mulherzinha demais, acha que só as outras é que são bolachas e seu sonho é arrumar uma amante rica.

" (...) você é uma baita de uma **caminhoneira**, daquelas que usam calça, camisa social e pochete (...) amarrada na cintura. Sem esquecer a gravata e o colete como acessórios imprescindíveis. (...)"

" (...) uma **bolacha típica** (...) aquela que só anda com mulheres, acha as **bibas** chatas e chamativas e tira a gata para dançar música lenta na boate. (...)" (da matéria "Que tipo de **bolacha** você é?", nº 20)

O termo principal para a compreensão do texto do qual extraímos (12) é "bolacha", cujo sentido pode ser recuperado já nos dois primeiros enunciados. O título da matéria – "*Que tipo de bolacha você é?*" – é repetido no enunciado "*descubra que tipo de lésbica você é*", o que indica ao leitor que "bolacha" e "lésbica" funcionam como palavras sinônimas neste contexto. Mas, se as explicitações de sentido parassem por aí, o texto continuaria, de certa forma, incompreensível. Apesar de esclarecido o termo referente ao assunto principal, o leitor leigo compreenderia apenas que "bolacha fina" (ou "lesbian-chic"), "dyke" (ou "caminhoneira"), "lady" (ou "patricinha versão bolacha") e "típica" (ou "modelo-padrão"), são tipos diferentes de "bolacha" ou, melhor, "quatro espécies distintas de mulheres" do "mundinho das lésbicas modernas". A informatividade estaria comprometida, mesmo que parcialmente.

Mas o texto fornece elementos suficientes para que não resulte num conjunto de informações imprevisíveis. São elementos informativos mais precisos que, além de informarem ao leitor que existem diferentes tipos de lésbicas, informam o que diferencia uma da outra. O texto oferece definições por meio de explicitação de características (principalmente físicas), costumes e comportamentos retratados pelos verbos "ter", "ser", "usar" (no sentido de vestir), "achar". Assim, compreende-se que uma "bolacha fina" é aquela que *tem sempre uma frase espirituosa para dizer, usa roupas de grife, salpica perfumes caros pelo corpo e é muito feminina*, enquanto "dykes", ou lésbicas

“caminhoneiras” correspondem àquelas *que usam calça, camisa social e pochete (...) amarrada na cintura. Sem esquecer a gravata e o colete como acessórios imprescindíveis.* A “lady” é diferente dessas duas porque *é mulherzinha demais, acha que só as outras é que são bolachas e seu sonho é arrumar uma amante rica.* Já a lésbica “típica” é *aquela que só anda com mulheres, acha as bibas chatas e chamativas e tira a gata para dançar música lenta na boate.*

Passemos agora para a discussão de enunciados caracterizados, no que diz respeito ao uso de termos específicos, pela falta de definição (ou retomada) explícita, o que poderia nos levar, num primeiro momento, a detectar problemas de falha na informatividade. Os conjuntos de enunciados (13), (14), (15) e (16) correspondem, respectivamente a fragmentos de matéria sobre filmes de temática homossexual, intitulada “Estranha provocação”, e sinopse de filme, publicados na edição nº 12; fragmento da matéria “Acostume-se aos anos 90”, publicada na 1ª edição, sobre a homossexualidade na década de 90; trechos da entrevista com o produtor do filme “As aventuras de Priscilla”, sobre sua passagem pelo Brasil; e fragmentos da matéria publicada na 3ª edição, sobre cultura gay, intitulada “Público ou privado”. Observemos esses enunciados:

(13) “Eddy acaricia a bunda de Stuart e a platéia solta risos nervosos de desaprovação. (...) Apesar de a chamada **queer new wave**, a onda de cinema gay que vem caracterizando esta década, ser uma realidade, a **homofobia** ainda é uma reação frequente por aqui.(...)”

“O grande mérito da onda de filmes gays, portanto, é esse: tirar o assunto de guetos e exibir ao mundo uma subcultura cuja proporção e o poder econômico já não podem ser ignorados. Afirmar sua materialidade e, de uma forma ou de outra, provocar reações.”

“Filmes que, para o público gay, têm um explícito caráter documental, mas que, para platéias **straight**, causam impacto pela estranheza”

“Contaminou todos os tipos de platéias através do **camp** (da matéria “Estranha provocação”, edição nº, 1p.13)

“NOITES SEM DORMIR de Claire Denis. Conta a história de um serial killer especializado em velhinhas. Baseado num caso real. O **côté gay** surge num **casal mixed**, que não chega a ser totalmente **butch**, mas que exibe lá seus músculos: um blond; o outro, black.”(seção de cinema, junto da matéria “Estranha provocação”, edição nº 1)

(14) “(...) **Hypes** como Madonna, **lesbian-chics** (...) marcaram essa nova atitude (...)”

(...) “a essa altura, não dá mais para ser mal-resolvido em relação a sexo. Quem ainda tem dificuldades, entretanto, vem ganhando estímulos para desencanar. Nesse aspecto, o recente **hype** em torno das **lesbian-chics** é o acontecimento mais importante.(...). São evoluções das **lipstick lesbian** (lésbicas de batom, na tradução literal), aquelas típicas de filme pornô.”(da matéria “Acostume-se aos anos 90”, nº 1)

(15)"Elliot permaneceu abraçado durante a pré-estréia do filme numa festa **B.I.T.C.H** no Trivoli Park, no Rio. Em entrevista a *SuiGeneris*, ele falou sobre sua empatia com o ritmo carioca (gay e **straight**) e, de forma minimalista, sobre sua estréia como ator em Hollywood. Guy Pearce (o **butch** que interpreta a **drag** Felícia) e Hugo Weaving (Mitz) também falam sobre sua relação com o mundo **drag** pré e pós filme." (da matéria "Baby Face", nº1)

(16)"(...) não é de hoje que as ruas de Ipanema promovem o primeiro, o maior e mais informal **gay pride** desses trópicos. É lógico que tudo começa na praia (...). Uma torre de babel de **barbies**, **bibas**, **tatas**, **lalas**, **finas** e **fofas** de todas as cores e formas disputam cada palmo de areia com a surfistada teen e senhoras descontraídas de biquini. Nisso o carioca é mestre: misturar diferentes comportamentos num mesmo espaço físico(...)"  
 "Ninguém tem vergonha de exibir um pneuzinho a mais, só porque a ditadura do corpo bonito (...) foi propagada entre os gays pelas **barbies**..." (da matéria "Público ou privado", nº 3)

Deste conjuntos de enunciados, cujas palavras relativas ao que chamaríamos de vocabulário homossexual estão em destaque, podemos considerar que cinco termos têm o seu sentido explicitado. São eles "queer new wave", "straight", "homofobia" [estes três referentes aos enunciados de (13)] e "lesbian chic" e "lipstick lesbians" [referentes a (14)]. O primeiro destes termos, assim como o último, são definidos explicitamente e, segundo os textos em que ocorrem, significam, respectivamente, *onda de filmes gays* e *evolução das lipstick lesbians e lésbicas de batom (...), aquelas típicas de filmes pornôs*. Os sentidos de "homofobia" e de "straight" não são apresentados com marcas específicas de definição, mas, levando em consideração o todo do texto, não podemos dizer que o enunciador deixa o leitor totalmente alheio a seus significados. O contexto em que estas palavras aparecem permite que sejam definidas, respectivamente, como "reação de desaprovação a manifestações da homossexualidade" e "algo que não é homossexual".

Enquanto detectamos, neste conjuntos de enunciados, cinco termos específicos com seus sentidos explicitados ou recuperáveis no texto, o número de termos não explicados sobe para quinze. São eles: "camp", "côté gay", "casal mixed" [destacados em (13)], "butch" [em (13) e (15)], "hype" [em (14)], "B.I.T.C.H.", "straight", "drag"[em (15)], "gay pride", "barbies", "bibas", "tatas", "lalas", "finas" e "fofas" [em (16)]. Estas palavras e expressões, cuja utilização é, de certa forma, atribuída a um grupo mais restrito, aparecem desprovidas de marcas que denotem definição (como introdução de explicação por determinados verbos), e de elementos de sentido recuperáveis explicitamente no texto (tal como observações entre vírgulas ou entre parênteses). Estes fatos, por si sós, poderiam levar à conclusão de que os leitores que não tivessem acesso a esse "código" mais

específico do grupo homossexual encontrariam um patamar muito alto de informação e, conseqüentemente, a comunicação não se efetivaria. Esse leitores se encontrariam numa posição de EXCLUSÃO do público com o qual a revista dialoga efetivamente.

Mas, admitir a exclusão de leitores apenas pela ausência de definições explícitas dos significados dos termos específicos seria negligenciar o postulado da Análise do Discurso que prega o primado do interdiscurso sobre o discurso. Não podemos esquecer que *o interdiscurso precede o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos* (Maingueneau, 1984:11). As relações de sentido presentes num discurso não se restringem à superfície de um texto empírico. Outros elementos, anteriores à produção e recepção efetivas dos textos, funcionam para a produção de sentido. Isto implica que *a enunciação não tem só “nascente”, ela tem também uma “foz”, a saber, as condições de emprego dos textos do discurso* (Maingueneau, 1984:151). Donde podemos afirmar que *não há, antes, uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéticos, uma enunciação, uma difusão e, enfim, um consumo, mas uma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias* (Maingueneau, 1984:153-154). Dessa forma, recusamos, com Maingueneau (1984:154), *a idéia de que existiria um “ambiente” do discurso que lhe seria exterior. Em realidade, quer se trate de um ambiente enunciativo imediato (produção consumo dos enunciados) ou de um ambiente institucional propriamente dito, não há nenhuma razão séria para pensar que as restrições semânticas em ação nos textos só tenham alcance (funcionem) no interior do fechamento visível da superfície discursiva. De tudo isto, apreendemos que os objetos semânticos que manipulamos nos sistemas de restrições não são reservados a priori apenas às unidades da língua* (Maingueneau, 1984:154).

Podemos até considerar, sem deixar de lado o risco de estarmos equivocados, que a produção destes termos específicos pode até ser restrita (e atribuída) a um grupo, mas sua circulação não. Estes termos circulam por outros grupos, principalmente numa época em que se começa a falar mais sobre a (homos)sexualidade. *SuiGeneris*, assim como grande parte das publicações especializadas, não é um “tratado científico” fundado numa linguagem “fechada”. Seu público, no qual estão incluídos leitores que não se identificam

ao grupo homossexual, tem acesso a esses termos em outros lugares (na grande imprensa, por exemplo).

No que diz respeito ao alcance de um público amplo, para a maior circulação das questões ligadas à homossexualidade e, conseqüentemente, para uma maior visibilidade do grupo, acreditamos que a linguagem pode ser um diferencial para caracterizar a revista como especializada, mas não necessariamente para delimitar público leitor. Observemos agora como *SuiGeneris* se comporta discursivamente no que tange à maneira como informações, principalmente as referentes a questões da homossexualidade, são apresentadas nos textos.

Consideramos, neste momento do trabalho, a maneira utilizada pela revista (em textos de profissionais da equipe fixa, de colaboradores de determinada edição e de entrevistados) para introduzir elementos referentes à homossexualidade de modo a instaurar a informatividade. Pretendemos, na realidade, verificar como se dá o trabalho lingüístico (e discursivo) de acrescentar dados que possibilitem a adesão dos “leigos” (aqueles que não tem conhecimento amplo sobre questões ligadas à homossexualidade) sem que sejam repetitivos aos leitores que já tenham certo domínio nestes assuntos.

Neste instante, estaremos centrados em observar, nos enunciados, a presença de **marcas e formas** lingüísticas que marquem certa relevância na informação por elas introduzidas, no sentido de despertar o interesse de leitores pelo desconhecido, porém, não necessariamente incompreensível. Destacamos em negrito as marcas detectadas.

Para a análise deste aspecto, selecionamos cinco enunciados. O primeiro, que corresponde ao fragmento de uma entrevista realizada com a editora e feminista Rose Maria Muraro, na edição nº 32, pode ser observado a seguir:

(17) SUI GENERIS: “A possibilidade de uma união gay tende a mudar, ser mais estável?”

ROSE MARIA MURARO: “Acho que sim. Uma **pesquisa feita pela revista Psychology Today**, no número de janeiro, de 1981, era representativa da nação americana. Dizia que **2% de todos os gays tinham ou tiveram mais de mil parceiros; 80% tinham ou tiveram mais de cem; e apenas 2% viviam como casais.** Entre as lésbicas, **nenhuma tinha tido mais de mil; 2% tinha tido mais de cem; 80% viviam como casais.** É muito diferente a libido feminina e a masculina, porque a relação gay tende a reproduzir a relação, a psique convencionais do gênero a que ela pertence, polígama e impessoal. **Vi lugares nos Estados Unidos, em 77, que tinha bares com portas de madeira com buracos onde o cara enfiava o pênis e transava com uma pessoa de maneira totalmente impessoal.** Isto para mim é uma perversão das piores que conheço em matéria de sexualidade. Há uma mudança entre os gays homens, principalmente por causa da Aids, em que se aprofunda o afeto. As mulheres já vivem uma relação de afeto, normalmente.” (da entrevista “Uma rosa pela causa”, nº 32, p.33)

As marcas destes enunciados, consideradas por nós como indicadoras de relevância da informação, dizem respeito ao fornecimento de dados numéricos seguidos de exemplificações que podem auxiliar na compreensão do leitor. Para explicar o que entende por falta de afeto nos relacionamentos homossexuais masculinos e porque esta falta de afeto diferencia estes relacionamentos dos femininos, o enunciador recorre a dados que indicam a porcentagem dos relacionamentos homossexuais em relação ao número de parceiros: *2% de todos os gays tinham ou tiveram mais de mil parceiros; 80% tinham ou tiveram mais de cem; e apenas 2% viviam como casais. Entre as lésbicas, nenhuma tinha tido mais de mil; 2% tinha tido mais de cem; 80% viviam como casais.* Além disso, cita a fonte dos dados – *pesquisa feita pela revista Psychology Today, no número de janeiro, de 1981* – e, dessa maneira, legitima uma informação que pode ser checada pelo leitor. Recorre ainda a uma exemplificação de um dado concreto, baseado em experiência pessoal – *Vi lugares nos Estados Unidos, em 77, que tinha bares com portas de madeira com buracos onde o cara enfiava o pênis e transava com uma pessoa de maneira totalmente impessoal* –, caracterizando uma informação, sem dúvidas, elucidativa. Trata-se de um dado que pode interessar (e, principalmente, informar) a qualquer tipo de leitor, esteja ele familiarizado ou não com as questões da homossexualidade.

Os dois próximos enunciados que analisaremos têm características semelhantes entre si no que diz respeito às marcas introdutórias de informação utilizadas. O enunciado (18) corresponde a um fragmento de um texto, intitulado “Outing hetero a ferro e fogo”, escrito pelo escritor João Silvério Trevisan, para a edição nº 10. E, da entrevista com o

poeta e filósofo Antônio Cícero, publicada na edição nº 26, selecionamos um trecho que compõe o enunciado (19).

(18) "(...) hoje **as pessoas não sabem que** as primeiras lutas em favor dos homossexuais começaram na Alemanha, ainda no século XIX; e que já no começo do século XX houve vários encontros internacionais de ativistas homossexuais. A patrulhagem contra a homossexualidade resulta tão violenta que cada geração sente-se começando do zero. Hoje, **poucos homossexuais brasileiros ouviram falar** do jornal *Lampião* ou do grupo Somos – existentes até o início da década de 80. A estratégia social do silêncio é tão bem sucedida que até os ativistas julgam-se precursores no Brasil. A "revelação" homossexual não precisaria existir se a hipocrisia social não tivesse, por todos os meios, camuflado o que se considera desvio. Portanto, o que se chama de "denunciar a homossexualidade" é uma questão de reavivar a memória." (do artigo "Outing hetero a ferro e fogo", nº 10, p.21)

(19) "(...) Com relação à homossexualidade, **é preciso dizer também que** mesmo um conhecimento superficial de etnografia ou história mostra que nem todas as religiões o condenam. A **religião do povo mais filosófico e poético da história ocidental**, que foi o grego antigo, antes a estimulava. Assim, por exemplo, **o maior dos deuses, Zeus, praticava a pederastia**. Normalmente, **as igrejas cristãs** racionalizam a condenação à homossexualidade com base, por um lado, em injunções colhidas na Bíblia e, por outro, em considerações sobre pretensas leis da natureza. **As primeiras não são racionais nem universais e não são suscetíveis de discussão nem podem servir de base para legislação secular** alguma. Aceita-as quem quer e não as aceita quem não quer. **As segundas são pretensamente racionais. Alegam que o homossexualismo contraria uma pretensa lei da natureza e que por isso é uma doença**. A idéia geral e vulgar é que, uma vez que o instinto sexual dos animais tem a função natural de promover a reprodução da espécie, qualquer ato sexual não procriativo consiste numa perversão desse instinto." (da entrevista "Herdeiro da razão", nº 26, p.42)

Em (18), detectamos como marcas de introdução de informação, as seqüências *as pessoas não sabem que* e *poucos homossexuais brasileiros ouviram falar*. A primeira oferece dados sobre a história do surgimento do movimento homossexual. A segunda seqüência se direciona no sentido de atualizar e desfazer equívocos a respeito do pioneirismo do movimento no Brasil. A enunciação das informações sobre o movimento homossexual se justifica no sentido de não estar veiculando dados redundantes e/ou previsíveis, pelas marcas que as introduzem.

No enunciado (19), também há uma seqüência introdutória de informação: *é preciso dizer também que*. Mas, neste caso, este tipo de seqüência vem seguido de outros elementos que contribuem para a informatividade. Após a introdução da informação principal sobre o homossexualismo, a saber, *que nem todas as religiões o condenam*, o enunciador recorre a exemplificações de uma religião que não condena – *a religião do povo mais filosófico e poético da história ocidental* – e de uma que condena – *as igrejas cristãs*. Acreditamos que

a exemplificação deixa, de certa forma, a informação mais palpável ao leitor, principalmente se levarmos em consideração que à exemplificação se segue uma espécie de caracterização de cada religião mencionada. Estas características são recuperáveis pela adjetivação que segue o verbo “ser”, “poder” e “alegar”. Assim, além de saber que as religiões gregas não condenavam o homossexualismo, e que as religiões cristãs o faziam (e fazem até hoje), o leitor fica informado que *as primeiras não são racionais nem universais e não são suscetíveis de discussão nem podem servir de base para legislação secular alguma*, enquanto *as segundas são pretensamente racionais. Alegam que o homossexualismo contraria uma pretensa lei da natureza e que por isso é uma doença*. O texto apresenta definições sobre estas religiões, elucidando ainda mais seu caráter informativo, mesmo que se constituam verdadeiras apreciações do enunciador.

Um outro tipo de elemento de informatividade que detectamos no material é a apresentação de informações técnicas sobre determinados assuntos. O enunciado a seguir, no qual abordamos este aspecto, foi extraído da mesma entrevista que mencionamos em relação a (17):

(20) SUIGENERIS: “(...) a lei brasileira está a quilômetros de distância da realidade uma vez que não se leva em consideração a psique e o desejo do indivíduo?”

ROSE MARIA MURARO: **“Não é só a psique, não senhora! Não leva em consideração o físico do indivíduo porque ela [Roberta Close] tem uma doença chamada mosaico. Ela tem 75% dos genes femininos e 25% dos genes masculinos. Ela é homem e mulher ao mesmo tempo, mas é mais mulher do que homem. Ela é uma em cem mil. É muito raro este fenômeno do transexualismo dela. É físico, neurológico e fisiológico, gonadal e tudo. Não tem sêmen nem barba (...)”** (da matéria “Uma rosa pela causa”, nº 32, p.31)

A informação principal consiste em explicitar ao leitor um aspecto que rodeia a vida da modelo e atriz Roberta Close, “a mais famosa transexual brasileira”, uma das primeiras pessoas do país a se submeter a uma operação para mudança de sexo. O acréscimo de informações se dá, de acordo com nossa análise, em três momentos. A primeira informação consiste em corrigir o entrevistador, chamando atenção para a omissão de um aspecto importante do transexualismo da modelo, cuja ausência poderia levar à perpetuação de um idéia equivocada. Pode ser recuperada pela seqüência: *Não é só a psique, não senhora! Não leva em consideração o físico do indivíduo*. Constituem o segundo momento da informação: a denominação do problema – *ela tem uma doença chamada mosaico* e sua explicação científica – *75% dos genes femininos e 25% dos genes masculinos, é homem e*

*mulher ao mesmo tempo, é uma em cem mil, é muito raro este fenômeno.* Por fim, no que consideramos o terceiro momento de informação, o enunciador lista as características da “doença mosaico”, reforçando a correção realizada no primeiro momento: *É físico, neurológico e fisiológico, gonadal e tudo.* Este exemplo de definição difere das que ocorrem em relação à explicitação de termos do jargão gay, pois, enquanto estes últimos se referem a termos específicos do vocabulário de um grupo, o termo, cuja explicitação acabamos de discutir, corresponde a uma palavra que é específica de um domínio, a saber do discurso científico/médico, mas não de um grupo que o utiliza para marcar sua (relação com determinada) orientação sexual.

O último aspecto referente à informatividade que abordaremos diz respeito à atualização de informações, e pode ser observado no enunciado (21), extraído da entrevista realizada com a sexóloga Marta Suplicy, na edição nº 40:

(21) **“O projeto está tramitando no Congresso Nacional.** É, portanto, um projeto de lei e como tal foi trabalhado durante estes quatro anos de meu mandato. Ele foi muito discutido e teve excelente repercussão. (...) **Continua não sendo um projeto fácil de ser discutido** pelo plenário, mas **estou tentando**, junto às reuniões de negociação dos líderes de bancada para **que ele seja incluído na pauta ainda deste mandato.** Estamos tentando que isso ocorra ainda na segunda quinzena de novembro. As dificuldades enfrentadas eram de se esperar, pois **é um tema que a sociedade ainda tem dificuldade de discutir e enfrentar**, já que trata da sexualidade. Mas acredito que avançamos muito durante este período e hoje o Brasil já encontra-se em outro patamar quando falamos nestas questões. Acredito que este é o melhor momento para ele entrar em discussão e em votação. (...) **Não acredito que seja fácil a aprovação**, mas **o trabalho destes quatro anos já acumulou para um resultado positivo.** (...)” (da entrevista “E a parceria, três milhões de votos depois?”, nº 40, p.25)

Este enunciado faz parte da resposta de Marta Suplicy à seguinte pergunta: *Em que posição está o Projeto de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo?*, e visa esclarecer os rumos da votação do projeto de lei, criado pela sexóloga, após o fim de seu mandato como deputada federal. Para situar a posição atual do projeto, o enunciador (no caso, Marta Suplicy, que fala na e em nome da revista) lança mão dos verbos que designam estado: “ser”, “estar” e “continuar”. Assim, informa os leitores sobre a situação do projeto, tira sua responsabilidade por um eventual fracasso e, ainda, justifica a repercussão que teve como resultado positivo, mesmo que não haja aprovação pelo Congresso. Em termos do que foi solicitado, este enunciado segue um movimento de inclusão de um maior número de leitores no público formado, a exemplo do que ocorre com os enunciados de (17) a (20).

Os enunciados de (17) a (20) recorrem a informações provenientes de intertextos próximos ao discurso homossexual. Mesmo que se recorra a outros domínios (ciência, história, religião), predomina a questão da orientação sexual (mais especificamente homossexual) nos assuntos abordados: as relações de gênero entre homossexuais (17), a história do movimento homossexual (18), a relação entre religião e aceitação homossexual (19) e o transexualismo (20). Ao tratar destas questões a revista está centrada em assuntos de um intertexto específico e, por este motivo, poderia se dizer, numa conclusão precipitada, que este fato configura a exclusão do público leitor daqueles que estão distantes do domínio homossexual. Mas, esta exclusão não se concretiza se considerarmos que as marcas introdutórias de informação, que explicitamos no capítulo anterior, evitam esta delimitação, possibilitando a divulgação e circulação das questões referentes à homossexualidade e, conseqüentemente, o maior alcance de público<sup>28</sup>.

O mesmo parece, à primeira vista, não acontecer em (21). Pelo menos, não de maneira tão tranqüila. O enunciado é semelhante ao anteriores por apresentar assunto próximo ao intertexto homossexual e marcas introdutórias de informação sobre este assunto. O enunciado, porém, não oferece dados concretos para que o leitor se informe sobre de que trata efetivamente o projeto de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. As únicas referências explícitas que podem ser retomadas a respeito do projeto, no texto todo do qual (21) foi extraído, são: *projeto de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, causa homossexual, questões gays, entendido dentro da perspectiva dos direitos humanos, um tema que a sociedade ainda tem dificuldade de discutir, já que trata da sexualidade*. Não há uma definição sobre o projeto; nem mesmo um box explicativo ou uma indicação de pesquisa. Poderíamos dizer, de maneira talvez precipitada, que a pressuposição de que o leitor conhece o projeto mencionado restringe o público efetivamente informado pelo texto referente ao enunciado (21). Mas, se assim fizéssemos, estaríamos caindo, novamente, numa afirmação infundada sobre a exclusão de leitores do público da revista. Voltemos,

<sup>28</sup> Essas expressões que chamamos de marcas introdutórias de informação não estão necessariamente introduzindo informações novas aos enunciados. Seríamos mais precisos se considerássemos que estas marcas (dados numéricos, exemplificação/ilustração, elucidação de informações técnicas e atualização de informações) são, na verdade, uma espécie de recurso retórico para marcar como relevante a informação introduzida, o que não deixa de caracterizar a inclusão do leitor na discussão que propõem.

então, à questão do primado do interdiscurso. Não podemos desconsiderar que o sentido depende, entre outros elementos, das relações intertextuais que se dão no discurso.

Partimos da definição de Maingueneau (1996:64), segundo a qual *faz-se uma distinção entre intertextualidade e intertexto: o intertexto é o conjunto de fragmentos citados num determinado corpus, enquanto a intertextualidade é o sistema de regras implícitas que constituem os fundamentos desse intertexto, o modo de citação que se julga legítimo na formação discursiva de que depende esse corpus.*

Lembremo-nos da hipótese de Pêcheux (1969:79), segundo a qual

a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariáveis semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocados em jogo.

Daí concluímos, ainda com Pêcheux (1969:79), que *é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.*

Mais uma vez ressaltamos que o sentido do discurso não é instaurado pelo texto empírico em si. Este remete a outros textos e a outros discursos que também fazem parte das relações que lhe dão sentido. Faz-se necessário considerar o discurso enquanto prática fundada numa *intrincação semântica irreduzível entre aspectos textuais e não textuais* (Maingueneau, 1984:154). Em outras palavras, *é a significância discursiva em seu conjunto que deve ser visada* (Maingueneau, 1984:82).

Desta forma, no que tange às questões de informatividade abordadas neste trabalho, concluímos, nas palavras de Costa Val (1994:37), que

não interessa (...) julgar a informatividade de cada seqüência, examinando, como quer a teoria física da informação, a probabilidade de ocorrência dos seus integrantes. O que conta é verificar se, em sua realização global, o texto equilibrou satisfatoriamente o explícito e o implícito, o previsível e o inesperado, de modo a se constituir num todo informativo e atraente.

Discutiremos, a seguir, alguns aspectos referentes ao que convencionamos chamar de relação de valorização ou de desvalorização.

---

## CAPÍTULO 10

### **Considerações sobre a semântica global do discurso homossexual**

Neste capítulo, estaremos observando de maneira privilegiada COMO a revista constrói as relações intertextuais. Trata-se de observar que sentidos são veiculados a partir dos intertextos a que recorre. A valorização ou desvalorização vai depender de quem e do que o sujeito do discurso traz de dentro e de fora para legitimar seu ponto de vista.

Para analisarmos o comportamento discursivo da revista, tomaremos como ponto de partida a noção de interdiscurso, proposta por Maingueneau (1987:112), segundo a qual *uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se oporia a outros, (...) mas como uma realidade heterogênea por si mesma*. Ao defender o primado do interdiscurso sobre o discurso, o autor concebe a identidade discursiva a partir de relações intradiscursivas, estas últimas fundadas em um espaço de trocas, e não em um espaço de identidade fechada.

Ao invés do fechamento na configuração do discurso, um movimento de mudanças nas relações intradiscursivas determinado pelo espaço de trocas que faz parte da própria especificidade do discurso. Isto significa que todo discurso é heterogêneo, já que o diálogo

com outros discursos faz parte da própria identidade discursiva. A esse respeito, o autor distingue dois tipos de intertextualidade<sup>29</sup>: a interna, que acontece *entre um discurso e outros do mesmo campo discursivo* e a externa, detectada entre *discursos de campos discursivos diferentes*, e ressalta que *estas duas intertextualidades são facetas de um mesmo funcionamento discursivo* (Maingueneau, 1987:86). De acordo com Maingueneau, considerar os aspectos da intertextualidade externa é uma maneira de lembrar

que nenhum campo discursivo existe isoladamente, havendo imensa circulação de uma região a outra do universo discursivo. Os caminhos percorridos por esta circulação não possuem, entretanto, nenhuma estabilidade; dependendo dos discursos e das conjunturas visadas, estabelecer-se-ão intercâmbios muito diferentes.” (Maingueneau, 1987:117)

Maingueneau (1987:119-120) acrescenta que

sustentar que o espaço pertinente para as regras [o discurso enquanto submetido a sistemas de restrições] é de ordem interdiscursiva consiste em propor ao analista o interdiscurso como objeto e *fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas*. Isto implica que a identidade discursiva está constituída na relação com o Outro. Não se distinguirá, pois, duas partes em um “espaço discursivo”, a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro; mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da interdiscursividade.

A identidade do discurso se estabelece, então, a partir da oposição entre dois conjuntos de categorias semânticas: as categorias reivindicadas, a que Maingueneau chama de “positivas” (as categorias valorizadas provenientes das relações com intertextos a que recorre para se firmar), e as categorias recusadas, que chama de “negativas” (categorias desvalorizadas, provenientes das relações com intertextos que o “ameaçam”). Portanto, também faz parte da formação da identidade discursiva um mecanismo polêmico<sup>30</sup> com o Outro (o discurso “adversário, o “avesso” constitutivo de todo discurso), uma vez que *cada uma das formações discursivas do espaço discursivo*<sup>31</sup> *só pode traduzir como “negativas”,*

<sup>29</sup> Entendendo-se, por intertextualidade, “o tipo de citação que [a] formação discursiva define como legítima através de sua própria prática” (Maingueneau, 1987:86).

<sup>30</sup> Polêmica, aqui, enquanto conflito discursivo, e não no sentido habitual de controvérsia violenta. Trata-se da manifestação de uma incompatibilidade - já inscrita nas próprias condições de possibilidade do discurso - que permite a constituição do discurso.

<sup>31</sup> Segundo Maingueneau (1987:117), *o espaço discursivo (...) delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados*. O campo discursivo, por sua vez, *é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência (...) e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região* (Maingueneau, 1987:116).

*inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu outro, pois é através dessa rejeição que cada uma define sua identidade* (Maingueneau, 1987:122).

As relações interdiscursivas que se dão num discurso estabelecem, dessa forma, a rede semântica que permeia o discurso, ou seja, estabelecem, no conjunto dos enunciados desse discurso, aqueles que podem e devem ser ditos por seus enunciadores (o “direito” do discurso) e aqueles que devem ser refutados (o “avesso”, os enunciados pertencentes ao discurso “ameaçador” do Outro). Isto significa que *o sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado, etc. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação* (Maingueneau, 1987:86).

Tentaremos traçar essa rede semântica a fim de caracterizar os elementos que organizam a Semântica Global do discurso de *SuiGeneris*, principalmente no que diz respeito à enunciação da homossexualidade, e que determinam, pela relação que estabelecem entre si, o conjunto dos enunciado dizíveis por quem se encontra no interior deste discurso. Em um primeiro momento, discutiremos as relações que estabelecem a legitimidade da enunciação do “assumir-se” homossexual. Estas relações correspondem ao que definimos como valorização. Em seguida, tentaremos exemplificar as relações que desvalorizam o “não assumir-se”.

De acordo com Maingueneau, a semântica que rege o discurso se caracteriza pela existência de um sistema de restrições ao qual estão submetidos igualmente todos os planos deste discurso. Trata-se de considerar a disseminação da especificidade do discurso sobre seus múltiplos planos. O intuito do autor, ao desenvolver a noção de Semântica Global, é chamar a atenção para a necessidade de pensar globalmente a complexidade discursiva através de um sistema, não necessariamente complexo, que rege todas as dimensões do discurso. Ao estudar discursos devotos, Maingueneau (1984:62) averiguou que

Os sistemas de restrições semânticas construídos eram muito mais “pobres” do que [havia] imaginado em relação com a imensidade e a diversidade de suas superfícies discursivas. Certamente, era necessário dispor de um número relativamente importante de semas, mas as regras para engendr-los dependiam de um operador único que se aplicava a alguns eixos semânticos primitivos. Nessa perspectiva, *a formação discursiva não seria um conglomerado mais ou menos consistente de elementos diversos que se soldariam pouco a pouco, mas sim a exploração sistemática das possibilidades de um núcleo semântico*”.

Nosso objetivo aqui é caracterizar discursivamente a enunciação do “assumir-se homossexual”, tal como é proposta por *SuiGeneris*, a fim de observar como a revista se posiciona em relação a esta questão que tem grande força nos ideais do movimento homossexual organizado.

Pretendemos detectar as bases intertextuais estabelecidas para legitimar o discurso da revista de acordo com traços semânticos compatíveis com o discurso da militância homossexual, no que diz respeito à enunciação do “assumir-se”. Estaremos preocupados, principalmente, em recuperar o traço fundamental que caracteriza o “núcleo semântico” em torno do qual gira a enunciação sobre a homossexualidade. Para tal, levamos em consideração os enunciados a seguir:

(22) “Mas afinal o que mudou no Brasil? As leis continuam as mesmas e ninguém pode dizer que o senso comum já nos reconhece como cidadãos iguais aos demais. A grande novidade, portanto, é a gente mesmo. O grande número de gays e lésbicas brasileiros que cansaram de **viver com medo em suas prisões domiciliares e passaram a se permitir a mesma liberdade a que qualquer pessoa tem direito (...)**” (do editorial “Boa causa”, publicado na edição nº4)

(23) “Imagine um **cidadão poliglota (...)** que **renega as nacionalidades e se declara cidadão do mundo**. Ele pode se sentir assim, individualmente, mas nenhum outro país o reconhece como tal. Com a gente se dá o mesmo. **Ser gay no campo privado, sem direitos públicos, é como um cidadão do mundo** na fila dos consulados, aguardando permissão para entrar nos Estados Unidos.”(do editorial, “Sexo, mentiras e jornalismo”, publicado na edição nº 31)

(24) “‘Todos são iguais perante a lei’. Então, **por que esconder ou mentir sobre a própria identidade, personalidade ou ideologia?** Aqui mesmo nesta seção, muitos não autorizam a divulgação de seus nomes, ou seja, **usam o direito de não serem identificados e anulam o direito de expressão**, que, há poucas décadas atrás, foi requisitado até com a morte das pessoas. O leitor e missivista que não assina sua carta deve estar se questionando: ‘se escrevi para a revista, expressei minha opinião’. mas não é verdade, pois **se você não fala quem é, o que diz não passa de fofoca**. Nós sempre fomos um minoria, mas **se a maioria de nós não lutar pelos nossos direitos como seres humanos, vamos nos anulando cada vez mais e perdendo espaço no mundo que também é nosso**. Acho que ninguém quer que isso aconteça, por isso todos temos que nos esforçar, primeiro **resolvendo nossos medos e responsabilidades**, para depois **assumirmos nossa identidade sem medo** de perder amigos, porque os verdadeiros são para sempre. Hoje, aos 18 anos e integrante de uma minoria, concordo com o mestre Néilson Rodrigues: ‘a unanimidade é burra.’” (da carta “Digo e assino embaixo”, publicada na edição nº 40)

(25) “Na verdade a gente quer muito falar. Todos os gays e lésbicas, certamente, **querem ser out**. Quem vai preferir carregar indefinidamente esse peso da mentira e da dissimulação? **Assumir o que somos traz uma leveza**, que só conhece quem já trocou a vergonha de viver com medo (porque quem se esconde sofre com a possibilidade de ser descoberto) pelo orgulho de ser livre.”

“Muita gente não sabe por onde começar a **vencer esse isolamento**. Ainda mais quando não se é out num mundo que fala constantemente sobre sexo. (...). A sexualidade vai entrando nas entrelinhas como o assunto preferido de toda humanidade e **deixando sem assunto quem se vê proibido de falar da sua**.”

“É esse **desejo de comunicar tem tudo a ver com o desejo de liberdade**. Um preso, um exilado em terra estrangeira não têm direito à palavra.”(do editorial “Só entre nós não!”, publicado na edição nº9)

(26) LEITOR: “(...) Recém-completei 19 anos e **assumi para meus pais minha homossexualidade**. Está sendo realmente o momento mais difícil da minha vida, pelo fato de minha mãe não se conformar de jeito nenhum com a idéia de ter um filho gay. Já meu pai me aceitou e está fazendo de tudo para convencê-la a fazer o mesmo. Acho que por eu ser muito jovem isso tudo tem causado uma enorme confusão na minha cabeça, fazendo com que eu também não me aceite. Mas isso está mudando graças à revista, suas matérias e essa grande seção de cartas, que me ajudam a ver a homossexualidade com outros olhos e me aceitar como sou.”

SUIGENERIS: “Fabio, parabéns pela sua **atitude corajosa**. É algo realmente muito difícil, e as reações das pessoas envolvidas numa situação como essa são imprevisíveis e às vezes surpreendentes. Mas passando esse momento inicia mais delicado as coisas sempre tendem a se ajustar. Saiba que você deu **um grande passo que vai tornar a sua vida mais simples no futuro, evitando que você tenha que conviver com mentiras, farsas ou duplicidades**.” (da carta “Hora da verdade”, publicada na edição nº 24)

(27) “Pela primeira vez vou falar sobre minha sexualidade. Tenho 15 anos. Sou gay, e como milhares de outros, **não assumido**. Com certeza, **isso me priva de viver**.(...) Num futuro próximo, talvez possa assinar meu nome completo e com orgulho.” (da carta “Big”, publicada na edição nº 31)

(28) “(...) Tenho 15 anos e, apesar de ter me assumido somente no início do ano, quero deixar uma pergunta seguida de uma dica **para todos os nossos amigos gays e lésbicas não assumidos do país: por quanto tempo mais você vai se privar de sua felicidade e deixar de desfrutar seus prazeres na vida?** Gente, apesar dos preconceitos e conflitos pelos quais os homossexuais brasileiros passam, **assumir-se é a melhor maneira de aproveitar os momentos mais agradáveis da nossa vida**. Faça-o e veja como é bom. **É com orgulho que eu assino esta carta**.”(da carta “Assino com orgulho”, publicada na edição nº 34)

Os enunciados, como já dissemos, abordam a questão do “assumir-se”, a principal “bandeira” de quem enuncia do interior do discurso militante da homossexualidade, nos anos 90, principalmente no que diz respeito à militância homossexual pela visibilidade<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> Quando o movimento homossexual organizado surgiu no Brasil, no fim da década de 70, a grande questão em discussão era a ‘afirmação homossexual’, com ênfase em aspectos pessoais relacionados à sexualidade. A dinâmica dos grupos privilegiava os relatos individuais sobre experiências sexuais. Esta questão perdurou até o início dos anos 80. Após este período, o movimento passou por um momento de enfraquecimento quase chegando à extinção, até que, com o surgimento da Aids como o “câncer gay” da humanidade, o movimento

De acordo com Souza (1997:36), *a visibilidade do homossexual é um tema tabu constantemente pautado pela militância homossexual. O desafio é incluir na luta também aqueles que, com todo o direito, se recusam a aparecer.* Parece-nos que a revista aceita esse desafio e tenta convencer o leitor a assumir sua homossexualidade. Mas, ao invés de adotar um tom ofensivo de imposição do “assumir-se”, opta por classificar de maneira negativa o ato de não se assumir. Ela antecipa a possibilidade da recusa ao “assumir-se”. A partir daí, faz com que a enunciação do “não se assumir” (ou a não enunciação do “assumir-se”) seja desvalorizada ao ser relacionada ao registro negativo das unidades de sentido que definem o discurso da militância. O “não assumir-se” é colocado em oposição à valorização do “assumir-se”, tendo como base intertextos provenientes dos discursos: político/jurídico, no que diz respeito a questões legais e de cidadania; social, referente a questões de comunicação e integração; psicológico, relativo à questão da auto-aceitação e da auto-estima; e, moral, no que se refere à valorização da verdade sobre a mentira<sup>33</sup>, como verificamos no quadro a seguir:

---

chegando à extinção, até que, com o surgimento da Aids como o “câncer gay” da humanidade, o movimento se reergueu, instaurando como “bandeira” principal a luta contra a contaminação pelo HIV. A partir dos anos 90, o discurso que pregava a disseminação da Aids ligada a grupos de riscos começa a ser substituído pelo discurso que explica o aumento da contaminação por comportamentos de risco. A doença deixa gradativamente de ser relacionada à orientação homossexual. A luta contra a Aids continua no movimento, mas a grande questão em discussão passa a ser a visibilidade como forma de reivindicar questões relacionadas aos direitos legais (principalmente, ao reconhecimento da cidadania).

<sup>33</sup> Trata-se de uma divisão de caráter didático, mais do que de uma classificação rigorosa.

POSTURA	“ASSUMIR-SE” (ato valorizado; registro positivo do discurso)	“NÃO ASSUMIR-SE” (ato desvalorizado; registro negativo do discurso)
Política/jurídica (questões legais)	(22) não viver em prisões; <i>se permitir a liberdade a que qualquer pessoa tem direito</i> ;  (23) ter nacionalidade definida; ter direitos públicos assegurados.  (24) <i>“lutar pelos direitos como seres humanos”</i>	(22) <i>viver (...) em prisões domiciliares</i> ; não se permitir a liberdade a que qualquer pessoa tem direito.  (23) renegar a nacionalidade; não ser reconhecido; não ter direitos públicos.  (24) anular o direito de expressão; não lutar pelos direitos; anular-se cada vez mais; perder espaço
Social (comunicação e integração)	(25) <i>vencer isolamento</i> ; ser <i>out</i> ; ter assunto; poder falar de sua sexualidade.  (25) ter direito à palavra, à comunicação, à liberdade; integrar-se à sociedade.	(25) viver no isolamento; não ser <i>out</i> ; estar proibido de falar da sua sexualidade.  (25) ser <i>um preso</i> (não estar integrado à sociedade); ser <i>um exilado em terra estrangeira</i> ; não se comunicar; não se integrar.
Psicológica (auto-estima)	(22) ter leveza; não se esconder; não sofrer com a <i>possibilidade de ser descoberto</i> ; viver com <i>orgulho de ser livre</i> .  (26) aceitar-se como se é; <i>“tomar a vida mais simples”</i> ; <i>“atitude corajosa”</i>  (27) poder viver; ter orgulho da condição  (28) ser feliz; desfrutar dos prazeres da vida; aproveitar os momentos agradáveis da vida; Ter orgulho da condição.	(22) carregar peso; viver com medo; viver escondido; sofrer com a <i>possibilidade de ser descoberto</i>  (26) não se aceitar; ter a cabeça confusa; atitude covarde  (27) privar-se de viver  (28) privar-se da felicidade; não desfrutar dos prazeres da vida; não aproveitar os momentos agradáveis da vida
Moral (verdade vs mentira)	(22) verdade que visa a uma sociedade mais justa  (24) assumir a identidade; falar quem é; expressar a opinião.  (25) vida de verdade.  (26) evitar <i>“conviver com mentiras, farsas ou duplicidades”</i>  (25) <i>tratar honestamente a questão da homossexualidade</i> .	(22) <i>inverdade</i> que vai contra o estabelecimento de uma sociedade mais justa.  (24) <i>“esconder ou mentir sobre a própria identidade, personalidade ou ideologia”</i> ; não dizer quem é; <i>“o que diz não passa de fofoca”</i> .  (25) <i>carregar peso da mentira e da dissimulação</i> .  (26) <i>“conviver com mentiras, farsas ou duplicidades”</i>  (25) <i>fugir de tratar honestamente a questão da homossexualidade</i> .

Neste primeiro momento de definição do ato de “assumir-se”, ao prever possíveis adversários, a revista parece adotar um tom mais manso, mesmo que seja para desvalorizar o ato de “não assumir-se”, com o intuito de intimidar o leitor não assumido a se identificar com seus ideais sem que para isso precise ofendê-lo. A essa imagem construída do leitor não assumido dirige um diálogo do tipo: “Estamos apenas mostrando o que pensamos dos não assumidos. Sabemos que você, por partilhar de nossos valores, não faz parte deste grupo”. Daí, parte-se para a defesa em relação ao possível adversário que vem ameaçar seu discurso, configurando o que convencionou-se chamar de polêmica discursiva.

Considera-se a polêmica ao se postular *nos enunciadores de um discurso dado o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que relevam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas* (Maingueneau, 1984:13). Trata-se da aptidão dos enunciadores *de reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados ou da(s) formação(ões) discursiva(s) que constitui(em) seu Outro* (Maingueneau, 1984:53-54). Mais do que isso, trata-se da *aptidão de interpretar, traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições* (Maingueneau, 1984:54). Esta polêmica, ao invés de prejudicar a estabilidade do discurso, como se poderia acreditar, é necessária para sua sobrevivência. É importante porque faz parte da própria constituição do discurso. Como nos mostra Maingueneau (1987:120), *as eternas polêmicas em que as formações discursivas estão envolvidas não surgem de forma contingente do exterior, mas são a atualização de um processo de delimitação recíproca localizado na própria raiz dos discursos considerados*.

A polêmica também é necessária, pois é nessa relação com o Outro que o discurso cria possibilidades para mostrar a crença em sua superioridade. Maingueneau (1984:127) acredita que

a polêmica é necessária porque sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade dos discursos correria o risco de desfazer-se. É inegável, mas a essa se junta uma outra razão, a saber, a necessidade de mascarar a invulnerabilidade do discurso. Por definição, o discurso responde a tudo e não pode ser apanhado em erro. (...) O discurso não tem razão a não ser na medida em que crê que pode ser ameaçado, isto é, que é de fato o Outro que ele destrói, e não seu simulacro. Cada refutação bem sucedida é uma vitória do verdadeiro sobre o falso e esse combate ritual legítima e conforta a crença. É necessário pensar que o discurso é

vencedor. (...) Necessidade que não é um segredo inconfessável guardado por alguns mistificadores interessados, mas a própria condição da discursividade.

Em outras palavras, *o discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para constituir-se* (Maingueneau, 1984:131). Assumindo, então, a polêmica como algo intrínseco ao discurso, cabe-nos ressaltar que o conflito não se dá de qualquer maneira, uma vez que *a ‘incompreensão’ (...) se transforma em ‘interincompreensão’ porque obedece a regras e estas regras são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas* (Maingueneau, 1987:120). Isto acontece, pois

o enunciador de um discurso dado não pode se colocar como falsário dos enunciados de seu Outro. Se ele procura “imitá-los”, só poderá produzir textos que relevam de sua própria competência. Se se pergunta em quais condições um discurso pode “dar a palavra” a seu Outro, deve-se responder que uma posição enunciativa não pode sair de seu fechamento semântico, que ela não pode emprestar-lhe suas próprias palavras, manifestando, assim, a irredutível descontinuidade que funda o espaço discursivo. O que faz falta ao enunciador quando ele é confrontado com seu Outro é a gratuidade. Se (...) falsários escolhem aqueles que imitam com motivações relativamente “distanciadas”, são condenados a produzir simulacros desse Outro e simulacros que são apenas seu avesso. (Maingueneau, 1984:54)

Trata-se de ver o Outro a partir de sua própria ótica, de colocar na boca do adversário palavras que relevam do registro negativo de seu próprio discurso. O enunciador do discurso imagina que recusando o Outro, como se este relevasse de seu registro negativo, ele está reafirmando a validade de seu registro positivo. Discutiremos a esse respeito nos últimos conjuntos de enunciados a seguir.

A polêmica que envolve os enunciados diz respeito a uma entrevista publicada pela revista *Veja*, em outubro de 1995, por meio da qual o ator Victor Fasano daria algumas declarações<sup>34</sup> – das quais extraímos os enunciados referentes a (29) – que desagradaram aos homossexuais na ocasião. *SuiGeneris* se manifestou a respeito dessas declarações e se posicionou na polêmica discursiva travada. Observemos, a seguir, os enunciados que serviram para traçar o quadro da polêmica discursiva detectada entre a revista (30) e (31) e o ator (29):

<sup>34</sup> Não interessa, para nossos propósitos, explicitar os procedimentos que a revista *Veja* utilizou para entrevistar o ator e os que usou para editar a entrevista antes da publicação. Fazer isto seria, sem dúvida, uma análise interessante do ponto de vista da AD, mas, para este trabalho, o que nos importa é a polêmica que a referida entrevista provocou tal como foi publicada.

(29) “Você está querendo saber se eu sou homossexual? Pois eu lhe digo agora: eu não sou homossexual”

“Minha sexualidade não é da conta de ninguém (...)”

“(...) Quero ter uma cria para ensiná-la a praticar esportes e amar a natureza. (...) Por isso, gostaria que meu filho nascesse de uma mãe que pensasse como eu. Acho que a Maitê é essa pessoa”

“No mundo animal os machos brigam pelas fêmeas, e também entre os homens é mais fácil pessoas do mesmo sexo brigarem. É por isso que eu acho que é quase impossível uma união entre dois homens ou duas mulheres, e não estou falando da questão fisiológica. A mulher se amolda ao homem – e vice versa – de maneira muito mais harmoniosa. Veja bem: não tenho nada contra dois homens que queiram ir para a cama”

“Não conheço nenhum casal homossexual feliz, mas vejo a felicidade entre os heterossexuais. Será que estou errado?”

Os homossexuais que pleiteiam isso ou aquilo viram gueto, e, para mim, todo gueto é doença. Os gays não precisam lutar por nada, eles têm direito à homossexualidade.” (da entrevista “Eu não sou gay”, publicada na edição nº 1413 da revista *Veja*.)

(30) “Fasano foi vítima da habilidade de um repórter (...) e, mais ainda, de seu próprio ego inflamado. Parece que deu vazão ao desejo reprimido de se vingar de todos que, até agora o vinham chamando (apropriadamente?) de “dublê de artista. Ou seja, todo mundo”

“Entre as comunidades gays do eixo Rio-São Paulo, ninguém tem a menor dúvida sobre as tendências sexuais de Fasano, figura que, antes de estourar na mídia, freqüentava com desenvoltura o trecho da praia carioca, conhecido como Farne, em Ipanema. Tudo bem. Isto não faz dele nada. Mas as histórias a seu respeito são muitas. Não são poucos os que conhecem pessoas que já namoraram com ele (...)”

“Na sua análise ecossexual, enveredou pela lógica racional rasa que diz que o *normal* é que um casal reúna um macho e uma fêmea, ficando todas as outras possibilidades relegadas à anormalidade e, portanto, à infelicidade. “O ator misturou confusamente seus preconceitos sobre a normalidade sexual humana com seu conhecimento da vida animal”, resumiu o psicólogo Jurandir Freire Costa (...)”

“Não há nada mais significativo da confusa cabeça de Fasano do que o trecho da entrevista em que ele explica porque escolheu Maitê Proença para ter um filho seu. “Quero ter uma cria para ensiná-la a praticar esportes e amar a natureza. Por isso gostaria que meu filho nascesse de uma pessoa que pensasse como eu. Acho que a Maitê é essa pessoa”. Lindo, não? Palavras como relacionamento, paixão, companheirismo e desejo – que formam a alma dos relacionamentos verdadeiros – sequer foram mencionadas (...)”

“E quem é este sujeito para dizer que casais gays não são felizes? Ao que me consta, até hoje ele nunca se casou.” (da matéria “Perfeição imperfeita”, publicada na edição nº 7)

(31) "Muitas vezes as pessoas me cobram o desempenho do papel de xerife da homossexualidade no Brasil: por ser quem há mais tempo, ininterruptamente, desde 1980, milita no movimento gay, instigam que eu me torne o policiador do politicamente correto ou incorreto. E num episódio chocante como este em que o ator Victor Fasano, um inegável praticante do homoerotismo, tem o topete de usar o mais nobre espaço do nosso jornalismo, as páginas amarelas da *Veja*, para declarar "Eu não sou gay!" – e pior ainda, vociferar contra o movimento de liberação homossexual – aceito de bom grado refletir sobre a tão malfadada entrevista do galã global."

"Que o esbelto Victor Fasano recuse assumir que em suas turnês pelo Brasil a fora passa horas trancado no apartamento do hotel com rapazes de programa fixos (...), tudo bem: tem o direito de ser alienado. Agora: meter o bico no movimento homossexual, declarando que "todo gueto é doença"; querer ditar regras postulando que "os gays não precisam lutar por nada", e pior ainda, incrementar a homofobia, ladrando que "não conheço nenhum casal homossexual feliz" – aí é demais. De inocente útil e gozador alienado do homoerotismo, Fasano torna-se homófobo assumido e inimigo declarado do movimento de libertação homossexual. Alto lá!"

"(...) você não se revolta contra alguém que hoje usufrui privadamente de nossos corpos e prazeres e amanhã, publicamente, nos despreza e insulta, chamando-nos de doentes e infelizes, prejudicando a luta incansável daqueles que sem tréguas denunciam a homofobia?! Essa história de oferecer a outra face não dá resultado: militante oprimido algum consegue agüentar calado tanta agressão."

"Se o Fasano, ou qualquer michê de porta de boite gay, praticam predominantemente o homoerotismo, mas não têm identidade homossexual, lastimamos profundamente que a homofobia internalizada seja mais forte do que uma desejável consciência política-homossexual. Devemos ter pena destas criaturas a quem a psicanálise chama de "homossexuais egodistônicos" (cujo ego está dessintonizado de sua afirmação existencial)".

"(...) Alguns, graças a nosso bom exemplo e catequese, podem tornar-se, como nós, gays assumidos e felizes "egossintônico". Porém, se a bofonca debaixo do pano transa direto com a molecada toda, e em público cospe no prato que a comeu, ou joga pedra nos assumidos – bom, aí, em vez de tolerância, o xerife gay sugere: desprezo e boca no trombone." (do artigo "Alto lá!", publicado na seção **Ponto Final** da edição nº 7)

A polêmica travada entre a revista e as declarações do ator pode ser melhor visualizada no quadro a seguir:

O CASO VICTOR FASANO	
DECLARAÇÕES DO “OUTRO” (29) (a ameaça ao discurso de <i>SuiGeneris</i> )	DECLARAÇÕES DE <i>SuiGeneris</i> (a construção da desvalorização do “outro”)
<p><i>“Você está querendo saber se eu sou homossexual? Pois eu lhe digo agora: eu não sou homossexual”</i></p> <p><i>“Minha sexualidade não é da conta de ninguém”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ninguém tem a menor dúvida sobre as tendências sexuais de Fasano (...) as histórias a seu respeito são muitas. Não são poucos os que conhecem pessoas que já namoraram com ele (...)</b> (30)</li> <li>• o ator Victor Fasano, um <b>inegável praticante do homoerotismo</b> (31)</li> <li>• o esbelto Victor Fasano (...) <b>passa horas trancado no apartamento do hotel com rapazes de programa fixos</b> (31)</li> <li>• <b>alguém que hoje usufrui privadamente de nossos corpos e prazeres e amanhã, publicamente, nos despreza e insulta</b> (31)</li> <li>• <b>Fasano, ou qualquer michê de porta de boite gay, praticam predominantemente o homoerotismo, mas não têm identidade homossexual (...).Devemos Ter pena destas criaturas a quem a psicanálise chama de “homossexuais egodistônicos” (cujo ego está dessintonizado de sua afirmação existencial)</b> (31)</li> <li>• <b>Alguns</b>, graças a nosso bom exemplo e catequese, podem tornar-se, como nós, <b>gays assumidos e felizes “egossintônico”</b>. Porém, se a <b>bofoneca debaixo do pano transa direto com a molecada toda, e em público cospe no prato que a comeu, ou joga pedra nos assumidos</b> – bom, aí, em vez de tolerância, o <b>xerife gay sugere: desprezo</b> (31)</li> </ul>
<p><i>“(...) acho que é quase impossível uma união entre dois homens ou duas mulheres, e não estou falando da questão fisiológica. A mulher se amolda ao homem – e vice-versa – de uma maneira muito mais harmoniosa. Veja bem: não tenho nada contra dois homens que querem ir para a cama”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na sua <b>análise ecossexual</b>, enveredou pela <b>lógica racional rasa</b> que diz que o <i>normal</i> é que um casal reúna um macho e uma fêmea (...)“O ator <b>misturou confusamente seus preconceitos</b> sobre a normalidade sexual humana com seu conhecimento da vida animal”, resumiu o psicólogo Jurandir Freire Costa (30)</li> </ul>

<p><i>“Quero ter uma cria para ensiná-la a praticar esportes e a amar a natureza. Morro de medo de que ela se ligue em computadores. Por isso, gostaria que meu filho nascesse de uma mãe que pensasse como eu.”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há nada mais significativo da <b>confusa cabeça de Fasano</b> do que o trecho da entrevista em que ele explica porque escolheu Maitê Proença para ter um filho seu. (...) <b>Palavras como relacionamento, paixão, companheirismo e desejo – que formam a alma dos relacionamentos verdadeiros – sequer foram mencionadas</b> (30)</li> </ul>
<p><i>“Não conheço nenhum casal homossexual feliz, mas vejo a felicidade entre os heterossexuais. Será que estou errado?”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>quem é este sujeito para dizer que casais gays não são felizes? (...)</b> ele <b>nunca se casou</b> (30)</li> <li>• <b>incrementar a homofobia</b>, ladrando que “não conheço nenhum casal homossexual feliz” – aí é demais. (31)</li> </ul>
<p><i>“Os homossexuais que pleiteiam isso ou aquilo viram gueto, e, para mim, todo gueto é doença. Os gays não precisam lutar por nada, eles têm direito à homossexualidade”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Muitas vezes as pessoas <b>me cobram o desempenho do papel de xerife da homossexualidade no Brasil: por ser quem há mais tempo</b>, ininterruptamente, desde 1980, <b>milita no movimento gay</b>, instigam que eu me torne o policiador do politicamente correto ou incorreto. (31)</li> <li>• Victor Fasano (...) tem o <b>topete de (...)</b> <b>vociferar contra o movimento</b> de liberação homossexual (31)</li> <li>• tem o direito de ser <b>alienado</b>. Agora: <b>meter o bico no movimento homossexual</b>, declarando que “todo gueto é doença”; <b>querer ditar regras</b> postulando que “os gays não precisam lutar por nada”, e pior ainda, <b>incrementar a homofobia</b>, ladrando que “não conheço nenhum casal homossexual feliz” – aí é demais. <b>De inocente útil e gozador alienado do homoerotismo, Fasano torna-se homófobo assumido e inimigo declarado do movimento de libertação homossexual.</b> (31)</li> <li>• <b>[prejudica] a luta</b> incansável daqueles que sem tréguas denunciam a homofobia?! Essa história de oferecer a outra face não dá resultado: militante oprimido algum consegue agüentar calado tanta <b>agressão.</b>(31)</li> <li>• Alguns, graças a <b>nosso bom exemplo e catequese</b>, podem tornar-se, como nós, gays assumidos e felizes “egossintônico”(31)</li> </ul>

Observamos, na coluna da esquerda, as declarações de Victor Fasano que propiciaram o início das discussões e, na coluna da direita, as declarações da revista que permitem caracterizar Victor Fasano como o “outro”, como o adversário do discurso da homossexualidade. A relação entre discurso (e sujeito do discurso) valorizado e discurso (e sujeito do discurso) desvalorizado sobre a homossexualidade resulta da interincompreensão que instaura a polêmica discursiva. Esta relação estabelece o núcleo semântico fundamental que irá legitimar a parte enunciável do dizível sobre a homossexualidade. Reportando-nos aos estudos de Maingueneau, observamos como se estabeleceu esta oposição (entre registro valorizado e registro desvalorizado) entre os discursos devotos. O autor nos mostra que:

[o discurso jansenista] constitui-se a partir de uma série de operações sobre o [discurso humanista devoto], sua estrutura sendo, pois, decorrência da rejeição da estrutura do discurso humanista devoto. (...) O discurso humanista devoto (...) tem por objetivo constante integrar os elementos em totalidades organizadas cujos componentes são diversificados e complementares (“ordens”), recusando, assim, as formas de individualização e de registro; nele, por exemplo, o cristão isoladamente, jamais será considerado de forma positiva, mas será considerado como um ser inserido no cosmo, em sociedade, em uma família, numa comunidade, etc. Da mesma forma, este discurso não marcará descontinuidade irredutível entre o homem natural e o cristão: estes são para ele dois graus positivos de uma escala ascendente da qual Deus seria o ápice. O trabalho do discurso jansenista, em compensação, consiste justamente em destruir estas totalidades de propósitos integradores: partindo de um ideal de “concentração” e de disjunção, estas totalidades são substituídas por pontos privilegiados e a integração, por linhas de ruptura. (Maingueneau, 1987:121).

O eixo semântico de cada um destes discursos corresponde à valorização da “expansão” de um lado e da “concentração” de outro. Disso decorre que,

Lá onde o humanismo devoto propunha um cristão inscrito em grupos, ele [o jansenismo] propõe uma consciência solitária; onde havia uma gradação positiva entre a natureza e o cristianismo, ele introduz uma separação para opor natureza e sobrenatureza. Em termos de “tradução” e de “interincompreensão”, isto implica que o cristão do humanismo devoto será traduzido pelo jansenismo como uma mistura de dois registros onde apenas a oposição é considerada válida. Inversamente, o humanismo devoto lerá nesta oposição uma dissociação entre elementos de sentido que, ao contrário, deveriam estar associados: neste caso, a categoria negativa, por excelência, será não a mistura, mas a dissociação de totalidades, de “ordens” que são consideradas naturais. (Maingueneau, 1987:121).

Em relação ao discurso homossexual, detectamos a “exposição” como traço que rege a semântica global deste discurso. Trata-se de valorizar o ato de “assumir-se” como forma de se atingir a visibilidade propagada pela militância homossexual. O avesso desse traço é o “enrustimento”, simulacro que o discurso da militância cria para assim traduzir o que na verdade deveria constituir direito à privacidade quanto à orientação sexual.

Os aspectos reivindicados e, por este motivo, atribuídos ao registro positivo e valorizado do discurso são aqueles que estabelecem a VALORIZAÇÃO do “assumir-se” enquanto caminho para se chegar à visibilidade (“exposição” quanto à orientação homossexual). Por sua vez, os aspectos recusados pelo discurso da militância – dos quais os enunciadores legítimos devem se afastar para permanecerem como tais –, e por isso relegados ao registro negativo e desvalorizado do discurso homossexual, caracterizam-se pelo “não assumir-se” enquanto DESVALORIZAÇÃO em relação à visibilidade (“enrustimento” quanto à orientação homossexual).

Disso tudo, concluímos que

a polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida; ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro, uma guerra de papel, e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu simulacro” (Maingueneau, 1984:121)

Debate constante que garante o vigor do discurso. Mas, não podemos esquecer que *assim como em um discurso não é tanto a palavra que importa, mas a maneira como é explorada, da mesma forma, um ponto de debate não poderia ser dissociado do modo como este debate é tecido* (Maingueneau, 1987:124). Em relação ao “modo” de existência do debate, podemos perguntar como a revista diferencia seu discurso do discurso do adversário para se instaurar como enunciador legítimo da homossexualidade, ao mesmo tempo em que instaura a falta de legitimidade na enunciação do outro.

Maingueneau nos mostra que a intertextualidade, além de definir os intertextos a que cada discurso pode recorrer para ser legítimo, define também a *qualificação dos enunciadores*, ou seja, *delimita o que é necessário possuir para enunciar legitimamente* (Maingueneau, 1984:147). Dessa forma, não é qualquer um que pode enunciar sobre a homossexualidade e, mesmo aquele autorizado a enunciar não pode falar qualquer coisa. Enunciar em nome de e sobre algo, para Maingueneau, não é uma questão de aprendizagem. Trata-se, antes, de possuir *vocação enunciativa*, que corresponde às *condições assim postas por uma formação discursiva para que um sujeito nela se inscreva, ou, melhor, se sinta “chamado” a inscrever-se nela* (Maingueneau, 1984:147). A vocação enunciativa é mais um elemento da Semântica Global do discurso e, como tal, tem importância crucial para o estabelecimento das relações de sentido; *é (...) menos um*

*procedimento de seleção explícita (ainda que isso possa às vezes tomar essa forma) do que um ajustamento “espontâneo” dos sujeitos às condições requeridas, a autocensura fazendo excluir-se aqueles que não têm as qualificações exigidas ou a possibilidade (por qualquer que seja a razão) de dotar-se delas* (Maingueneau, 1984:147). Em relação à polêmica estabelecida entre *SuiGeneris* e Victor Fasano, podemos compreender porque a enunciação da revista, na polêmica considerada, é legítima em relação ao discurso da homossexualidade e a do ator não o é.

Os enunciados selecionados em (30) foram extraídos de uma matéria assinada pelo jornalista Gilberto Scofield Júnior que, além de ocupar cargos em veículos de grande tradição no país (tal como editor assistente da editoria de Negócios e Finanças do *Jornal do Brasil*, com passagem pelo staff do *Estado de São Paulo* e revista *Exame*, da Abril), tem uma representação significativa para falar em nome da revista, onde acumula as funções de colaborador, editor assistente, e articulista (com uma coluna fixa denominada “Estilo de vida”).

Já os enunciados de (31) foram extraídos do artigo escrito por Luiz Mott na seção “Ponto Final”. O que confere a ele “vocaçã” enunciativa para defender a posição da revista e descaracterizar a posição do adversário, é o fato de que “é doutor em Antropologia, presidente do Grupo Gay da Bahia e da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas” (como a própria revista anuncia). Além disso, é um gay assumido e feliz (contrariando a crença de Fasano de que os homossexuais não são felizes) e a pessoa que há mais tempo milita no movimento homossexual brasileiro (por esse motivo, ele pode falar em nome das reivindicações homossexuais, e não Fasano, que não tem nenhuma ligação com a causa).

Por sua vez, Victor Fasano, – e todos os “não assumidos”, ou “enrustidos” que comungam do discurso por ele propagado – não está autorizado a enunciar a respeito de felicidade nos relacionamentos, pois não se preocupa com “paixão, companheirismo e amor”; sobre casamento, porque nunca se casou; em nome dos direitos homossexuais, pois é alienado à causa do movimento organizado. Desta forma, sua enunciação a respeito da homossexualidade é comparada a uma “lógica rasa” que “mistura confusamente preconceitos”, não merecendo, portanto, credibilidade.

O sistema de restrições determina as posições assumidas pela revista – assim como as posições assumidas por seu adversário discursivo – que vão refletir na questão da visibilidade das discussões sobre homossexualidade. Como mostra Maingueneau (1984:143), há uma “*intrincação radical do discurso e de seu modo de enunciação*”, sendo este último um dos elementos da Semântica Global que caracteriza os discursos.

Para compreendermos melhor a intrincação entre discurso e seu modo de enunciação, recorreremos à noção de *ethos* tal como Maingueneau a reformulou a partir da retórica de Aristóteles para a Análise do Discurso. De acordo com Maingueneau (1996:45-46):

Esta noção vem da *Retórica*, de Aristóteles (1378), que entendia por *ethos* a imagem que, implicitamente, um orador daria de si através de sua maneira de falar: ao adotar as entonações, os gestos, o comportamento geral de um homem honesto, por exemplo, não se DIZ explicitamente que se é honesto, mas MOSTRA-SE que se é (...).

Esta noção foi (...) explorada para a análise do discurso por Maingueneau (1984, 1991, 1993), em reacção contra uma concepção estruturalista do texto. Qualquer discurso (...) pressupõe um *ethos*: Implica uma certa representação do corpo de seu *responsável*, do enunciador que assume a responsabilidade desse discurso. A sua fala participa de um comportamento global (uma maneira de se mover, de se vestir, de se relacionar com os outros...). Atribui-se-lhe, assim, um carácter, um conjunto de traços psicológicos (...) e uma *corporalidade*. Carácter e corporalidade são inseparáveis, apoiando-se em estereótipos valorizados ou desvalorizados na colectividade na qual se produz a enunciação. (...) o *ethos* não deve ser isolado dos outros parâmetros do discurso; ele contribui de forma decisiva para a sua legitimação.”.

O *ethos*, tal como é considerado por Maingueneau, é mais uma das dimensões que dão sentido à semântica global do discurso. De acordo com esta noção, não se diz explicitamente que se é de determinada maneira, mas mostra-se, por meio do discurso, que se é de determinada maneira. Mostrar-se também é uma maneira de, ao mesmo tempo, incorporar e dar corpo ao discurso o que, no caso da homossexualidade, funcionaria no sentido de aumentar a massa visível, tanto a massa discursiva quanto a massa “populacional”.

Trata-se da questão da eficácia do discurso em suscitar crenças, uma vez que

O co-enunciador interpelado não é apenas um indivíduo para quem se propõem “idéias” que corresponderiam aproximadamente a seus interesses; é também alguém que tem acesso ao “dito” através de uma “maneira de dizer” que está enraizada em uma “maneira de ser”, o imaginário de um vivido. (...) convencer consiste em atestar o que é dito na própria enunciação, permitindo a identificação com uma certa determinação do corpo. (Maingueneau, 1987:48/49)

O traço da “exposição” que, em oposição ao traço do “enrustimento”, rege a semântica global do discurso (militante) homossexual envolve mais do que dizer-se

explicitamente homossexual. Às vezes, nem há necessidade de que isso aconteça. Aderir ao discurso significa aderir a um modo de ser homossexual que envolve, mais do que palavras, atitudes como:

- MOSTRAR-SE NA REVISTA, por exemplo, deixando-se fotografar na **Capa**;
- EXPOR IDÉIAS sobre a (homos)sexualidade, a exemplo do que ocorre no **Editorial** e nos **Artigos** assinados;
- CONTAR EXPERIÊNCIAS que envolvam a homossexualidade, em espaços como os destinados às **Cartas** dos leitores e às **Entrevistas**;
- DAR REPERCUSSÃO PARA AS CAUSAS HOMOSSEXUAIS, em espaços de destaque como as **Reportagens** ou **matérias principais**;
- EXPOR O CORPO, vestindo as roupas sensuais propostas pelos ensaios fotográficos da **Seção de moda**;
- CONSUMIR PRODUTOS veiculados pelos ensaios de moda e pelas **Seções de Consumo**;
- FREQUENTAR LUGARES sugeridos por roteiros como o **Etecetera**;
- FALAR UM “CÓDIGO” diferenciado, como vimos a respeito do que chamamos de **jargão homossexual**;
- DELIMITAR TERRITÓRIO DISCURSIVO, por meio da tendência à **adjetivação**;

Aderir ao discurso homossexual, do ponto de vista da militância, significa, nesse sentido, incorporar um papel social. Não se trata de comprometer-se enquanto indivíduo empírico. O importante para a visibilidade é a circulação da causa e não necessariamente a tomada de posição quanto a uma prática sexual. Victor Fasano – assim como os demais não-assumidos classificados pelo traço do “enrustimento” – não é criticado pelo que é (ou pelo que diz ser), mas pelo que esconde ser, pelo que deixa de mostrar de si, pois, dessa forma, deixa de mostrar a causa homossexual. Ou, por outro lado, é criticado por negar o que mostra de si; por não assumir o *ethos* que o identifica à orientação homossexual.

## CAPÍTULO 11

### **A relação revista/leitor: panorama da interlocução discursiva**

Assim como o leitor deve ser considerado como uma posição imaginada e criada pela revista (o que implica em relações ora de INCLUSÃO, ora de EXCLUSÃO de determinadas posições de leitores em relação ao público em geral), a VALORIZAÇÃO da posição de ALIADO e a DESVALORIZAÇÃO da posição de ADVERSÁRIO também são efeitos das relações de sentido que determinam a discursividade da revista.

Ao desvalorizar os adversários, *SuiGeneris* não está apenas oferecendo ao leitor sua opinião sobre determinados episódios. A interlocução ultrapassa o nível enunciativo para atingir o nível discursivo, sendo possível, a partir daí, explicitar relações não percebidas de imediato.

Indurski (1997) mostra que, enquanto a interlocução enunciativa estabelece a cena enunciativa da interação, caracterizada por espaço e tempo definidos e interlocutores determinados, a interlocução discursiva [o segundo nível da atividade interlocutiva] se dá na cena discursiva que, nas palavras da autora, *não é espacialmente determinada pelo*

*espaço físico em que a alocação está ocorrendo nem pela presença física do interlocutor (Indurski, 1997:137).*

Ainda com Indurski (1997:140-141), pode-se concluir que *enquanto a cena enunciativa apresenta-se materialmente completa (...) percebe-se que a cena discursiva possui um sujeito do discurso que fala pela voz do locutor, utiliza o interlocutor como mediador de um destinatário na maior parte das vezes invisível, o que torna a situação que motiva a interlocução bastante fluida também.* Neste nível da interlocução, o sujeito do discurso *não se dirige exclusivamente àqueles que presenciam/ouvem a alocação (...): por seu intermédio, um outro freqüentemente ausente é interpelado* (Indurski, 1997:137). Isto acontece pois, diferentemente da cena enunciativa, em que as figuras dos interlocutores representam-se com clareza, a cena discursiva *remete para o cenário discursivo que não possui materialidade física e que é mobilizado pelo imaginário social do sujeito do discurso* (Indurski, 1997:137).

O locutor, então, funciona como uma espécie de suporte que transmite, por meio do interlocutor, o confronto entre as posições que o sujeito de discurso assume e as posições que rejeita, a saber, as posições do destinatário enquanto seu adversário discursivo

Assim como a revista não pode ser considerada apenas como um veículo de comunicação que se dirige a determinado público, o leitor não pode ser considerado apenas enquanto indivíduo empírico que a lê. O que *SuiGeneris* rejeita não são determinados tipos de leitores, mas sim determinadas posições que eles ocupam em relação ao discurso da homossexualidade, principalmente as posições que dizem respeito ao “assumir-se” homossexual enquanto maneira de fortalecer as condições de visibilidade. E essas relações só podem ser percebidas quando se leva em conta o nível discursivo (interdiscursivo) da interlocução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **Mais algumas considerações: lançando questionamentos**

Acreditamos que, com essa caracterização semântica, o discurso da homossexualidade, tal como é propagado por *SuiGeneris*, permite incluir a revista num processo de deslocamento de sentido do “assumir-se”: de um princípio de classificação – fundado, no século XIX, nos padrões da heterossexualidade monogâmica, os quais remetem à dicotomia normalidade vs anormalidade – que considera o homossexual uma espécie (cf. Foucault, 1976), o “assumir-se” passa a ser uma possibilidade de se alcançar a visibilidade e, conseqüentemente, de se assegurar a identidade do sujeito no que diz respeito às reivindicações jurídico/políticas, sociais, psicológicas e morais do grupo:

## Até 1ª metade do século XIX

## ASSUMIR-SE HOMOSSEXUAL

- passa, predominantemente, pelos âmbitos médico e religioso

- a sexualidade, considerada doença, perversão e pecado, insere-se numa categoria excludente da prática sexual

- instaura a oposição entre heterossexualidade normal e homossexualidade anormal

- identificação do indivíduo a um grupo que o represente. Os indivíduos se unem por se identificarem entre si e, assim, são classificados.

- o grupo é reconhecido enquanto gueto, enquanto grupo isolado e isolável. É a única opção de convivência, a qual relega os indivíduos à invisibilidade

ASSUMIR-SE: "permissão" para fazer parte de um grupo fechado

- consolidar a homossexualidade só entre homossexuais: limitar das relações

- fixar-se apenas no grupo: oposição a que a homossexualidade "exista" e seja visível

-----  
(reorganização do discurso/  
deslocamento de sentidos)

tentativa de mudar a relação  
grupo/sociedade  
-----

## Após 2ª metade do século XIX

## ASSUMIR-SE HOMOSSEXUAL

- passa pelos âmbitos político-jurídico, social, moral e psicológico

- a sexualidade, considerada a partir da noção de orientação sexual, insere-se em posturas de reivindicação por representatividade na sociedade

- busca da identidade do sujeito

- o indivíduo busca reconhecer a si mesmo e ser reconhecido pela sociedade. Os indivíduos se unem para reivindicar representatividade (para serem visíveis)

- o grupo visa participação política na sociedade. Além de opção de convivência, é uma possibilidade de alcançar a visibilidade

ASSUMIR-SE: contribuição para "aumentar a massa visível" e, conseqüentemente, a representatividade da homossexualidade

- propiciar a convivência homossexualidade/heterossexualidade: expandir as relações

- transitar do grupo para a sociedade: contribuição para que a homossexualidade exista abertamente.

Ao considerarmos o quadro que acabamos de traçar, arriscamos dizer que o discurso da homossexualidade se deslocou no sentido de trazer ganhos para o movimento homossexual. Mas, a maneira como esse discurso vem sendo executado pela militância parece impedir uma ressignificação que permita instaurar novas relações entre as formações discursivas concorrentes. A dicotomização fundada pela valorização do “assumir-se” e desvalorização do “não assumir-se” parece estar retomando a própria dicotomia da qual o movimento quer fugir, a saber, aquela fundada na oposição entre normalidade e anormalidade.

Este apelo ao “assumir-se” pode estar constituindo uma armadilha às avessas. Dentro do movimento, o “assumido” é visível enquanto o “não assumido” é invisível, relegado ao subterrâneo. O subterrâneo não fala; é objeto da fala de outros. A partir do momento em que falar enquanto indivíduo auto-identificado como homossexual, mesmo que seja para se defender, vai se mostrar homossexual, por se identificar ao discurso homossexual. A sociedade heterossexual dialoga, de igual para igual, com o subterrâneo. A minoria gay ativa, que se torna visível, ainda não tem diálogo efetivo com a sociedade “heterossexista”. A sociedade não reconhece o homossexual como ele quer ser reconhecido, como visível. O subterrâneo é o homossexual “mais ou menos misturado” à sociedade heterossexual, mas não se mostra como gay que reivindica o direito de ser gay. O não assumido, que é subterrâneo para o movimento, é visível para a sociedade; o assumido, visível no movimento, é relegado ao subterrâneo pela sociedade (é classificado para poder ser isolado). Assim, o discurso do “não assumido” é mais audível do que o do “assumido”, pois o primeiro não pode ser classificado e, conseqüentemente, não pode ser categorizado a partir da sua orientação sexual.

Essa breve análise parece suficiente para mostrar que *SuiGeneris*, enquanto participante do deslocamento de sentido de questões até então consolidadas sobre a homossexualidade, não tem como exclusivo o interesse mercadológico. Pelo contrário, a revista se insere no processo que Maingueneau (1984) chama de *dupla incorporação* do discurso: ao mesmo tempo em que incorpora elementos do discurso da militância homossexual, contribui para dar corpo a esse discurso. Dessa forma, parece se projetar na

busca da visibilidade pelo grupo. Fato que não exclui um questionamento, quase uma inquietação, no que diz respeito a essa maneira de organizar o discurso: até que ponto essa dicotomização entre “homossexuais assumidos” (e valorizados) e “homossexuais não assumidos” (e desvalorizados) não estaria retomando a própria dicotomia rejeitada pelo movimento, aquela que opõe sexualidade normal (heterossexualidade) e sexualidade anormal (homossexualidade), para, dessa forma, criar mais um princípio de classificação entre os membros do grupo?

---

## EPÍLOGO

### **Era uma vez *SuiGeneris*... das bancas de jornal para o armário**

Março de 2000. Nas bancas de jornal, lá está ela. Ainda insistem em colocá-la nas prateleiras das pornográficas. Revistas lacradas, proibidas aos inocentes menores de 18 anos, anunciam nus, sacanagem e cenas de sexo explícito. Quem “saiu pelado” este mês? Timidamente, no meio desta “pouca vergonha”, a edição nº 55 de *SuiGeneris* consegue ser vista. Um jovem bonito, pouco mais de 18 anos, sem camisa, sorri para o leitor. No canto esquerdo superior da capa um aviso em destaque: *Última edição! Exemplar histórico*. O editorial confirma o fim, em clima de despedida:

Até mais!

A *SuiGeneris* fosse humana estaria agora arrumando as malas LV e partindo! Para uma merecida estação de férias lá pelos lados da Itália e Grécia. Mas trata-se de uma revista, e, no duro, ela só viaja quando faz parte da nossa bagagem. Pode, contudo, uma revista possuir de humana o que realmente nos faz humanos. Idéias, conceitos, pontos de vista, sonhos, que a *SuiGeneris* soube ter e divulgar nestes últimos cinco anos como ninguém.

Foi um grande privilégio sua existência. Quem imaginaria encontrar no final do século XX, época de falências de ideais coletivos, campo tão fértil para fazer algo por nós e pelos outros?

Mas acabou. E a gente termina, podem acreditar, contentes como a imagem escolhida para a derradeira capa.

Estamos alegres porque deixamos um trabalho bellissimo. As 55 edições regulares que lançamos em banca, a revista especial de moda, e o número zero, distribuído na antológica festa no Museu Nacional de Belas Artes, lá em 1994 – formam um conjunto que honra aqueles que nos antecederam e, certamente, deixa um desafio para os que virão.

Estamos alegres também porque não queríamos mais continuar. As dificuldades financeiras, a chatice burocrático empresarial e a tacanhice nacional – por maiores que fossem – não definiram a última página da *SuiGeneris*, pois tais realidades nunca foram enormes o suficiente para nos impedir de levá-la a público. Afinal a *SuiGeneris* era uma idéia. Queríamos fazê-la, fazíamos. Poderíamos continuar fazendo. Engolir os sapos, usar a garra de sempre, e ir em frente. Mas o limite era a nossa vontade em contornar tais barreiras. Em algum momento, ela se foi, talvez pela distância entre o que queríamos fazer e o possível. Acho, sei lá, que aconteceu como em alguns namoros, a gente ainda gosta do cara, mas por algum motivo não quer mais ele.

Em dezembro, já tínhamos decidido terminar. Mas como testemunho de amor e gratidão àqueles que sempre estiveram em todos os momentos ao lado da *SuiGeneris*, mudamos a revista para quinzenal. Assim cumprimos rápida e integralmente todos os pedidos de assinatura em aberto. Entregamos a todos os leitores, em vez de um frio cheque de rescisão, suas esperadas edições, sem retardar a mudança que gostaríamos viesse imediata.

As mudanças são embrionárias, mas após tantos anos de convívio, não poderíamos nos despedir sem ao menos apontar alguma direção onde nos encontrar no futuro. Mas, primeiramente, precisa-se dizer que são especiais todas estas *SuiGeneris* publicadas. Estão aí para somar à história da homossexualidade no Brasil. São revistas raras por traduzir um grande desejo coletivo e ser o fruto de grande sinceridade. A revista não poderia existir sem ela. A marca *SuiGeneris* está à disposição de quem a possuir e quiser continuar o trabalho.

Quanto a gente, nos encontramos na Internet<sup>35</sup>, em breve, e na *Homens* a qualquer momento. (Nelson Feitosa).

Mal do século para o mercado editorial jornalístico: falta de anunciantes. Aqui, neste último editorial, ele não assume – quase como os “enrustidos” que *SuiGeneris* tanto combateu –, mas, em entrevista à revista *Veja*, o editor Nelson Feitosa desabafa contra as dificuldades financeiras enfrentadas pela revista: *Cansei de renegociar as dívidas todos os meses. Essa tinha virado minha principal ocupação. O jornalismo estava ficando em*

---

<sup>35</sup> De acordo com Camacho (2000:103), *SuiGeneris* recebeu propostas de três portais para circular na Internet.

*segundo plano* (Feitosa apud Camacho, 2000:102).

A revista parecia mostrar certa preocupação em dissociar a imagem da homossexualidade ligada à pornografia, que as bancas de jornal (e não só elas) insistem em propagar. Segundo Camacho (2000:102), *preocupada em não ser vista como uma publicação ancorada em fotos de homens nus, a SuiGeneris investiu em reportagens, entrevistas, seções de moda, comportamento e cultura. Assim, sem grande alarde, transformou-se em revista meio cult, capaz de tratar de assuntos delicados sem descambar para a grosseria.*

Primeira revista brasileira especializada na temática homossexual, a surgir nos anos 90, *SuiGeneris* inovou o jornalismo. Ao surgir no mercado editorial, abriu as portas para outras publicações do gênero<sup>36</sup>. E foi sufocada por elas. Resistiu até o fim e não apelou ao nu masculino como forma de atrativo comercial. Para o editor, *a diferença é que a SuiGeneris, com suas reportagens, era uma revista transformadora. O nu não transforma nada, só mata a curiosidade* (Feitosa apud Camacho, 2000:103).

Acreditávamos, ao longo deste trabalho, que uma publicação como *SuiGeneris* poderia ser o início de um caminho para as transformações nas relações de sentido que envolvem o discurso da homossexualidade. Mesmo não sendo suficiente para a ressignificação do discurso homossexual, a revista ajudou a mostrar ao Brasil a homossexualidade desvinculada da pornografia gratuita. Colaborou para dar corpo às reivindicações da militância pela visibilidade. Lamentamos que o grupo homossexual perca mais uma voz, que mesmo fraca, às vezes quase inaudível, não deixou de ser representativa de seus ideais.

Não estamos mais submetidos ao incômodo de, todos os meses, freqüentar as prateleiras infames das bancas de jornal. *SuiGeneris* não está mais lá. Voltou para o armário.

---

<sup>36</sup> A principal publicação concorrente de *SuiGeneris* no mercado editorial foi a *G Magazine*, lançada em 1998 pela Fractal Edições. Trata-se de uma publicação, voltada para o público homossexual, cujo ponto forte são as fotos de nu frontal masculino. Os homens retratados nus nos ensaios fotográficos principais de cada edição – artistas, esportistas, modelos – recebem cachês para tal. A revista tenta se consolidar como uma espécie de *Playboy* às avessas: além do nu, que continua a ser o prato principal de cada edição, está buscando oferecer textos e reportagens “mais aprofundados”, contando inclusive com colaboradores que já pertenceram ao quadro de *SuiGeneris*.

---

## ABSTRACT

The purpose of this study is to discuss the discursive workings of the specialized homosexual press. Our aim is to observe the role played by this type of press on the meaning relations in the homosexual discourse – specially in what concerns the militancy of the homosexual group for visibility. The enunciation of homosexuality by the specialized press is being represented here by the magazine *SuiGeneris*, edited by SG-Press since January of 1995. We've chosen this magazine because it's the first one, in the nineties, to show up with no ties with the organized homosexual movement.

To accomplish a reflexive reading of the homosexual discourse as it spread by *SuiGeneris*, we've adopted theories coming from the so called French school of Discourse Analysis, specially the studies by Maingueneau (1984, 1987) on *interdiscursivity*, *global semantic*, *discursive polemic* and *interincomprehension*. We refer also to some notions in the Textual Linguistics – specially the studies by Koch & Travaglia (1989) and Costa Val (1994) – to fill the rooms left by the Discourse Analysis where it hasn't been able to do so.

The work underlines two aspects: the first one is the interlocution proposed by the magazine concerning the sexual orientation referring to the image that is built for the reader (here is being observed when the magazine is vaster and when it is more restrictive

concerning its public); the other aspect is the enunciation of the homosexual “outing” (expression used by the organized movement to designate the action of assuming the homosexuality) related to the claims of the militance for visibility (in this case, it is being considered the positive value given to people that assumes the homosexuality in opposition to the devaluation of people that doesn’t assume this attitude).

First of all, we intend to verify if the magazine promotes a displacement of the meanings that permits the discourse of visibility. Here we focus that magazine as it represents the homosexual group and while it relates itself to the discursive positions referring to the political fight of that group, specially when it concerns the claim for visibility. Following this step, we observe if that displacement is enough to establish a discourse (concerning the homosexual claims) that reorganizes the relations to the dominant discourse (concerning the institution of the so called “normal” heterosexuality).

**Keywords:** homosexual discourse; visibility; homosexual “outing”; interlocution; global semantic.

“Quando comecei a escrever, que desejava eu atingir? Queria escrever alguma coisa que fosse tranqüila e sem modas, alguma coisa como a lembrança de um alto monumento que parece mais alto porque é lembrança. Mas queria, de passagem, ter realmente tocado no monumento. Sinceramente, não sei o que simbolizava para mim a palavra *monumento*. E terminei escrevendo coisas inteiramente diferentes”.

**Clarice Lispector**, “Mistério”, *A descoberta do mundo*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, C. W. (1991) “Império dos sentidos: critérios e resultados na *Folha de S. Paulo*.” In: *Novos estudos*, CEBRAP, n° 31, outubro/1991, pp 41-67.
- CAMACHO, M.(2000) “Quem mostra vende”. *Veja*, edição 1645, ano 33, n° 16, 19 de abril de 2000, pp.102-103.
- CÂMARA, C. (1998) *Orientação homossexual*. Rio de Janeiro: Planet Gay Books.
- CORRÊA, M. L. G. (1999) “O modelo jornalístico para o ensino: situacionalidade e instituição na produção da leitura”. (mimeo).
- COSTA VAL, M. da G. (1994), *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (1971) *A ordem do discurso*. (tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio) São Paulo: Edições Loyola, 1996. (Título original: *L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970.*)
- FOUCAULT, M. (1969) *Arqueologia do saber*. (tradução: Luiz Felipe Baeta Neves) 5. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. (Título original: *L'Archéologie du savoir*)
- FOUCAULT, M. (1976) *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. (tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque) 12. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997. (Título original: *Histoire de la sexualité 1: la volonté de savoir*)

- HENRY, P. (1969) “Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux” . In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) (1990), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (tradução: Bethania Mariani [et al.]) Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- INDURSKI, F. (1997) *A fala do quartéis e outras vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- KATZ, J. N. (1996) *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA, L. C. (1989) *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez.
- MACRAE, E. (1990) *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- MAINGUENEAU, D. (1984) *Genèse du discours*. Pierre Mardaga, Editeur (tradução: Sírio Possenti - mimeo).
- MAINGUENEAU, D. (1987) *Novas tendências em análise do discurso*. (tradução: Freda Indurski) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989. (Título original: *Nouvelles Tendances en Analyse du Discours*)
- MAINGUENEAU, D.(1996) *Os termos-chave da análise do discurso*. (tradução: Maria Adelaide P. Coelho da Silva) Lisboa, Gradiva, 1997. (Título original: *Les termes clés de l'analyse du discours*).
- PÊCHEUX, M. (1969) “Análise Automática do Discurso (AAD-69).” In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (tradução: Bethania Mariani [et.al]) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (tradução: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]), 3. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Título original: *Les vérités de la Palice*).
- POSSENTI, S. (1995) “A linguagem como politicamente correta e a análise do discurso”. In: *Revista de estudos lingüísticos*. Belo Horizonte, ano 4, volume 2, jul/dez 1995, pp. 125-142.
- SOUZA, P. de. (1997) *Confidências da Carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

---

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

- ANDRADE, A. (1998) *Grupo gay*. Rio de Janeiro: Planet Gay Books.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1982) "Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)". (tradução: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi) *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19): 25-42, jul/dez, 1990.
- BAKHTIN, M. (1979) "O enunciado, unidade da comunicação verbal". In: \_\_\_\_\_ *Estética da criação verbal* (tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira) 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Título original: *Estetika Slovesnogo Tvortchesiva*)
- BARROS, D. L. P. de & FIORIN, J. L. (orgs.) (1994) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin Mikhail*. São Paulo: EDUSP.
- BRAIT, B. (1994) "Análise do discurso: balanços e perspectivas" In: NASCIMENTO, E. M. & GREGOLIN, M. do R. V. (orgs.) *Problemas atuais da análise do discurso*. Publicação do curso de pós-graduação em lingüística e língua portuguesa. Ano VIII, nº 1 – UNESP, câmpus de Araraquara, pp.3-14.
- BRANDÃO, H. H. N. (1994) "A subjetividade no discurso". In: NASCIMENTO, E. M. & GREGOLIN, M. do R. V. (orgs.) *Problemas atuais da análise do discurso*. Publicação do curso de pós-graduação em lingüística e língua portuguesa. Ano VIII, nº 1 – UNESP, câmpus de Araraquara, pp. 15-26.

- BRANDÃO, H. N. (1998) *Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- BRUNELLI, A. F. (1996) *Tenha sucesso no nosso negócio e seja feliz (análise do discurso de uma empresa de vendas em rede)*. Campinas: UNICAMP (dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de estudos da Linguagem).
- FIORIN, J. L. (1990) "Tendências da Análise do Discurso" *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19): 25-42, jul/dez, 1990, pp.173-179.
- FOUCAULT, M. (1984) *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. (tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque.) 7. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1994. (Título original: *Histoire de la sexualité 2: l'usage de plaisir*)
- FOUCAULT, M. (1984) *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. (tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque.) Rio de Janeiro: Graal, 1985. (Título original: *Histoire de la sexualité 3: le souci de soi*)
- FRANCHI, C. (1992) "Linguagem – atividade constitutiva". *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas (22): 9-39, jan/jun, 1992.
- FREGE, G. "Sobre o sentido e a referência" (1892) In: \_\_\_\_\_ *Lógica e filosofia da linguagem*. (tradução: Paulo Alcoforado.) São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1978, pp. 59-86 (Título original : *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*).
- HENRY, P. (1977) *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. (tradução: Maria Fausta P. de Castro) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. (Título original: *Le mauvais outil: langue, sujet et discours*).
- MAINGUENEAU, D. (1990) "Análise do discurso: a questão dos fundamentos" *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19): 25-42, jul/dez, 1990, pp. 65-74.
- MAINGUENEAU, D. (1986) *Elementos de lingüística para o texto literário*. (tradução: Maria Augusta Bastos de Matos.) São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Título original: *Éléments de linguistique pour le texte littéraire*)
- MAINGUENEAU, D. (1996) *Introdução à lingüística*. (tradução: Luísa Baptista.) Lisboa: Gradiva, 1997. (Título original: *Aborder la linguistique*)
- MAINGUENEAU, D. (1999) "L'Analyse des discours constitutifs". In: MARI, H. et al (org.) *Fundamentos da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de análise do discurso. Fale – UFMG, pp. 45-58.
- MAINGUENEAU, D. (1993). *O contexto da obra literária*. (tradução: Eduardo Brandão.) São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Título original: *Le contexte de l'oeuvre littéraire*)

- MAINGUENEAU, D. (1990) *Pragmática para o discurso literário*. (tradução: Marina Appenzeller.) São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Título original: *Pragmatique pour le discours littéraire*)
- MARQUES, M. C. S. S. (1995) *Disputa de uma reitoria. A cenografia dos discursos*. Campinas: UNICAMP. (dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem).
- MELLO, C. T. V. de (1999) *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Campinas: UNICAMP. (tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem).
- PÊCHEUX, M. (1983) “A análise do discurso: três épocas” In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (tradução: Bethania Mariani [et al.]) Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. (1975) “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” (In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (tradução: Bethania Mariani [et al.]) Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. (1982) “Delimitações, inversões, deslocamentos” *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19): 7-24, jul/dez, 1990, pp.7-24. (tradução: José Horta Nunes)
- POSSENTI, S. (1988). *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.
- POSSENTI, S. (1994) “Discurso, sujeito e o trabalho de escrita”. In: NASCIMENTO, E. M. & GREGOLIN, M. do R. V. (orgs.) *Problemas atuais da análise do discurso*. Publicação do curso de pós-graduação em lingüística e língua portuguesa. Ano VIII, nº 1 – UNESP, câmpus de Araraquara, pp. 27-41.
- POSSENTI, S. (1995) “O ‘eu’ no discurso do ‘outro’ ou a subjetividade mostrada”. *Alfa*. São Paulo: 39: 45-55, 1995.
- SILVA, M. da C. F. (1999) *Discursos de gênero em revistas femininas: o caso CLAUDIA*. Campinas: UNICAMP (dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem).
- SILVEIRA, F. M. G. L. (1995) *Lembra quando Pêcheux dizia que os sujeitos envolvidos numa interação discursiva são plenamente assujeitados pela formação social a que pertencem? Tudo mentira*. Campinas: UNICAMP (dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem).
- SODRÉ, N. W. (1983) *História da Imprensa no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE